

X-96-052038-3

HS3-P67.C67 1996

RESERVADO



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

MESTRADO EM: ECONOMIA E GESTÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ,

**As Ciências Sociais e Humanas em Portugal: abordagem
bibliométrica da produção científica dos últimos quinze anos**

Maria do Rosário Santos de Sá Couto Costa

Orientação: Professor Doutor Cândido Marciano Silva

Setembro / 1996

DOCUMENTO PROVISÓRIO



Resumo

Este trabalho tem por objectivo identificar as questões que se levantam quando se tenta avaliar a produção científica nacional das Ciências Sociais e Humanas (CSH) - últimos quinze anos - através de indicadores bibliométricos. Para dar contexto a esta problemática é traçada a evolução de vários componentes deste sub-sistema científico

Como metodologia optou-se pelo levantamento de dados, pela realização de inquéritos, pela consulta de bibliografia e de bases de dados.

A tendência mais marcante dos últimos vinte anos nas CSH é a expansão e a diversificação do ensino superior: no número e variedade de cursos, no aparecimento de novas áreas e instituições, no número de licenciados, mestres e doutorados. Regista-se o crescimento acentuado do ensino politécnico e o peso elevado do sector privado.

No que diz respeito à investigação científica, conclui-se que não são as Ciências mais ensinadas que são mais investigadas. A maior parte das unidades de investigação (82%) pertencem às universidades, sendo pequeno o contributo dos politécnicos para a investigação científica (8,7%). Através do número de doutoramentos realizados até 1979, identificam-se as Ciências que não se conseguiram institucionalizar em Portugal até 1974. Em 1980 foram incluídos, no SSCI e no A&HCI, 25 trabalhos relativos a 15 áreas das CSH; em 1995, foram incluídos 109. Para um período de quinze anos e tendo em conta o aumento dos doutorados, de 13 para 569, foi um crescimento muito reduzido.

Com base nos números obtidos para a Economia e generalizando para o grupo das CSH, conclui-se que a parte da produção científica nacional que transpõe os produtos do ISI é uma parcela reduzida e redutora da totalidade de trabalhos publicados. Tendo em conta esta situação questiona-se a validade de se constituírem indicadores bibliométricos a partir exclusivamente dessas fontes. Esta dúvida é alargada e interroga-se a pertinência do uso de indicadores bibliométricos para avaliação destas Ciências. Tudo se joga na importância que é atribuída à comunicação e às formas como esta se concretiza nas CSH.

D24 Produção; Capital e Produtividade do Factor Total; Capacidade.

D83 Pesquisa, Aprendizagem e Informação.

I21 Análise da Educação.

J24 Formação do Capital Humano; Escolha de Ocupações; Produtividade do Trabalho.

O32 Gestão da Inovação Tecnológica e I&D.

Abstract

The purpose of this work is to identify the issues arising when trying to evaluate national scientific production in the Social and Human Sciences (SHS) area - in the latest fifteen years - through bibliometric indicators. In order to support this problematic issue, we traced the evolution of several components of this scientific sub-system.

Within the methodology used we can point out data survey, inquiries and consultation of bibliography and databases.

The most striking trend of the latest twenty years in SHS is the expansion and diversification occurred at high school level: rising number and variety of new courses, new areas and institutions, rising number of graduations, masters and doctorates. There is also a marked increase of polytechnic schools and private ones.

As far as scientific research is concerned, one may conclude that the the areas preferred for research are not those with a major population of students. The majority of the research units (82%) belong to universities, and the contribution of polytechnic schools for scientific research is quite small (8,7%). Based on the number of doctorates registered up to 1979 we may identify the Scientific areas that were not yet approved in Portugal by 1974. In 1980, 25 works concerning 15 areas of SHS were included in SSCI and A&HCI; in 1995, 109. For such a period of fifteen years and considering the increased number of doctorates (from 13 to 569), the registered increase is rather slow.

From the figures retrieved for Economics and generalizing to the SHS group, one may conclude that the part played by the national scientific production and emerging from ISI products is rather small and diminishes the totality of published works. Taking into account this situation one may question the validity of creating bibliometric indicators exclusively from these sources. This doubt is also extendable to other areas and one may question the relevance of using bibliometric indicators for the assessment of these Sciences. It all depends on the importance given to communication and to the various forms of accomplishing in the SHS.

D24 Production; Capital and Total Factor Productivity; Capacity.

D83 Search, Learning and Information.

I21 Analysis of Education.

J24 Human Capital Formation; Occupational Choice; Labor Productivity.

O32 Management of Technological Innovation and R&D.

Índice

Resumo e palavras-chave.....	2
Lista de gráficos.....	6
Lista de tabelas.....	7
Agradecimentos.....	9
 1. Introdução.....	 10
 2. Apontamentos sobre a evolução das Ciências Sociais e Humanas em Portugal	
2.1. A década de 60.....	17
2.2. Os anos imediatamente anteriores à Revolução.....	22
2.3. O pós 25 de Abril.....	24
 3. O ensino superior: os últimos quinze anos	
3.1. O ano lectivo de 1980/81.....	31
3.2. O ano lectivo de 1995/96.....	35
3.3. Artes e Humanidades.....	42
3.4. A evolução ocorrida entre 1980 e 1995.....	43
 4. A investigação científica	
4.1. As unidades de investigação.....	49
4.1.1. Metodologia.....	49
4.1.2. Resultados: uma leitura global.....	50
4.1.3. Resultados: análise das candidaturas aos "Financiamentos Plurianuais" da JNICT.....	55
4.1.4. Resultados: as respostas ao questionário.....	57
4.2. Mestrados e doutoramentos.....	58
4.2.1. Mestrados.....	58
4.2.2. Doutoramentos.....	61
4.3. Publicações de instituições portuguesas.....	64
4.3.1. Social Science Citation Index e Arts & Humanities Citation Index.....	64

4.3.2. Características dos trabalhos incluídos no SSCI e no A&HCI: as quatro áreas portuguesas mais representadas.....	69
4.3.2.1. A distribuição dos trabalhos por anos.....	71
4.3.2.2. Tipo de documentos.....	72
4.3.2.3. Distribuição pelas publicações periódicas.....	73
4.3.2.4. Características das autorias.....	74
4.3.2.5. Colaboração com o estrangeiro.....	77
4.3.2.6. Colaboração nacional.....	78
4.3.3. Dados provenientes de outras fontes.....	79
4.3.3.1. FRANCIS.....	80
4.3.3.2. Bases de dados sectoriais: o caso particular da Economia.....	83
4.3.4. Portugal: os hábitos de publicação dos cientistas sociais.....	85
4.3.5. Comunicar em Ciências Sociais e Humanas.....	92

5. As Ciências Sociais e Humanas: o seu contributo para o desenvolvimento da sociedade portuguesa

5.1. Sociedade, investigação e desenvolvimento.....	96
5.2. Associações profissionais afectas às Ciências Sociais e Humanas.....	100
5.3. A profissionalização nas Ciências Sociais e Humanas: o caso da Sociologia	103

6. Conclusões.....108

7. Bibliografia.....113

Lista de gráficos

- 1 - Ensino superior público: distribuição dos cursos por área científica.
- 2 - Ensino superior público: relação cursos / vagas.
- 3 - Ensino superior: distribuição dos cursos por área científica.
- 4 - Ensino superior: distribuição dos cursos por área científica e sector.
- 5 - Ensino superior: distribuição das vagas por área científica.
- 6 - Ensino superior: relação cursos / vagas.
- 7 - Ensino superior: evolução dos cursos por área científica.
- 8 - Ensino superior: distribuição dos cursos por tipo de ensino (1995).
- 9 - Comparação entre o número de licenciaturas e bacharelatos com o número de mestrados.
- 10 - Comparação entre o número de vagas criadas para ingresso nos cursos superiores e o número de mestrados.
- 11 - SSCI / A&HCI - publicações portuguesas.
- 12 - SSCI / A&HCI - quatro áreas melhor representadas.
- 13 - FRANCIS versus SSCI / A&HCI.
- 14 - Economia: publicações conhecidas através de diferentes fontes.
- 15 - Novos títulos por ano.
- 16 - Ciências Linguísticas e Literárias, Economia, Gestão e Psicologia: citações dos três artigos mais citados.
- 17 - Trabalhos dos autores líderes das quatro áreas melhor representadas no SSCI e no A&HCI e citações recebidas por eles.

Lista de tabelas

- 1 - Cursos superiores: 1980/81.
- 2 - Doutoramentos nacionais: 1920/1980.
- 3 - Cursos superiores: 1995/96.
- 4 - Cursos superiores incluídos no item Ciências Sociais e Humanas Diversas.
- 5 - Evolução das instituições de ensino superior ligadas às Ciências Sociais e Humanas.
- 6 - Evolução das instituições de ensino superior ligadas às Ciências Sociais e Humanas, considerando as várias dependências.
- 7 - Distribuição das unidades de investigação pelas áreas científicas.
- 8 - Desagregação das unidades pluridisciplinares por área científica.
- 9 - Distribuição das unidades de investigação por sector e tipo de ensino.
- 10 - Distribuição das unidades de investigação por estabelecimentos de ensino superior.
- 11 - Unidades de investigação que se candidataram ao Financiamento Plurianual das Actividades de I&D da JNICT (1994/95).
- 12 - Desagregação das unidades pluridisciplinares por área científica.
- 13 - Evolução das unidades de investigação de 1980 para 1995.
- 14 - Distribuição dos mestrados por área científica.
- 15 - Doutoramentos nacionais: 1910/1979.
- 16 - Doutoramentos nacionais: 1980/1992.
- 17 - Publicações de instituições portuguesas no SSCI e no A&HCI.
- 18 - Tipologia das publicações incluídas no SSCI.
- 19 - Tipologia das publicações pertencentes às quatro melhor áreas representadas.
- 20 - Número de ocorrências nas três principais revistas de cada área.
- 21 - Hábitos de trabalho em equipe nas quatro áreas melhor representadas.
- 22 - Distribuição das publicações por autores nas quatro áreas melhor representadas.
- 23 - Colaboração com instituições estrangeiras nas quatro áreas melhor representadas.
- 24 - Países co-autores juntamente com Portugal.
- 25 - Instituições portuguesas.
- 26 - Publicações de instituições portuguesas na FRANCIS, no SSCI e no A&HCI.
- 27 - Tipologia das publicações incluídas na FRANCIS.
- 28 - Distinções possíveis na tipologia apresentada.
- 29 - Instituições portuguesas.

30 - Publicações de instituições portuguesas no SSCI, na ABI/INFORM, na ECONLIT e ainda em duas revistas portuguesas.

31 - Citações às publicações de instituições portuguesas incluídas no SSCI e no A&HCI.

32 - Tipologia das publicações incluídas no SSCI e no SCI.

Agradeço à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica a oportunidade que me concedeu para realizar este Mestrado e elaborar esta dissertação. Em particular, agradeço à Doutora Gabriela Lopes da Silva o inestimável apoio e a constante disponibilidade.



1. Introdução

Este estudo tem por objectivo identificar quais as questões que se levantam quando se tenta avaliar a actividade científica realizada no âmbito das Ciências Sociais e Humanas (CSH) através de técnicas bibliométricas, como sejam a contagem de publicações e a contagem de citações. Para dar contexto a esta problemática é esboçada uma evolução das CSH em Portugal, fazendo-se um levantamento tão exaustivo quanto possível dos seus contextos externos e das suas dinâmicas internas (evolução de instituições de ensino e/ou investigação, de cursos, de investigadores nomeadamente doutorados, e de publicações). O intuito é perceber hábitos de produção científica.

Começamos por expor a envolvente histórica em que estas Ciências se têm desenvolvido, porque *“os contextos sociopolíticos, económicos e culturais marcam os limites de variação possível do trabalho científico e dos seus produtos.”* (Almeida, 1991).

Assim, é feito um breve comentário aos fins do século XIX - princípios do século XX de forma a podermos fazer um ponto da situação anterior ao Antigo Regime. De seguida, damos relevo à década de 60, onde a tónica é posta no bloqueio político que o regime então vigente impôs a estas Ciências. Neste período, enquanto que a nível internacional se proporcionavam oportunidades a estas Ciências, em Portugal elas foram fortemente ameaçadas. Poucas foram as Ciências que conseguiram sobreviver a estes sobressaltos (quer por já serem institucionalmente mais visíveis quer por, politicamente, serem mais manipuláveis) e em todas ficaram sequelas desses tempos.

Para estabelecer continuidade entre a década de 60 e o pós-25 de Abril de 1974, um apontamento é feito sobre os primeiros anos da década de 70: estes anos caracterizam-se pela reflexão sobre o sistema educativo e sua reforma.

No período pós-25 de Abril, a ideia-chave a reter será a de expansão, mesmo assim associada a um novo bloqueio político, desta vez em nome dos objectivos prioritários do desenvolvimento. Este novo cerco vai concretizar-se pela exclusão quase sistemática das CSH dos financiamentos tornados disponíveis para outras Ciências.

Nesta primeira parte, usamos como fonte exclusivamente bibliografia.

Posteriormente, abordamos especificamente três componentes destas Ciências: o ensino, a investigação e a profissionalização. Consideramos que estes três aspectos são os elementos mais reveladores da história de uma Ciência. Como fonte de informação, temos agora fundamentalmente a observação directa da realidade, a partir da qual constituiremos várias séries de dados. No que diz respeito ao ensino e à investigação, dedicamo-nos ao estudo dos últimos 15 anos. Sempre que possível, fazemos a comparação entre dois estádios de desenvolvimento: os anos de 1980/81 e os anos de 1994/95.

Para traçar a evolução do ensino superior relativo a estas áreas, utilizamos como indicadores o número de instituições de ensino superior com departamentos destas áreas científicas, o número de cursos superiores e o número de vagas correspondentes. Estes números serão indícios, respectivamente e para cada Ciência, dos seguintes aspectos:

1. o desenvolvimento de infraestruturas;
2. a dinâmica, a iniciativa e a capacidade de organização dos vários grupos numa mesma comunidade científica e, por último,
3. a capacidade de difusão pela sociedade, dado que no futuro cada licenciado será potencialmente um agente profissional da Ciência em que se formou.

Assim, por uma observação da realidade, conseguimos indicadores da vitalidade e do desenvolvimento de cada uma das CSH, na vertente ensino.

Para caracterizar a vertente investigação também construímos séries de dados ou socorremo-nos de outras já existentes.

Através do número de doutoramentos pensamos mensurar uma capacidade real de investigação: por um lado, cada doutoramento é resultado de uma investigação digna de crédito; por outro lado, um doutorado pode vir a orientar novos doutorandos, para além de prosseguir a sua própria investigação. O número de mestrados também aqui é relevante. Isto dado que pelo menos parte dos mestrados, uma vez adquirido o título de Mestre, se dedicarão à investigação científica; mesmo os estudos feitos para realização das dissertações finais podem ser considerados investigação científica (e se tivermos em conta o elevado número de mestrados que actualmente estão em vigor, a nível nacional há uma fracção de investigação aí realizada que não é de desprezar).

Estas duas séries dão ideia, em certa medida, da evolução dos recursos humanos disponíveis em cada área.

Quanto às infraestruturas afectas à investigação, achamos importante averiguar a evolução do número de unidades que a ela se dedicam. Consideramos ainda que esta evolução é também manifestação da dinâmica, da capacidade de associação sob os mesmos objectivos e da capacidade de organização dos recursos afectos a actividades de I&D.

Se a este conjunto de indicadores acrescentarmos a evolução do volume de trabalhos publicados, continuamos a caracterizar o crescimento de cada área científica agora do ponto de vista dos resultados¹.

Finalmente, estas séries podem agrupar-se em três núcleos: ensino, investigação e desenvolvimento, e comunicação. Neste último núcleo incide especialmente a nossa atenção pela problemática que nele se encontra implícita e que passamos a explicar.

É por todos aceite que comunicar é essencial à Ciência. Publicar resultados científicos mostra-se originalmente como consequência de três factores:

1. a necessidade de confrontação de conhecimentos e experiências entre cientistas², possibilitando-se assim o próprio progresso da Ciência,
2. a necessidade de cada contributo pessoal se tornar do domínio público e ser tido como cientificamente válido e
3. a necessidade de cada um dos intervenientes se sentir reconhecido pela comunidade científica.

Num âmbito mais alargado, comunicar os resultados científicos é ainda um imperativo que assegura que a sociedade em geral tire o máximo proveito desse investimento imaterial que é a Ciência. *"A Ciência é uma actividade social. É levada a cabo por*

¹ Aproveitamos para realçar que os levantamentos feitos nesta dissertação se referem apenas a resultados: ao que o sistema em estudo manifesta e aparenta. Não é, portanto, do âmbito deste trabalho o apuramento das entradas e a sua correlação com os efeitos.

² *"Esta ardente actividade dos matemáticos num período em que não existiam revistas científicas conduzia a círculos de discussão e a uma constante correspondência. Algumas figuras ganharam mérito por servirem como centro de intercâmbio de científico. ... As academias formaram-se à volta dos grupos de discussão de homens cultos."* (Struik, 1989).

grupos de pessoas para grupos de pessoas; e os seus resultados ou produtos são utilizados pela comunidade.” (Harré, 1984).

A Bibliometria, por sua vez, pretende usar estes actos de comunicação como meios - entre outros - de avaliação da actividade de investigação.

São dois os indicadores bibliométricos utilizados neste estudo: o número de publicações científicas e o número de citações. Uma abordagem bibliométrica da Ciência debate-se à partida com três problemas: o da colecta de dados, o do manuseamento e tratamento dos mesmos, e o da interpretação dos resultados.

A recolha de dados baliza-se fundamentalmente por dois critérios que se mostram incompatíveis: ou recolhemos o maior número de publicações da comunidade científica que se quer avaliar, sendo este um dado predominantemente quantitativo mas representativo do conjunto de publicações científicas³, ou pretendemos restringir a nossa selecção a determinadas fontes, associando então à recolha de dados um critério específico de qualidade. No primeiro caso, ao número de publicações associamos principalmente uma ideia de volume; no segundo, a noção de impacto. *“Impact is defined as actual influence on surrounding research activities. It is assumed that publications must have a certain basic quality in order to generate impact.”* (Moed *et al.*, 1985 b). Uma forma de se ter acesso ao impacto de uma publicação é através do número de citações que ela obteve. A escolha das fontes relaciona-se ainda com o problema da fiabilidade dos dados.

O manuseamento e tratamento dos dados mostra-se como sendo um problema mais técnico. A sua resolução está dependente sobretudo de meios informáticos, nomeadamente da concepção de *software* apropriado. O objectivo a este nível será a uniformização dos dados. Salienta-se a morosidade própria desta fase.

A questão da interpretação dos resultados prende-se sobretudo com a necessidade de prudência nas comparações. Se os indicadores bibliométricos se baseiam na cadeia da comunicação científica (comunicação formal: escrever / ler / citar), há que ter sempre em conta as diferenças entre disciplinas. Nomeadamente a natureza e a frequência das publicações, assim como os hábitos de citar, podem diferir consideravelmente de

³ Alguns autores são da opinião que um estudo bibliométrico deve cobrir 99% das publicações da comunidade que está a ser avaliada (Moed *et al.*, 1985 a).

Ciência para Ciência (Nederhof *et al.*, 1989) e (Courtial, 1990). Também há que ter em atenção que o número de investigadores afectos a uma determinada comunidade científica varia ao longo do tempo, assim como se modificam as prioridades da actividade de investigação, ou as estratégias de publicação, ... Assim, os números alcançados nunca podem ser absolutos mas sempre relativos e a contextualizar.

De acordo com o pensamento de alguns autores⁴, os indicadores bibliométricos possibilitam o conhecimento do reconhecimento do valor científico dos trabalhos publicados. A sua aceitação e utilização na avaliação da Ciência implica, por sua vez, a aceitação dos seguintes pressupostos:

1. *“El valor y la calidad de un trabajo de investigación viene dado por el modo como es recibido por los demás científicos y por cómo reaccionan éstos.*
2. *La reacción de la comunidad científica se puede estimar contemporáneamente o al poco tiempo de concluir-se la investigación.*
3. *Todas las contribuciones a la investigación científica dejan huellas identificables en la literatura científica*
4. *Examinando los trabajos publicados en las revistas científicas se capta información sobre la Ciencia, que se comunica de científico a científico, a través de la bibliografía.*
5. *Utilizando bases de datos automatizadas (y en particular las del Institute for Scientific Information) se pueden detectar todas las publicaciones científicas relevantes para estas evaluaciones.*
6. *Se puede obtener una medida realista de la producción mediante el simple recuento de publicaciones, independientemente de la longitud y de la naturaleza de cada artículo.”* (Moravesik, 1990)

Tais pressupostos são, no entanto, polémicos.

⁴ Alan Stoleroff e Teresa Patrício, no estudo que fizeram sobre a prática científica (Stoleroff *et al.*, 1994) colocaram os indicadores bibliométricos entre as “formas avaliativas de produtividade científica”, as quais se hierarquizam pelo grau de reconhecimento que atribuem: “vão desde prémios como o mais prestigiado e reconhecido Prémio Nobel por disciplina científica ... passando pelo reconhecimento advindo da promoção na carreira profissional”. Peter M Burnhill and Margarete E Tubby-Hille consideram que “publication also provides a means by which researchers can obtain recognition” (Burnhill *et al.*, 1994).

Neste estudo, para traçar a evolução do volume de publicações nas CSH, optámos por tomar como ponto de partida os indicadores bibliométricos disponíveis sobre a Ciência em Portugal. A razão desta escolha deve-se ao facto de essa ser a informação mais acessível e capaz de dar resposta a nível nacional. Esses indicadores, (provenientes do Social Science Citation Index e do Arts & Humanities Citation Index⁵, e organizados pelo Grupo de Bibliometria / JNICT) destacaram-se das séries de dados relativas ao ensino e das outras relativas à investigação por não revelarem, como elas, um crescimento acentuado no período estudado. Pelo contrário, os números mostraram-se de tal maneira pequenos que não permitiram a comparação do período de 1980/81 com o de 1993/94.

Por isso, recorreremos a outras bases de dados com a intenção de tornar mais representativo o conjunto das publicações. Primeiro, consultámos uma base de dados de origem francesa, com carácter internacional e pluridisciplinar (FRANCIS). Depois, tomando a Economia como exemplo, consultámos duas bases de dados desse sector (a ECONLIT e a ABI-INFORM). Ao conjunto de referências bibliográficas dos trabalhos científicos de Economia oriundos do SSCI, da ECONLIT e da ABI-INFORM, acrescentámos também os trabalhos publicados em duas significativas revistas portuguesas (*Boletim de Ciências Económicas e Estudos de Economia*). O número total de trabalhos desta área alterou-se significativamente (comparativamente aos provenientes exclusivamente do SSCI) sendo possível pôr de lado a hipótese de uma actividade científica não comunicativa (supostamente sem resultados ou, pior, mesmo improdutivo).

Com estes procedimentos, tivemos oportunidade de mostrar como são redutores, no caso das CSH, os indicadores bibliométricos constituídos exclusivamente a partir do SSCI e do A&HCI (apesar da fiabilidade dos seus dados). O estudo dos hábitos de publicação dos cientistas sociais portugueses, assim como o estudo da especificidade da comunicação nas CSH em geral, confirmarão essa constatação.

Quanto ao tema da profissionalização das CSH, optámos por dar uma visão da importância do movimento associativo de índole profissional assim como valorizar

⁵ Bases de dados produzidas pelo Institute for Scientific Information, Philadelphia, U.S.A.

alguns factores inerentes ao processo de profissionalização da Ciência, tomando como exemplo a Sociologia.

Todas as séries de dados recolhidas vão mostrar indícios importantes do desenvolvimento no nosso país de cada uma das CSH, da dinâmica inerente à comunidade científica subjacente, assim como da sua capacidade de integração na sociedade (tal como se tinha referido a propósito dos números relativos ao Ensino).

2. Apontamentos sobre a evolução das Ciências Sociais e Humanas em Portugal



Com base fundamentalmente em dois textos de João Ferreira de Almeida⁶, pretendemos neste capítulo descrever de uma forma sucinta a evolução das Ciências Sociais em Portugal desde a década de 60. No entanto, ao elaborar esta pequena exposição, aproveitaremos todas as oportunidades para complementar a informação transmitida por este autor com outras por nós julgadas pertinentes e enriquecedoras.

2.1. A década de 60

Podemos conceber o percurso das CSH nos últimos 70 anos dividido em dois grandes períodos: de 1930 a 1974 e de 1974 aos nossos dias.

O primeiro período referido é caracterizado essencialmente pela ideologia do Estado Novo, a qual provocou um grande bloqueio à investigação científica nestas áreas. Assim,

“às brilhantes gerações de historiadores, geógrafos, etnógrafos e ensaístas sociais e políticos de 1870 a 1930 (Oliveira Martins, Gama Barros, Costa Lobo, Leite de Vasconcelos, Lúcio de Azevedo, António Sérgio), para não evocar senão os nomes mais notáveis dum vasto conjunto de eruditos e pensadores, sucedeu-se uma impressionante redução de estudiosos das ciências sociais.” (Pereira, 1987)

Ao longo do texto de Maria Halpern Pereira, são referidos os seguintes traços característicos deste período:

1. a “subordinação política da universidade portuguesa”,
2. o “isolamento científico em relação ao resto do mundo”,
3. a “marginalização institucional das ciências sociais” e

⁶ Isto porque foram muito poucos os textos que encontramos sobre esta temática.

4. a *“exclusão da Universidade de quase todos os historiadores não integrados no sistema político”*.⁷ (Pereira, 1987)

Num texto de 1969, João Ferreira de Almeida tece algumas considerações sobre o estado contemporâneo do ensino superior das Ciências Sociais. Nomeadamente, são apontados

“alguns dos problemas implicados pelo necessário incremento da formação neste sector do conhecimento.” (Almeida, 1969)

O reconhecimento desta necessidade revela-nos já um certo subdesenvolvimento destas áreas científicas que, mais à frente, o autor bem caracteriza ao confrontá-lo com o desenvolvimento de outras Ciências. Quanto a estas últimas, então, já algo existia ainda que susceptível de melhoramentos:

“... Trata-se, naqueles casos, de propor reformas ...”

*“No que diz respeito às Ciências Sociais (...) é praticamente de uma situação de não existência de que se parte. (...) trata-se, neste, de pugnar por uma criação.”*⁸ (Almeida, 1969)

Definidas de um modo que o próprio autor considera muito pragmático, apropriado para o objectivo do artigo, por Ciências Sociais deve entender-se o conjunto das Ciências Sociais, Ciências Humanas ou Ciências do Homem. J. Ferreira de Almeida ressalva, contudo, que muitas vezes ao falar terá mais em mente a Sociologia do que qualquer outra Ciência Social. Além de razões pessoais, o autor atribui à Sociologia *“características específicas-diferenciais”* que naquela altura tornavam a sua situação paradigmática. Noutro local, ao referir a relação particular⁹ que se estabelece entre a Sociologia e uma determinada sociedade (que pode ir da aceitação à exclusão da

⁷ Através de várias fontes, orais e escritas, sabemos que este fenómeno de exclusão abarcou cientistas sociais de várias áreas, nas mesmas condições.

⁸ O atraso torna-se ainda mais patente quando comparado com o estado de desenvolvimento das Ciências Sociais noutros países, onde a década de 60 é considerada como período de grande avanço para estas ciências. Aquilo que noutros países actuou como estímulo, como impulsionador, foi - entre nós - asfixiado sobretudo por causa das condições políticas.

⁹ Quanto mais aberta e mais democrática fôr uma sociedade, maior a facilidade de nela a Sociologia (nas suas vertentes de ensino, de investigação e de aplicação profissional) se integrar e de se desenvolver. Isto porque a Sociologia tem por objectivo conhecer a sociedade, debruçando-se sobre ela com um espírito essencialmente crítico.

primeira pela segunda), leva-nos a pensar que a Sociologia terá sempre uma situação paradigmática.

Na primeira parte do artigo, intitulada “O ensino das Ciências Sociais em Portugal”, é feita uma análise da situação contemporânea dessas Ciências, pondo em causa os efeitos de alterações “recentes” de que estas tinham sido objecto.

O autor começa por se socorrer de duas ideias alheias para ir ao cerne das questões que nessa altura envolviam e influenciavam as Ciências Sociais. A primeira, de A. Sedas Nunes (1963) e relativa à Sociologia, exprimia as muito limitadas e desfavoráveis perspectivas de desenvolvimento desta Ciência, assinalando a ausência de um quadro legal que permitisse a especialização sociológica. A segunda, de V. Magalhães Godinho (1965) e com âmbito mais alargado, acusava a impossibilidade de - nessa altura e em Portugal - *“formar um autêntico especialista em qualquer das ciências humanas, seja ela qual fôr.”* (Almeida, 1969)

Se para J. F. de Almeida, em 1969, ainda se encontrava válida a primeira afirmação, o autor propõe-se neste artigo confirmar ou invalidar a segunda afirmação. Isto porque esta última opinião vinha no seguimento de um raciocínio que começava pela declaração da não existência em Portugal de licenciaturas em Psicologia, Sociologia, Etnologia e Antropologia. Para J. Ferreira de Almeida, quatro anos mais tarde o que poderia infirmar esta tese eram os cursos entretanto criados (Sociologia, Psicologia Aplicada, Serviço Social, Ciências Sociais e Política Ultramarina, ...). A questão que o autor vai colocar e à qual vai responder é a seguinte: até que ponto estas modificações eram, então, manifestação de uma nova atitude (de abertura e de apoio) face às Ciências Sociais ou até que ponto estas medidas camuflavam os mesmos princípios de bloqueio até aí vigentes.

O autor acaba por confirmar a posição de V. M. Godinho: em 1969 continuava a não existir em Portugal a possibilidade de uma real formação em qualquer das Ciências Sociais ou Humanas. Os novos cursos destinavam-se somente a fornecer uma preparação profissional essencialmente prática. A este propósito, o autor estabelece distinções cruciais como, por exemplo: com estes cursos, formavam-se pessoas para o Serviço Social¹⁰ mas não se formavam pessoas para a investigação científica¹¹.

¹⁰ “... no Serviço Social, como noutras formas de intervenção na sociedade, o que está em causa são problemas de acção ...”

Afastavam-se deste modo os perigos do espírito crítico próprio da actividade científica, perigos que se avolumavam quando os objectos desta actividade eram (e são) a Sociedade e o Homem. É claramente uma atitude de defesa própria de um regime não democrático. Por isso fala J. Ferreira de Almeida em “*resistências institucionais*” e descreve, de uma forma muito clara, o dilema que Portugal atravessava: pretendia-se participar da civilização industrial no que toca à produção, mas procurando-se manter a sociedade tradicional.

Com isto não queremos dizer que Portugal estivesse imune a todos os movimentos internacionais em prol das CSH (já referimos que, a nível internacional, a década de 60 foi um período muito favorável a estas Ciências): eles não deixaram de se repercutir, embora numa escala reduzida, originando uma procura das Ciências Sociais. Como bem explica J. Ferreira de Almeida, nesta procura podem diferenciar-se duas causas: as alterações no plano do sistema económico (ao provocarem uma modificação qualitativa da procura no mercado do trabalho) e o interesse suscitado, em território nacional, pelo desenvolvimento das Ciências Sociais além fronteiras. A resposta que se deu a esta procura é que foi bastante condicionada. No mercado de trabalho, se determinadas funções profissionais puderam ficar bem preenchidas com os técnicos formados pelos novos cursos, para outras - que exigiam uma formação propriamente universitária - este tipo de formação continuou a ser insuficiente. Em relação ao interesse, foi cortada a hipótese deste ser satisfeito por uma adequada formação base académica. Vemos assim a Universidade - enquanto pedra angular, enquanto condição necessária - a surgir como o meio escolhido para condicionar e controlar em Portugal a evolução das Ciências Sociais. Por isso, o desbloqueio pós-25 de Abril destas áreas científicas começa também por se manifestar na Universidade.

Ainda sobre os “novos” cursos, J. Ferreira de Almeida diz que o problema não foi ter-se criado determinada índole de cursos; o problema é que não se tenham criado outros que visassem a formação de cientistas sociais. E se “*o serviço social é um consumidor de produtos científicos (entre outros), mas não é um produtor dos mesmos - ou só muito acessoriamente o é - ...*”, parece-nos lógico que a ordem de criação dos dois tipos de cursos fosse a inversa. A actividade científica surge-nos como o fundamento das técnicas e dos conhecimentos utilizados na realização do Serviço Social. Noutros

¹¹ “... na Ciência (sociológica ou outra) o que está em causa são problemas de conhecimento ...”.

países, referimo-nos em particular ao Canadá (Bruce, 1987), embora o Serviço Social fosse um dos objectivos das novas formações nem por isso se descurou - bem pelo contrário - a formação académica. Em Portugal, pôs-se mesmo em risco o sucesso dos cursos criados pois *“querem-se ‘técnicos’ e acaba-se por criar escolas para atingir esse objectivo; mas não se criam os meios de fornecer a formação básica, fundamental, sem a qual não há ciência que alimente a preparação técnica.”* (Almeida, 1969)

Num texto de 1992, também da autoria de J. Ferreira de Almeida, as afirmações nele contidas sobre as Ciências Sociais em geral vêm completar a informação sobre os anos 60 (Almeida, 1992a).

O autor começa por dizer que os contextos sociopolíticos não influenciaram da mesma forma todas as disciplinas incluídas nas Ciências Sociais. Ciências como a História, a Economia, a Etnografia e a Geografia pertencem ao grupo das que conseguiram, pelo menos, sobreviver. Isto porque, segundo o autor, tinham tido tempo para se afirmar antes de 1926, para fazer reconhecer a sua utilidade, para se consolidar institucionalmente, em particular nas Universidades (mais uma vez realçamos a importância desta instituição). Do outro grupo¹², diz que foram Ciências que perderam a continuidade vendo falhar os seus primeiros e frágeis esforços de afirmação científica.

Em 1992, J. Ferreira de Almeida fala dos anos 60 como anos de transformação. Chega mesmo a mencionar a *“irresistível viragem dos anos 60”*. Pode-nos parecer que entra agora (passados mais de 20 anos) em contradição com a leitura dos factos por ele feita em 1969, mas não é esse o caso: continua a afirmar que só após o 25 de Abril de 1974 *“puderam nascer os primeiros cursos universitários de pleno direito”*. Até lá, só foi possível introduzir um pouco das novas Ciências Sociais nalguns cursos universitários e criar pequenos espaços onde fosse possível investigar nestas áreas, chegando-se mesmo a conseguir publicar alguns trabalhos.

A comprovar esta mudança que ocorreu nos anos 60 (independentemente da dimensão que tenha tido) temos o aparecimento da revista *Análise Social* e do Gabinete de

¹² Ainda que o autor neste texto apenas mencione a Sociologia, noutro associa-lhe disciplinas como a Antropologia e a Psicologia Social.

Investigações Sociais (GIS) em 1963. Tanto a Revista como Gabinete são, no entanto, exemplos da excepção à regra. Segundo A. Sedas Nunes (Nunes, 1988), a criação daquela revista esteve ligada, entre outros, a vários fenómenos da realidade portuguesa¹³ e servia sobretudo para mostrar as realidades sociais. Quanto ao GIS, segundo Paquete de Oliveira, “*visava preparar docentes e investigadores em ciências sociais e particularmente na sociologia*” (Oliveira, 1993).

2.2. Os anos imediatamente anteriores à Revolução

Poucas referências às CSH se encontram relativas às décadas de 70 e 80. Por isso achamos que a maneira mais proveitosa de falar deste passado ainda recente é enquadrá-lo num âmbito mais geral da evolução do ensino superior e da investigação científica. No decorrer desta análise, focaremos os pontos em que as CSH foram alvo de um tratamento diferenciado das outras, pontos esses que tivemos conhecimento a partir de alguns balanços - sempre breves - efectuados sobre estas Ciências.

Quanto às perspectivas abertas, nos sectores da Educação e da investigação científica, nos primeiros anos da década de setenta (ainda anteriores à revolução de 1974), elas tiveram as suas raízes na década anterior como, aliás, é natural. Já J. Ferreira, de Almeida nos falava da “*irresistível viragem dos anos 60*”. A partir do texto “A investigação científica”, da autoria de José Mariano Gago (Gago, 1994) compreendemos melhor o sentido desta expressão. Mariano Gago fala-nos de uma personalidade, o Prof. Abreu Faro, que foi “*porventura no final da década de 60 um dos melhores e mais esclarecidos protagonistas da política de desenvolvimento científico e de abertura ao exterior*”. Isto equivale a dizer que, apesar de tudo, a década de 60 já continha em si sementes de uma abertura ao exterior que se concretizou sobretudo através do estímulo à formação de jovens no estrangeiro.

¹³ “... à existência do Salazarismo, à sua perduração e também ao seu declínio; à resistência ou oposição ao Salazarismo, por sob e por dentro do Salazarismo; à promissora industrialização dos anos 50 e ao seu amortecimento na década seguinte; ao desenvolvimento de novas classes médias urbanas, muito diferentes das tradicionais; ao crescimento e à diferenciação do aparelho de Estado e à sua tecnicização relativamente rápida, embora limitada; às ambiguidades da Igreja portuguesa perante o Estado, já na fase de envelhecimento e descrédito cada vez maior da Ditadura; à espectacular expansão da população universitária estudantil e à progressiva tomada de consciência de si mesmos pelos estudantes, como força social e política; à crescente inadaptação das Universidades às mudanças sociais que as percorriam e percorriam toda a sociedade; à formação e evolução de todo um pensamento social «desenvolvimentista»” (Nunes, 1988).

Contudo, estas políticas de abertura só se poderiam vir a concretizar plenamente após o desbloqueio político causado pelo 25 de Abril de 1974. Até lá, só as Engenharias, as Ciências Exactas e as Naturais - áreas politicamente inócuas, como as caracteriza o autor - puderam beneficiar dessas novas orientações. A exclusão das CSH vai marcar negativamente o desenvolvimento futuro destas mesmas Ciências¹⁴, da mesma forma que os estímulos proporcionados às outras áreas científicas referidas vão possibilitar, *“a partir do final da década de 70, uma renovação e expansão muito significativas dos quadros universitários e dos centros de investigação.”*

Outra manifestação de que algo tinha mudado nos anos 60, foi a existência da reforma do sistema educativo aprovada e publicada em 1973, embora já concebida pelo Prof. Veiga Simão (então ministro da Educação) e pela sua equipe em 1970. Como diz E. Marçal Grilo (Grilo, 1994), esta lei *“para a época representava um passo extremamente relevante para a modernização e a abertura do sistema educativo português.”* Entre outros, já aí constava o objectivo de diversificar o ensino superior.

Ainda em 1970, Veiga Simão legitima a equivalência dos doutoramentos obtidos no estrangeiro. A importância desta medida é patente se nos recordarmos que só em 1984 o número de doutoramentos nacionais ultrapassou o número das equivalências. (Duarte, 1994).

Em 1973, decerto como concretização da nova lei de bases, é publicado um Decreto-Lei a criar novas universidades, os institutos politécnicos e as escolas normais superiores. Para Marçal Grilo, este foi o primeiro grande impulso no sentido da expansão e diversificação do ensino superior.

Os factos enumerados mostram que - em Portugal e antes de 1974 - já era reconhecida por alguns membros do Governo a importância de estimular e criar condições para o desenvolvimento científico.

¹⁴ Falta de recursos humanos qualificados que a elas se dediquem, falta de instituições, atraso considerável em conhecimento acumulado,

2.3. O pós 25 de Abril

Contudo, embora paradoxalmente, o primeiro impacto da revolução de 74 sobre estas reformas foi o de interromper este movimento renovador. Marçal Grilo (Grilo, 1994) afirma que o período de 1974-1976 foi um dos períodos mais conturbados para o sector da Educação. Nessa altura considerava-se imprescindível cortar com tudo o que tinha sido gerado antes do 25 de Abril, sem o cuidado de separar o incorrecto do correcto. A partir de 1976 porém, com a racionalização das atitudes e dos comportamentos, conseguiram-se formular políticas e levar a cabo acções que se vieram a consagrar, em 1986, numa nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

Neste período, as CSH passaram a ser mais abarcadas pela legislação que pautava as outras Ciências. Em primeiro lugar, falaremos dos estímulos que foram comuns a todas. Em segundo lugar, identificaremos opções tomadas - a nível nacional e no âmbito da política científica - que continuaram (embora sem ser por pôr em causa a sociedade tradicional) a excluir as CSH.

Mariano Gago ao falar-nos da evolução da investigação científica desde 1974, deixa claro *“como o fenómeno do crescimento (embora ainda escasso) da ciência portuguesa nos últimos 20 anos está estreitamente imbricado no processo de desenvolvimento do ensino superior em Portugal ...”* (Gago, 1994). Por outro lado, Marçal Grilo fala da expansão e diversificação do ensino superior como sendo *“uma das tendências mais marcantes dos últimos 20 anos do sistema educativo português”* (Grilo, 1994).

Esta relação da investigação com a universidade já foi por nós estabelecida para o caso das Ciências Sociais. Esta generalização da dependência deixa bem claro que, para se desenvolver qualquer actividade científica, há que começar pelo investimento (gerador de quantidade e qualidade) nos recursos humanos. No entanto, embora esta situação seja útil e aceitável numa fase de expansão da investigação científica, numa fase de consolidação não é de forma alguma suficiente. A investigação específica que se faz na universidade (sobretudo fundamental e básica) é somente uma das vertentes da investigação científica.

Passamos a descrever como evoluiu o ensino superior em Portugal e as suas consequências para a investigação científica, detectando as vantagens (criadoras de

pontos fortes na investigação) e as desvantagens (criadoras de pontos frágeis) do percurso seguido.

Segundo Marçal Grilo *“as alterações estruturais que foram sendo introduzidas a partir de 1978 assentam numa perspectiva educativa e num fio condutor comuns, que são consagrados com a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo.”* (Grilo, 1994). Dessas alterações seleccionámos - do texto deste autor que vimos a citar - aquelas que directamente se cruzam com o ensino superior.

A expansão e a diversificação do ensino superior foram um dos objectivos visados (que aliás, pelo menos em parte, já constava da lei de bases de 1973 - lei nº 5/73, de 25 de Julho). Fazendo um pouco de história, M. Grilo refere que a estrutura institucional do ensino superior português se manteve praticamente na mesma de 1930 a 1973¹⁵. Em 1973, pelo Decreto-Lei nº402/73, de 11 de Agosto, foram criadas mais universidades, institutos politécnicos e escolas normais superiores. Começava assim a expansão do sistema assim como se consolidava a sua vertente não universitária (tendendo-se assim para a diversificação). Este processo, com a mudança de regime político, sofreu contudo um retrocesso pois o espírito inicial da revolução não se compatibilizava com as instituições superiores não universitárias. Só em 1979, a diversificação foi cabalmente prosseguida. Quanto ao subsistema universitário, tomando como pontos de referência os anos de 1974 e 1986, deixou de ser um universo constituído por 7 universidades e 1 instituto universitário para passar a conter 12 universidades e 1 instituto universitário. Posteriormente, ainda continuou a ser alargado. Quanto ao ensino politécnico, a rede criada em 1979 teve um crescimento acentuado, desenvolvimento esse que actualmente ainda não parou.

Outro dos princípios orientadores da Lei de 1986 foi o desenvolvimento e a expansão do ensino superior particular e cooperativo. Foi só também em 1979 que uma mudança de mentalidades possibilitou adoptar essa forma de incrementar o ensino superior: uma política acentuadamente partidária do papel central do Estado passou a ser penetrada por um pensamento mais liberal. Este novo espírito veio a consagrar-se com a primeira revisão da Constituição Portuguesa, feita em 1982, acontecimento sem

¹⁵ “o sistema incluía i) um sector universitário, que integrava as Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Coimbra e Porto e a que se juntou em a Universidade Católica em 1971; e ii) um sector não universitário, sem grande expressão, onde se inseriram sobretudo as escolas do ensino artístico (Escola Superior de Belas-Artes e Conservatórios de Lisboa e Porto) e algumas instituições privadas de índole técnico-profissional.”

dúvida importante para o ensino particular e cooperativo. M. Grilo aponta duas razões essenciais para “*a criação e rápida expansão do ensino superior privado*”, crescimento este que se tornou, “*a partir a (sic) 1986-1987, uma ‘tendência pesada’ do ensino superior português*” (Grilo, 1994). À semelhança do que tinha acontecido no Antigo Regime, professores houve que no período revolucionário se viram afastados da Universidade. A criação de universidades particulares era a possibilidade de novamente se enquadrarem institucionalmente e de oferecerem uma alternativa a um ensino público que “*em certas áreas científicas actuava com um enquadramento ideológico muito marcado pela componente colectivista e pró-comunista, caracterizadora do período mais conturbado de 1974-1975.*” (Grilo, 1994). A segunda razão prende-se com o facto de a procura do ensino superior passar a ser muito maior do que a oferta proporcionada pelas instituições públicas, a qual deixou de ser suficiente.

Como terceiro e último objectivo a assinalar temos a criação e consolidação dos cursos de pós-graduação universitária: os cursos de mestrado. Este processo teve o início em 1978. Os resultados mais marcantes deste novo nível de formação foram, por um lado, “*a valorização do corpo docente*” e “*o incremento das actividades de investigação científica*” (Grilo, 1994).

Todo este desenvolvimento que se deu ao nível das universidades possibilitou (como condição necessária) o desenvolvimento do sistema de investigação científica. Façamos a ponte entre um e outro.

Mariano Gago aponta três aspectos fundamentais na evolução da investigação científica entre 1976 e 1990 (Gago, 1994):

1. o crescimento considerável do número de pessoas que a ela se dedicavam;
2. o reforço das suas qualificações (pelo doutoramento e pelo mestrado¹⁶) e
3. a recomposição institucional (“*queda do peso relativo dos laboratórios do Estado, subida do ensino superior, num contexto de crescimento global*”).

Em cada um destes pontos encontramos o papel fundamental e indispensável da Universidade. Se o número de alunos universitários não tivesse aumentado

¹⁶ Pela primeira vez anunciado em 1978.

(necessariamente também o de docentes e, conseqüentemente, o de diplomados¹⁷) não teria sido possível tal evolução na investigação científica. Foi a Universidade, em larga medida, quem forneceu os recursos humanos necessários às actividades científicas (pelo número de licenciados que preparou), quem os melhorou (através dos mestrados e doutoramentos) e, em última análise, quem de novo os recebeu (recrutando-os) devido à sua crescente necessidade de pessoal docente. O autor identifica este último ponto como sendo uma das desvantagens do percurso seguido e um dos pontos fracos do sistema de investigação nacional. Aproveitamos para salientar o facto de que actualmente a maior parte dos investigadores portugueses se encontra nas universidades, o que também não está conforme à situação normal dos sistemas de I&D desenvolvidos. O autor explica a sua posição argumentando que esta forma de recrutar investigadores é “*exterior à lógica do sistema científico propriamente dito*” (Gago, 1994), pois estes não são contratados por necessidade da actividade científica realizada em unidades de investigação mas sim devido à necessidade de formar cada vez mais alunos. Através dos estudos incluídos no relatório “A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX: comportamentos, atitudes e expectativas” (Jesuino, 1994), é-nos possível aprofundar um pouco mais as implicações inerentes à lógica que orientou este recrutamento de investigadores.

Este relatório, ao qual voltaremos noutro capítulo, baseou-se fundamentalmente num inquérito feito a uma amostra da comunidade científica portuguesa. Oitenta e três por cento dos inquiridos dizem trabalhar na Universidade. Tal situação não se mostra benéfica para a investigação científica já que, como também é dito nessa mesma fonte, a universidade tem condições particulares de trabalho: é exactamente aí que se encontram as maiores dificuldades em termos de percentagem de tempo efectivamente dedicado à investigação. Os universitários têm que se distribuir por inúmeras tarefas¹⁸ o que os leva a dedicarem-se parcialmente à investigação, mesmo que aumentem o

¹⁷ Quanto ao número de alunos matriculados em estabelecimentos do ensino superior: 1973, 54000; 1992, 190000. Quanto ao número de diplomados com cursos superiores recenseados em: 1970, 49000; 1991, 263000. Quanto ao número de docentes dos estabelecimentos do ensino superior: 1973, ca. 3400; 1991, 11 000. Dados retirados do texto “A investigação científica” de José Mariano Gago.

¹⁸ Na obra citada são enumeradas as seguintes tarefas: tempo lectivo, preparação de aulas, horas de atendimento aos alunos, orientações, arguências, participações em júris, para além ainda de actividades relacionadas com a administração ou gestão de instituições.

seu tempo de trabalho diário. Assim, tal como consta no estudo citado, dado que os universitários são a maior fatia, conclui-se que a comunidade científica portuguesa exerce a investigação a tempo parcial.

Se esta situação actual se deve a uma estratégia inicial possível para avançar no domínio da investigação científica, numa fase de consolidação há que adoptar uma lógica interna ao sistema científico¹⁹.

Esta realidade adquire ainda novos contornos no caso das CSH. A ligação destas à Universidade mostra-se ainda maior porque a sua capacidade de investigar independentemente do âmbito académico é ainda muito mais pequena do que nas outras Ciências.²⁰ Se pensarmos que na Universidade se realiza a maior parte da investigação fundamental e que, fora dela, a investigação realizada é sobretudo aplicada visando muitas das vezes o desenvolvimento, as CSH aparecem-nos mais distanciadas da sociedade. E esta constatação não deixa de ser paradoxal, dado que o objecto de estudo destas Ciências é a Sociedade (nas suas várias dimensões) e o Homem. Sobre este isolamento dos cientistas sociais:

“O facto de os aspectos humanos e sociais tenderem a ser subvalorizados tem a ver não apenas com a subsistência de uma mentalidade tradicional profundamente marcada pelo taylorismo, mas também com as atitudes dos próprios cientistas sociais. De acordo com Chris Clegg e Martin Corbett, «tem de ser dito que os próprios cientistas sociais contribuíram substancialmente para a sua escassa influência. Os cientistas sociais falharam na persuasão dos outros quanto à legitimidade e significância dos aspectos humanos da tecnologia avançada de produção (...) Estas falhas por parte dos cientistas sociais têm a ver com os objectivos da investigação, com as ênfases e com o seu estilo»” (Kovacs, 1993).

Como veremos no próximo capítulo, dedicado ao ensino superior, nas CSH foi bem visível a expansão do ensino superior público e privado assim como o alargamento do ensino de pós-graduação.

¹⁹ O que normalmente impera em sistemas desenvolvidos, como afirma M. Gago.

²⁰ Estas últimas sempre têm uma possibilidade de aplicação técnica e tecnológica a que mesmo os políticos - para já não falar da sociedade em geral e do poder económico, industrial, ... em particular - são já muito sensíveis.

No entanto, ao nível da política científica, as Ciências Sociais e Humanas têm sido preteridas relativamente às outras:

“... em nome do que se consideram objectivos pragmáticos de desenvolvimento, em contexto de escassos recursos, defendem-se e definem-se privilégios para a investigação científica e tecnológica que se julga de aplicabilidade imediata no aparelho produtivo nacional. E aqui, na primeira linha de candidaturas a subalternização ou a banimento, sempre costumam aparecer as Ciências Sociais.” (Almeida, 1991).

Também João Abreu de Faria Bilhim, na sua tese de doutoramento (Bilhim, 1993), reconheceu que o programa CIENCIA (1989/93) privilegiou determinadas áreas científicas em detrimento das Ciências Sociais, as quais se limitaram a ser contempladas minimamente nas áreas da Economia e da Gestão.

Mesmo assim, neste programa nem a Economia nem a Gestão foram consideradas como domínios prioritários. A Medida O em que estas Ciências foram integradas não pertence nem ao subprograma “Fomento de Infraestruturas de I&D em Domínios Prioritários” nem ao subprograma “Formação Avançada e Inovação em Domínios Prioritários”, mas sim ao subprograma “Apoio Global ao Sistema Científico e Tecnológico” (Salema, 1991). João Abreu de Faria Bilhim, comparando este Programa com o Programa Mobilizador de Ciência e Tecnologia, afirma o seguinte:

“No contexto do Programa Mobilizador, as ciências sociais e humanas tiveram uma posição de maior destaque relativamente ao que aconteceu com o CIENCIA, onde estas só não foram totalmente ignoradas pelo movimento, entretanto lançado na comunicação social em seu favor.” (Bilhim, 1993)

Mesmo assim, enquanto que no primeiro concurso do Programa Mobilizador de C&T (1987/90) às CSH foi atribuído 6,61% dos financiamentos, no segundo concurso (1990) já nada consta (no documento por nós consultado) que lhes tenha sido atribuído (Salema, 1991).

João Ferreira de Almeida exprime bem esta inconstância que acabámos de focar, relativa à política científica e tecnológica:

“A história mais recente dessa política em Portugal, se mostra alguma coisa, é que nenhuma tendência constante se pode dar por adquirida.”

As oscilações têm sido a norma. De contextos de inteira penúria financeira, no início dos anos 80, em que intenções de apoio à investigação simplesmente se esvaíam por indisponibilidade de recursos, passou-se, a partir do meio do decénio, a um início de capacidade efectiva intervenção.

As orientações de política científica não puderam ainda, no entanto, ganhar consistência e criar tradição.” (Almeida, 1991)

Este desfavorecimento a que têm sido sujeitas as CSH, leva-nos a pensar que, se a Revolução de 1974 - com a instauração do Estado Democrático - criou as condições políticas para o desabrochar destas Ciências, não criou contudo uma vontade determinada em estabelecer e seguir uma orientação científica capaz de promover o seu efectivo desenvolvimento.

Para terminar e como exemplo, fazemos ainda duas citações que exprimem o descontentamento de dois historiadores, a primeira de 1987 e a segunda já de 1992.

Segundo Miriam Halpern Pereira,

“A multiplicação dos centros de investigação, que constituiu uma das novidades post-1974, não encontrou apoio numa política de investigação que se afirmou centralizadora, e embora sem conseguir a consecução dos seus objectivos, tem-se limitado a cercear os meios à disposição de centros de pesquisa com um nível reconhecidamente elevado de actividade científica.” (Pereira, 1987)

Por seu lado, José Mattoso acusa ainda a *“falta quase total de infra-estruturas de investigação”*, sendo elas nomeadamente a desorganização dos arquivos, e consequente inacessibilidade dos documentos que aí residem, e (já) a falta de centros de investigação (Mattoso, 1992).

3. O ensino superior: os últimos quinze anos

No capítulo que agora começa, analisaremos a já referida expansão do ensino superior no que diz respeito às CSH. Com este objectivo, procedemos à inventariação dos cursos superiores disponíveis para o ano lectivo 1995/96. A recolha destes dados e seu posterior tratamento disponibilizou-nos a informação necessária para caracterizarmos a estrutura do ensino superior, nas áreas em estudo.

No entanto, julgámos insuficiente obter exclusivamente o conhecimento da situação actual. Uma expansão é um processo dinâmico e, como tal, só pode ser minimamente apreendida se houver pelo menos dois pontos de referência. Assim, tomou-se o ano lectivo de 1979/80 como termo de comparação.

3.1. O ano lectivo de 1980/81

A tabela que se segue apresenta os cursos existentes (Braga *et al.*, 1981) no ano lectivo de 1980/81 com as respectivas vagas (Ministério da Educação e Ciência, 1980), distribuidos por áreas científicas (JNICT, 1991) e por tipo de instituições (quanto ao sector a que estas pertencem).

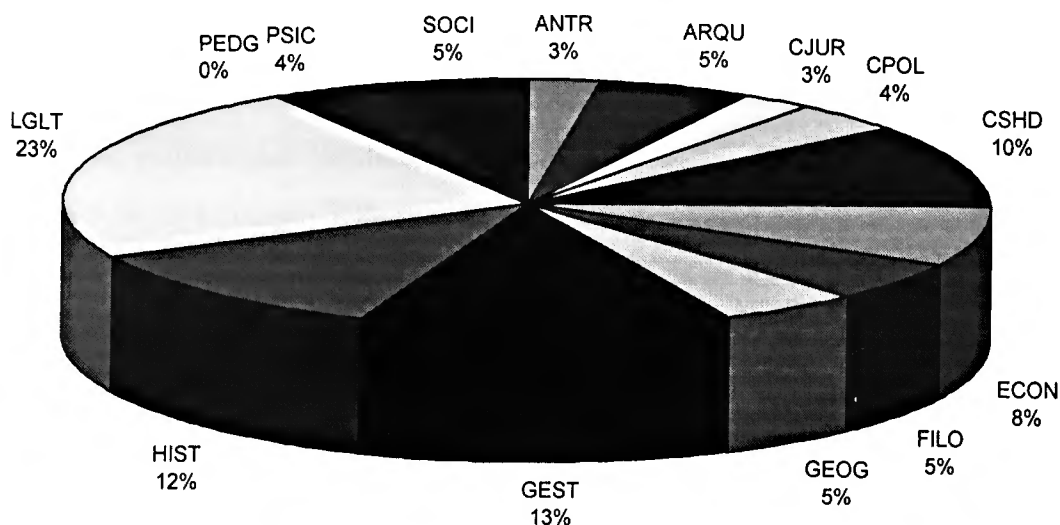
Tabela I
Cursos Superiores: 1980/81

Áreas científicas	Ensino Superior Privado		Ensino Superior Público	
	Vagas	Cursos	Vagas	Cursos
Antropologia			110	2
Arquitectura			230	4
Ciênc. Jurídicas		1	1050	2
Ciênc. Ling. Literárias			1920	18
Ciênc. Políticas			120	3
Economia		1	800	6
Geografia			285	4
Gestão		4	1520	10
Pedagogia			0	0
Psicologia		1	220	3
Sociologia		3	240	4
Filosofia		2	400	4
História			730	9
Ciênc. Soc. Hum. Div.		4	365	8
Total		16	7990	75

É manifesto o peso do sector público, dado que ministra 83,7% dos cursos. O sector privado mostra-se, nesta altura, irrelevante. Assim sendo, as percentagens que iremos indicar referem-se exclusivamente ao primeiro sector.

Gráfico 1

Ensino Superior Público: distribuição dos cursos por áreas



Quanto aos cursos, surge a área das Ciências Linguísticas e Literárias em primeiro lugar (reunindo cerca de 25% dos cursos). Este facto pode ser manifestação de uma certa tradição do sector público neste domínio do conhecimento. Por um lado, dado que estamos perante uma área científica politicamente neutra, ela pôde ir evoluindo sem grandes obstáculos e sobressaltos durante o período do Estado Novo. Por outro lado, a necessidade de professores de Línguas (particularmente no ensino básico e secundário) poderá exercer uma atracção especial por estes cursos, devido à facilidade de encontrar emprego após a licenciatura.

Em segundo lugar surge a Gestão, mas já se distanciando 10 pontos percentuais da primeira, logo seguida pela História.

Se cruzarmos esta informação com o número de doutoramentos que se realizaram nestas áreas de 1920 a 1980²¹ (Duarte, 1994), podemos constatar que ao nível de

²¹ Os doutoramentos serão analisados com mais detalhe, juntamente com os mestrados, no capítulo dedicado à investigação científica.

carreiras académicas a Gestão se diferencia consideravelmente das outras duas Ciências.

Tabela 2
Doutoramentos Nacionais: 1920/1980

<i>Áreas científicas</i>	<i>Doutoramentos: 1920 a 1970</i>	<i>Doutoramentos: 1970 a 1980</i>
Ciênc. Linguísticas e Lit.	31	32
História	16	16
Gestão	0	0

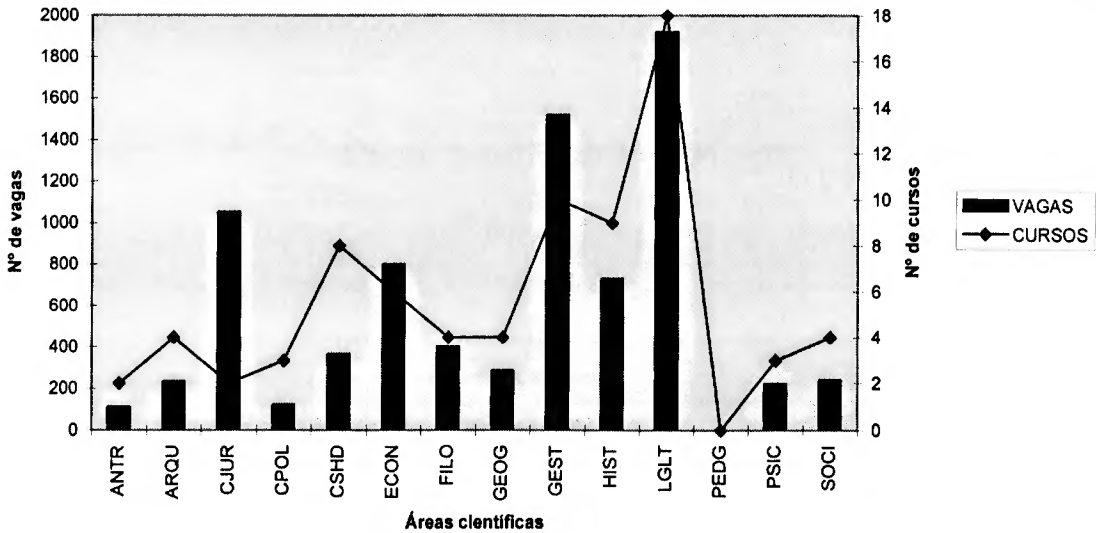
Ou seja, nenhum dos licenciados em Gestão avançou (pelo menos até 1980) pela carreira de investigação, não se tendo obtido nesta área títulos académicos mais altos. Este fenómeno pode ser explicado pela grande falta de profissionais desta índole na sociedade portuguesa de então e consequente facilidade de ingresso destes licenciados em carreiras profissionais atractivas.

Comparando os dois períodos de tempo escolhidos, é notório como o ritmo de investigação se alterou de um para o outro. Nos 10 anos do segundo período realizaram-se praticamente o mesmo número de doutoramentos que nos 50 anos relativos ao primeiro período.

De seguida, relacionaremos o número de cursos por área científica com o número de vagas abertas por cada curso. Este último valor será para nós indicador da ordem de grandeza do número de licenciados que saíram desses mesmos cursos.

Gráfico 2

Ensino Público: relação cursos / vagas



As Ciências Linguísticas e Literárias mantêm-se em primeiro lugar, sendo responsáveis por 23% das vagas. Em segundo lugar de novo a Gestão, desta vez mais próxima dos valores percentuais da primeira (com 19% das vagas). Em terceiro lugar surgem agora as Ciências Jurídicas. Este é o caso onde as duas séries de dados mais se afastam: se exceptuarmos o caso da Pedagogia, estas Ciências têm o menor número de cursos (dois) e, apesar disso, pertencem-lhe 13% das vagas no ensino superior público. A História, desta vez, só aparece em quinto lugar (9%) precedida pela Economia (10%). A estas cinco áreas atribuem-se 74% das vagas, o que dá ideia do peso diminuto das restantes nove áreas.

Se agruparmos todos estes cursos consoante o tipo de ensino a que pertencem, salienta-se o peso enorme do ensino superior universitário (onde se incluem 78,5% dos cursos). Mas, enquanto que no sector privado os cursos se distribuem na mesma proporção pelas universidades e pelos politécnicos (exactamente 50%), no público o ensino universitário atinge os 84,4%.

Concluindo: em 1980 (seis anos após a Revolução), temos um ensino superior que se caracteriza pelo forte peso do sector público, pela grande fatia do ensino universitário e por uma apreciável concentração de cursos em poucas áreas. Isto, para as CSH. Vejamos agora como é que quinze anos transformaram esta realidade.



3.2. O ano lectivo de 1995/96

Para caracterizar o actual ensino superior das CSH, começamos outra vez por apresentar uma tabela onde se recolhem os cursos existentes (Taveira, *et al.*, 1995), (Ministério da Educação, 1995a) e (Ministério da Educação, 1995b).

Tabela 3
Cursos Superiores: 1995/96

<i>Áreas científicas</i>	<i>Ensino Superior Privado</i>		<i>Ensino Superior Público</i>	
	<i>Vagas²²</i>	<i>Cursos</i>	<i>Vagas²³</i>	<i>Cursos</i>
Antropologia	60	1	205	4
Arquitectura	640	6	465	10
Ciênc. Jurídicas	3157	14	875	3
Ciênc. Ling. Literárias	891	15	1755	70
Ciênc. Políticas	1675	15	330	7
Economia	2009	16	930	9
Geografia	0	0	310	6
Gestão	11411	111	4324	59
Pedagogia	1650	26	1699	76
Psicologia	930	4	300	4
Sociologia	930	13	495	9
Filosofia	68	4	170	5
História	310	3	380	19
Ciênc. Soc. Hum. Div.	3269	58	1942	78
Total	27000	286	14180	359

De 1980 a 1995, foi grande o aumento do número de cursos superiores: praticamente sete vezes mais.

Se para o ano lectivo de 1980/81 o ensino superior privado nos surgia como um elemento praticamente neutro, podendo nós tomar o sector público como o todo e não como parte do ensino superior, em 1995 seria um grande erro excluí-lo da nossa análise. O sector privado revelou-se como tendo em si um grande potencial de crescimento, bastante concretizado até 1995.

O aumento da procura de cursos superiores, a falta de resposta do sector público e uma legislação favorável ao sector privado, podem apontar-se como as principais causas desta evolução. O sector privado passa a ser um elemento importante no ensino superior.

²² Para 16 cursos não obtivemos indicação das respectivas vagas.

²³ Para 17 cursos não obtivemos indicação das respectivas vagas.

As 7 áreas onde incluímos os cursos privados existentes em 1980 (tabela 1) tornaram-se insuficientes, sendo actualmente necessárias 13 áreas para agrupar a diversidade de cursos existentes neste sector. No sector público, a única área “nova” (nova só ao nível do ensino superior, como a seu tempo demonstraremos) é a Pedagogia.

Alguns cursos ministrados no sector privado não se encontram no sector público, assim como alguns dos cursos ministrados neste sector não se encontram no Privado. Isto como que atribui a cada sector um domínio exclusivo sobre determinadas áreas de ensino. No ensino privado encontram-se neste caso os seguintes cursos:

1. os cursos ligados à Banca e aos Seguros;
2. os cursos caracterizados pela grande interdisciplinaridade que englobam (é o caso dos cursos cuja designação é *Ciências Sociais* ou *Humanidades*);
3. os cursos que dão resposta a questões de grande actualidade mas que são muito específicos (cursos ligados à defesa e conservação do Património e cursos que se debruçam sobre as Comunidades Europeias) e, como última referência,
4. os cursos ligados ao estudo da Religião, segundo uma orientação determinada (nestes casos, da Igreja Católica).

O sector privado acabou por preencher um vazio que existia no universo do ensino superior, dando resposta a novas aspirações de formação decerto motivadas pela diversificação da procura no mercado de trabalho.

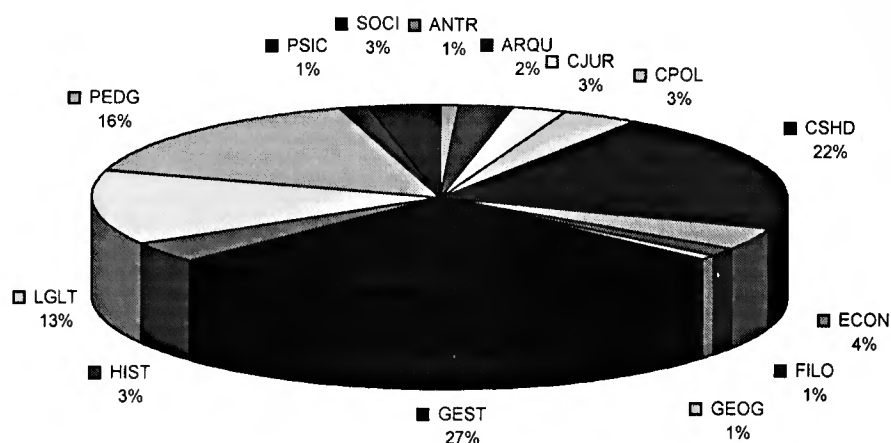
Para além destes casos de exclusividade, o ensino privado detem 82,4% dos cursos da área das Ciências Jurídicas, 68,2% dos de Ciências Políticas, 65,3% dos de Gestão e 64% dos de Economia.

O ensino público tem a exclusividade em poucos casos: na Geografia e na Dança (área incluída no item Ciências Sociais e Humanas), mas tem os casos de quase exclusividade mais fortes. É o caso da Música onde detem 95% dos cursos, das Ciências Linguísticas e Literárias (82,4%), da Antropologia (80%) e ainda da Educação (74,5%).

Salientada esta complementaridade entre os dois sectores de ensino, deter-nos-emos agora na forma os cursos superiores se distribuem pelas diferentes áreas científicas.

Gráfico 3

Ensino Superior (públ. e priv.): distribuição dos cursos por áreas científicas



São quatro as áreas científicas que em 1995 se destacam pelo volume de cursos: a Gestão (170 cursos), as disciplinas incluídas no item CSH Diversas (136 cursos)²⁴, as Ciências da Educação (102 cursos) e as Ciências Linguísticas e Literárias (85 cursos)²⁵. A área que se segue é a Economia mas só já com 25 cursos. É de salientar que só os cursos de Gestão, Ciências da Educação e Ciências Linguísticas e Literárias constituem 55,6% dos cursos. Adiantando relativamente às vagas, a supremacia destas três áreas mantem-se: a elas correspondem 52,8% das mesmas (Gestão: 15735; Ciências Linguísticas e Literárias: 2646 e Ciências da Educação: 3349).

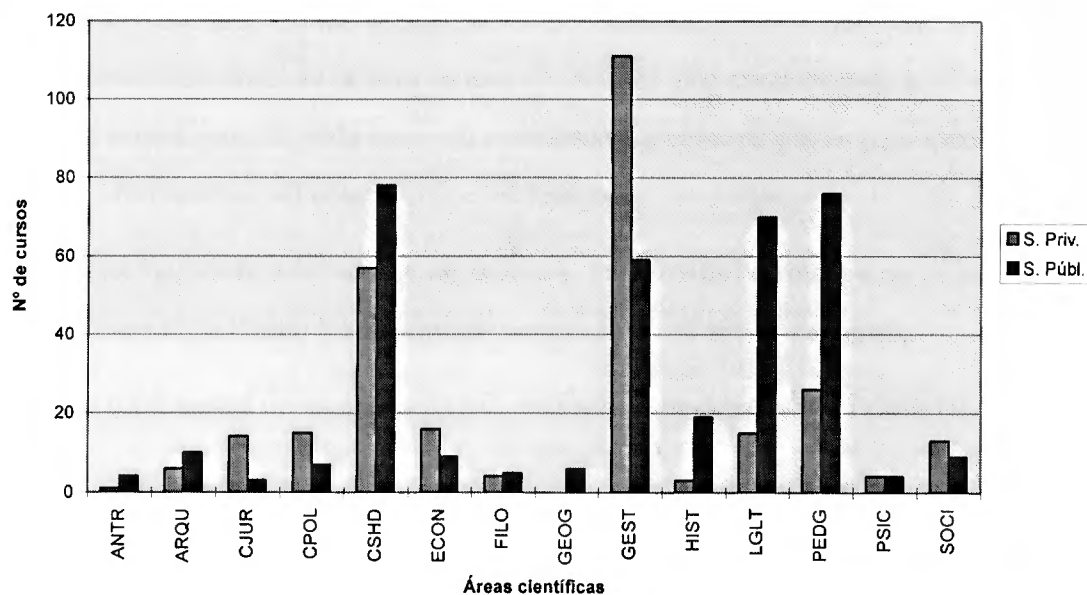
Porque é que há áreas que se mantêm com poucos cursos (nove áreas são responsáveis apenas por 19% deles) e outras com muitos (pelo menos, por comparação)? Que factores serão determinantes? Ainda que possamos não encontrar resposta adequada a estas questões, continuemos a analisar o universo dos cursos superiores de 1995 de forma a melhor o caracterizar.

²⁴ O grupo das Ciências Sociais e Humanas Diversas será abordado isoladamente mais tarde porque, como o consideramos uma classificação inadequada, achamos útil mostrar como se decompõe esta agregação inevitável mas muito pouco homogênea.

²⁵ É de salientar que as Ciências Linguísticas e Literárias, estando incluídas no grupo das maiores áreas quanto aos cursos, tem um ritmo de crescimento muito diferente da Gestão (as taxas de crescimento de 1980/81 para 1995/96 são, respectivamente, 3,72 e 11,14).

Gráfico 4

Ensino Superior: distribuição dos cursos por áreas científicas



Observando três das quatro áreas que mais se evidenciaram em 1995 (isto porque o grupo das CSH Diversas será analisado posteriormente), constatamos que duas delas sobressaem mais no sector público (as Ciências Linguísticas e Literárias e as Ciências da Educação) e uma no privado (a Gestão).

Começando pelo sector privado, dada a sua natureza, pensamos que as leis de mercado - nomeadamente a da procura e, por detrás dela, o efeito moda - têm grande influência na tomada de decisão relativa a que cursos criar e quantos. Disponibilizam-se mais os cursos mais procurados e, por sua vez, procuram-se mais os cursos que em determinado período se tornam mais aliciantes devido à facilidade de se encontrar, posteriormente, emprego. Este sistema peca por não se prever a altura em que o mercado de trabalho ficará saturado de determinado tipo de licenciados.

Quanto ao sector público, e detendo-nos nas Ciências Linguísticas e Literárias, ocorrenos que esta evolução resulte em grande parte do “efeito de Mateus”: quem mais tem, mais lhe será dado e a quem pouco tem até isso lhe será tirado²⁶. Em 1980, era esta a área mais desenvolvida. E já confirmámos que não só os indicadores relativos ao

²⁶ Citação a Robert Merton, da sua obra *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations* (The University of Chicago, Chicago, 1973), encontrada em (Bilhim, 1993).

ensino eram altos como o número de doutoramentos também. Isto é: para além desta área reunir o maior número de cursos, era a que tinha mais condições (particularmente recursos humanos) para crescer. E, de facto, continua a ser uma grande área: actualmente (dentro do sector público) só é ultrapassada pelas Ciências da Educação. Porém, estas últimas - dada a sua não existência em 1980 - parecem infirmar a hipótese levantada. Mas, se no ano lectivo de 1980/81 não correspondia nenhum curso superior a estas Ciências, toda uma estrutura estava preparada para - pelo menos - dar formação aos (potenciais) educadores e professores:

1. para a formação de educadores de infância, as Escolas Normais e as escolas João de Deus e Maria Ulrich (estas últimas pertencentes ao sector privado);
2. para os professores do ensino primário, as Escolas do Magistério Primário;
3. em 1979 começa-se já a falar das Escolas Superiores de Educação (decreto-lei nº 513-t/79, de 26 de Dezembro);
4. mais exemplos são o Ramo Educacional da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o Centro Integrado de Formação de Professores da Universidade de Aveiro, o qual adquiriu existência legal em 1978 (Almeida, 1981).

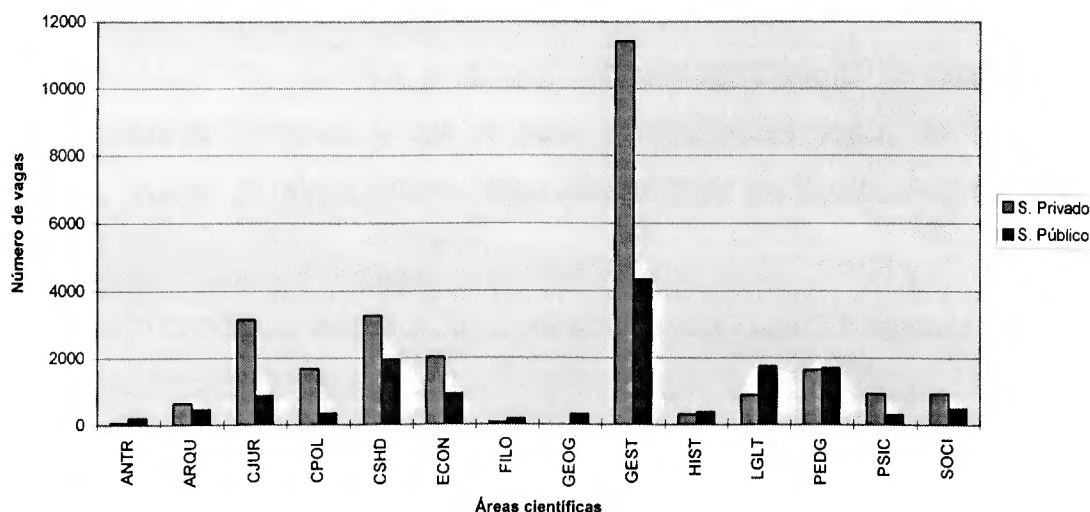
No domínio das Ciências da Educação, o fim da década de setenta / princípios de oitenta parece ter sido um período de transição -duma formação não superior para uma formação superior (conforme se pode verificar pela observação da bibliografia que consta no capítulo citado). Não sendo ainda no ano de 1980/81 visíveis essas alterações, a esse respeito o ano de 1995/96 é mais que eloquente: é a terceira área com mais cursos (detem o segundo lugar no sector público e o terceiro lugar no sector privado), embora no que diz respeito ao volume de vagas lhe corresponda somente cerca de 8%. Os cursos existentes em 1980 foram reestruturados e elevados ao nível superior²⁷. Sendo assim, em 1980 esta área já possuía infraestruturas consideráveis, sendo o seu nível zero fictício. Fica assim reposta a hipótese do “efeito de Mateus”. De seguida, passamos a reflectir sobre o volume de pessoas formadas por ambos os sectores.

²⁷ O grande número de cursos politécnicos incluídos nesta área (82, ou seja 80,4%), uma forte componente de cursos para formação de professores (49 relativos ao Ensino Básico e 8 para professores do Ensino Primário), uma parcela de 29 cursos para educadores de infância e só 3 cursos exactamente designados por Ciências da Educação, parecem indicar que foi essa a evolução.

De 1980/81 para 1995/96, o número de vagas para ingresso nos cursos superiores ligados às CSH, relativamente ao ensino público, aumentou cerca de 77% (de 7990 vagas para 14180). No entanto, se o sector público no primeiro período referido era responsável por 83,7% dos cursos, quinze anos depois já só ministra 56% deles. Mas se assegura ainda um maior número de cursos que o sector privado, a este último corresponde um maior número de vagas, ou seja: 65,6%. Estes números dão-nos uma ideia (embora aproximada pois não possuímos as vagas relativas ao ensino privado para o ano lectivo de 1980/81) da forma como nestes últimos anos cresceu o número de pessoas que frequentam o ensino superior, e da importância que o sector privado adquiriu. Passamos a mostrar a forma como as vagas se distribuem por áreas científicas, para o ano lectivo em estudo.

Gráfico 5

Ensino Superior (Públ. e Priv.): distribuição das vagas por áreas científicas



No gráfico apresentado destaca-se bem o grande volume de pessoas (38,2% da totalidade das vagas) que, estando agora a ser formadas em Gestão, dentro de aproximadamente quatro anos estarão disponíveis no mercado de trabalho. E se este conjunto de cursos e de vagas fôr no futuro pouco alterado, pelo menos a partir de 1999 todos os anos se acrescentará o mesmo número de Gestores²⁸ aos já existentes.

Este fenómeno não deixa de ser surpreendente. Esta concentração não pode deixar de ser problemática (relembramos que só a três áreas correspondem 52,8% das vagas,

²⁸ Embora estes se especializem de diversas formas.

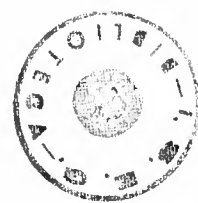
para além do caso particular da Gestão): será possível que daqui a poucos anos o mercado de trabalho consiga absorver todos estes diplomados? Isto é: a formação que hoje é possível oferecer, é aquela que amanhã a sociedade irá necessitar? Que visão prospectiva sustenta esta desproporção? É certo que há quem seja partidário de que

“no sector das Ciências Sociais e Humanas advogamos que o sistema não deve ser condicionado por qualquer planificação de necessidades de mão-de-obra. A sociedade organizada não deve impedir o acesso à cultura por outras razões que não sejam aquelas que ponham em causa o nível científico e as condições de funcionamento das escolas.” (Braga et al., 1981)

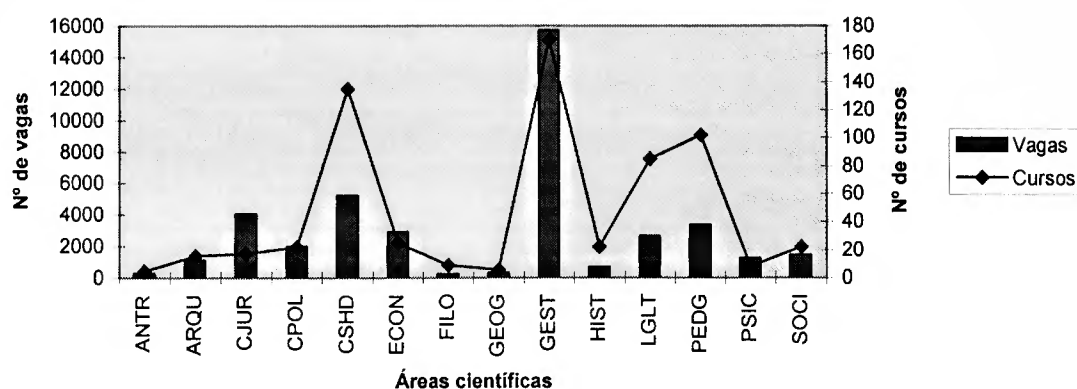
Mas se é verdade que a Cultura pode ser transmitida e assimilada, em grande escala, pela frequência de cursos que se debruçam sobre o Homem e a Sociedade, também é certo que nesses cursos se valoriza cada vez mais o acesso à Ciência e às diversas práticas científicas. E quem procura uma formação superior, procura-a tendo pelo menos como um dos objectivos preparar-se para o exercício de uma profissão²⁹. E é a própria sociedade que beneficia se rentabilizar esse investimento de capacidades, tempo e dinheiro. Observar o que se passa noutros países poderá ser útil para podermos avaliar da (a)normalidade deste desequilíbrio que constatamos no nosso país.

Da conjugação do número de cursos com o número de vagas resulta o seguinte gráfico:

²⁹ Poucos serão a excepção.



Ensino Superior: relação cursos / vagas



Se excluirmos o caso das Ciências Sociais e Humanas Diversas, pela grande heterogeneidade de cursos que reúne, confirma-se a concentração de um grande número de cursos em três áreas (Gestão, Línguas e Literaturas e Pedagogia) e o caso das Ciências Jurídicas que aparenta ter uma média alta de vagas por curso.

3.3. Artes e Humanidades

A classificação por nós utilizada para classificar os vários cursos (assim como doutoramentos, unidades de investigação, publicações, ...) envia uma série deles para um amontoado cuja designação é Ciências Sociais e Humanas Diversas. Este tornou-se um subgrupo importante dado que inclui 22% dos cursos por nós recolhidos (o segundo maior grupo). Sendo o nome que lhe foi atribuído pouco esclarecedor dos cursos que aí estão incluídos, resolvemos apresentá-lo de uma forma mais elucidativa.

Tabela 4

Cursos Superiores incluídos no item Ciências Sociais e Humanas Diversas

<i>Ciências Sociais e Humanas Diversas</i>	<i>Ens. Público</i>	<i>Ens. Privado</i>	<i>Total</i>
Artes Plásticas	12	15	27
Dança	2	0	2
Música	38	2	40
Teatro / Cinema	4	2	6
Ciências Sociais / Humanidades	0	9	9
Comunicação	12	15	27
Conservação e Restauro	1	1	2
Ergonomia	1	0	1
Hotelaria / Turismo	5	6	11
Património	0	1	1
Religião	0	7	7
Total	75	58	133

Neste grupo há a destacar o peso do ensino politécnico, ao qual se atribuem 73% dos cursos.

As primeiras quatro áreas apresentadas são relativas ao ensino artístico. A elas se atribuem 57% dos cursos deste grupo, sendo estes na sua maioria ministrados pelo sector público (em 75 cursos, 56). Destacamos o caso da Música tanto pelo número de cursos como pela quase exclusividade do sector público nesta área.

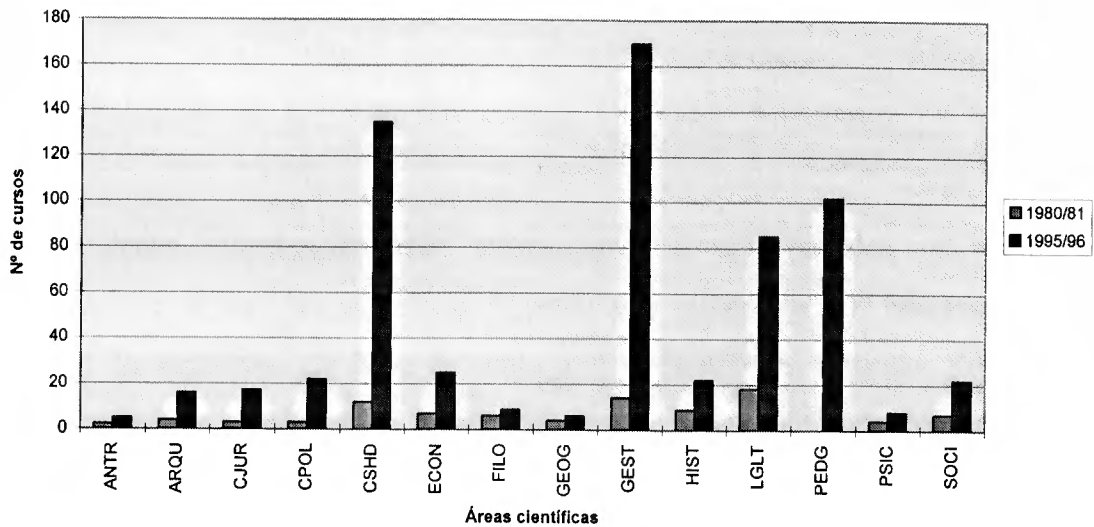
A comparação com 1980 é infértil: nessa altura, a maioria destes cursos já existindo não pertenciam, contudo, ao ensino superior. São casos semelhantes à área de Ciências da Educação. Nestas condições, estabelecer essa comparação é menosprezar a realidade de há quinze anos atrás e sobrevalorizar o crescimento ocorrido desde então.

3.4. A evolução ocorrida entre 1980 e 1995

Estamos agora em condições de estabelecer a evolução que se deu nos últimos 15 anos no ensino das CSH em Portugal.

Gráfico 7

Ensino Superior: evolução dos cursos por área científica



Relativamente ao número de cursos, todas as áreas progrediram no período em observação. A área científica que mais cresceu foi, sem dúvida, a Gestão (com uma taxa de crescimento de 11,2)³⁰. Depois desta, surgem as Ciências Políticas (já só com uma taxa de crescimento da ordem dos 6,3) e as Ciências Jurídicas (na ordem dos 3,7). É de realçar que as Ciências Linguísticas e Literárias, a maior área em 1980, manifestaram um ritmo de crescimento muito inferior ao da Gestão (3,7) sendo, por isso, ultrapassadas.

No que diz respeito ao número de vagas, áreas houve que regrediram. Foi o caso da Filosofia, da História, das Ciências Jurídicas e das Ciências Linguísticas e Literárias (com quebras de 58%, 48%, 17% e 9%, respectivamente).

O crescente número de cursos superiores encontra-se inevitavelmente associado ao aparecimento de novas universidades (ou escolas de ensino universitário ainda que não integradas em universidades) e institutos politécnicos

³⁰ O item Ciências Sociais e Humanas Diversas - embora apresente uma taxa de crescimento de 10,25 - deve ser excluído desta comparação devido aos cursos que, existindo já em 1980, não eram contabilizados por só posteriormente terem passado a fazer parte do ensino superior. Em circunstâncias semelhantes se encontra a área de Pedagogia



Tabela 5

Evolução das instituições de Ensino Superior ligadas às Ciências Sociais e Humanas

<i>Sectores</i>	<i>1980</i>		<i>1995</i>	
	<i>Instituições Ens.</i>	<i>Cursos Sup.</i>	<i>Instituições Ens.</i>	<i>Cursos Sup.</i>
Privado	8	16	57	286
Público	17	75	34	359
	25	91	91	645

As instituições consideradas nesta tabela foram as universidades, os institutos politécnicos e as escolas superiores (quando não integradas em nenhuma outra entidade). Se entrarmos em linha de conta com as faculdades, institutos superiores, escolas superiores, delegações, ... (ou seja, os diferentes polos que constituem os estabelecimentos de ensino superior), os números a apresentar são outros.

Tabela 6

Evolução das instituições de Ensino Superior ligadas às Ciências Sociais e Humanas, considerando as várias dependências

<i>Sectores</i>	<i>1980</i>		<i>1995</i>	
	<i>Instituições Ens.</i>	<i>Cursos Sup.</i>	<i>Instituições Ens.</i>	<i>Cursos Sup.</i>
Privado	12	16	103	286
Público	30	75	69	359
	42	91	172	645

Tanto a multiplicação de cursos como de instituições não ocorreu da mesma forma nos dois sectores. É notório o crescimento acentuado do sector privado que, se em 1980 era responsável por 17,6% dos cursos de ensino superior, em 1995 atingia os 44,3%. De qualquer forma, o sector público mantém-se com o maior peso.

Quanto ao número de instituições de ensino superior, as posições de cada um dos sectores invertem-se. Se em 1980 a maior parte das instituições do ensino superior pertenciam ao Estado (68%), em 1995 o sector privado detem já 62,6%. Constatamos que, para leccionar menos 73 cursos que o sector público, o sector privado conta com mais 23 estabelecimentos³¹. Mas, em contrapartida, convém relembrar que no sector privado encontram-se disponíveis quase o dobro das vagas (tabela 3).

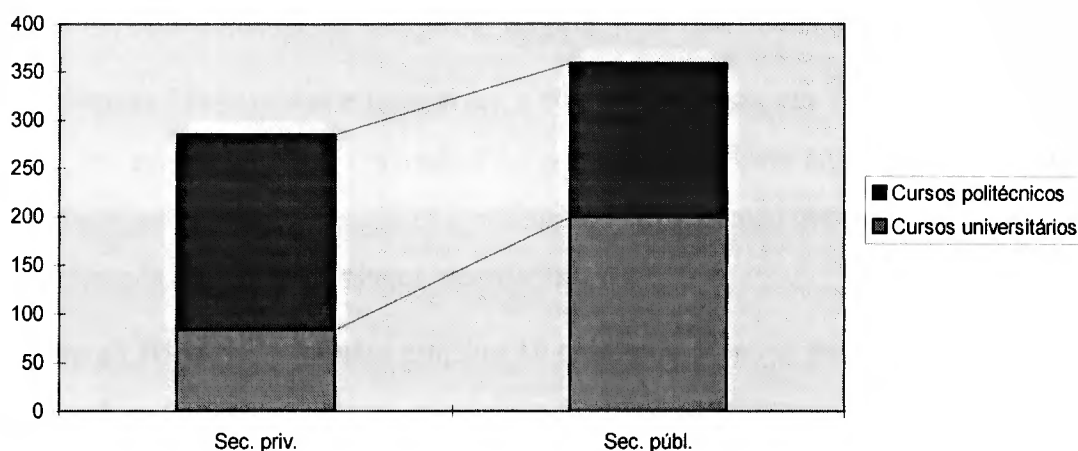
Para sermos mais correctos ao comparar os números de cursos que cada sector actualmente ministra, temos de diferenciar o tipo de ensino superior subjacente. O

³¹ Estes valores referem-se à tabela 5.

gráfico 8 mostra como o ensino universitário e não universitário se distribuem por ambos os sectores.

Gráfico 8

Ensino Superior: distribuição dos cursos por tipo de ensino (1995)



A estrutura de cada sector mostra-se tão diferente quanto ao peso de cada uma destas componentes que as próximas considerações retratam uma realidade co-natural a uma situação deste tipo.

Assim, no sector público os cursos universitários são quase tantos como os politécnicos (para os primeiros uma percentagem de 55,4%), sendo a proporção entre estes dois tipos de cursos bastante diferente no sector privado. Neste último, só 29,5% dos cursos leccionados são universitários. Estes factos como que revelam missões diferentes do ensino nestes dois sectores

O particular, por leccionar maioritariamente cursos superiores não universitários, evidencia-se como sendo essencialmente vocacionado para dar resposta a objectivos sócio-económicos concretos, assegurando mais vezes uma formação exclusivamente profissionalizante³². O público, embora também dê resposta a estas necessidades, tem um maior número de cursos com forte componente científica.

A área de **Sociologia** é uma área paradigmática para demonstrar esta última afirmação. No ano lectivo 1995/96 irão ser leccionados 22 cursos de Sociologia. Destes, 13 serão ministrados em instituições privadas: neste grupo encontram-se

³² Alguns dos cursos aí ministrados são mesmo considerados "cursos de pós-secundário de índole profissional": são aqueles a que se aplica a designação Guia-Intérprete/Turismo ou Assistente de Direcção/Secretariado, por exemplo (Carneiro, 1988).

cursos como *Animação Cultural*, *Animadores Socioculturais*, *Serviço Social* e *Sociologia Aplicada*. No entanto, só os outros 9 são de facto cursos de *Sociologia*.

Na área de **Geografia**, os dois cursos existentes no privado (não constam na tabela 3 porque não se encontram em funcionamento no ano lectivo de 1995/96) são de *Topografia* (bacharelatos), com uma componente mais técnica que os 6 ministrados no ensino público que são de *Geografia* propriamente dita (todos licenciaturas).

Nas **Ciências Linguísticas e Literárias**, e no sector público, em 70 cursos só um é de *Tradução*, enquanto que no privado 27,7% dos cursos desta área são de *Tradução* (onde novamente parece prevalecer o ensino de técnicas ainda que estas sejam sempre fundamentadas em conhecimentos científicos).

No caso da **História**, o público ministra 19 cursos de *História* enquanto o privado só lecciona 3.

Quanto à **Educação**, só no sector público se encontra o curso *Ciências da Educação*.

Mesmo no caso da **Economia**, onde o sector privado detem 64% dos cursos do ensino superior³³, a maior parte³⁴ são cursos a que se pode associar a preparação para o exercício de uma profissão bem concreta (na Banca, nos Seguros, no Comércio e em Contabilidade e Administração).

Esta disparidade nas características dos dois sectores, que aqui foi realçada e tida como consequência necessária do tipo de ensino / formação ministrados por cada sector, será reforçada quando apresentarmos os indicadores relativos há actividade científica. Nessa altura, evidenciaremos o reduzido desempenho (com poucas excepções) do sector privado nesta actividade. Estes factos fazem-nos levantar a hipótese de uma relação causal entre a (in)existência de investigação científica e o tipo de cursos que uma dada instituição pode ministrar.

Como conclusão, o ensino superior das CSH em Portugal mudou muito nestes últimos 15 anos. O salto quantitativo foi grande e em vários níveis:

1. no número de cursos;
2. na variedade dos cursos;

³³ Nas áreas atrás referidas, só na Sociologia isso acontecia.

³⁴ Só 28,5% são cursos de Economia contra 39,1% de outros cursos.

3. no aparecimento de novas áreas e
4. no surgimento de novas instituições e
5. no número de vagas criadas para ingresso nas universidades.

Este crescimento, no entanto, não foi homogéneo em todo o ensino superior. Por isso, actualmente esta realidade é consideravelmente distinta daquela que existia em 1980. Temos um sector privado que quase alcançou o público e um ensino politécnico que ultrapassou o universitário, o que em muito muda as características deste ensino superior. Acentua-se a grande concentração de cursos em poucas áreas: se em 1980 só três áreas agrupava 48% dos cursos (Línguas e Literaturas, Gestão e História), hoje três áreas reúnem 56% (Gestão, Pedagogia e Línguas e Literaturas).

Para podermos dimensionar o salto qualitativo, temos também de nos socorrer de outros indicadores. O nosso próximo objectivo será perspectivar a evolução da actividade de investigação científica.

4. A investigação científica

Através dos números apresentados no capítulo anterior - sobre os avanços ocorridos ao nível do ensino superior - demos os primeiros passos para traçar uma evolução das CSH em Portugal, no período que está em estudo. Com o que foi dito até aqui, ficámos a saber que em 1995 há muito mais licenciados nestas áreas do que em 1980. Os recursos humanos disponíveis para a investigação, consequentemente, também aumentaram. Portanto, seria de esperar que actualmente estivessemos num período propício à multiplicação dos esforços de investigação e a um razoável crescimento da produção científica.

4.1. As unidades de investigação

4.1.1. Metodologia

Para verificar o primeiro efeito acabado de referir, criámos uma base de dados onde reunimos todas as unidades de investigação³⁵ ligadas às CSH, por nós identificadas. Consultámos várias fontes com o intuito destas se complementarem umas às outras, de forma a daí resultar um universo de unidades de investigação o mais completo possível:

- “Guia de I&D em Portugal”, cuja elaboração foi coordenada pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (1995), e que inclui no levantamento que é feito tanto o Ensino Superior Público como o Ensino Superior Privado”;
- “Prospectiva do Ensino Superior em Portugal”, autoria do Instituto de Prospectiva (1994), onde num dos capítulos é feito um levantamento das universidades públicas, privadas e institutos politécnicos, com identificação dos centros de investigação afectos a essas instituições;
- as candidaturas aos Financiamentos Plurianuais da JNICT para os anos de 1994 e 1995, tendo nós daí retirado as unidades de investigação concorrentes.

³⁵ Esta designação de unidade de investigação identifica-se com entidades como centros de investigação, institutos e mesmo departamentos. Assim sendo, a uma unidade de investigação podem corresponder várias equipas, do mesmo modo que um centro pode ter várias linhas de acção, projectos, etc.

Devido à actualidade das fontes, pensamos não ser grande o número das unidades de investigação existentes e por nós não inventariadas. Há ainda a considerar o risco de uma unidade ter entrado mais do que uma vez (por alteração de nome) ou de, já não existindo, ter ainda sido incluída. Deste processo de recolha resultou um conjunto constituído por 260 unidades de investigação.

Para confirmar os dados por nós recolhidos, foi enviado posteriormente um pequeno questionário a todas as unidades identificadas. Ao solicitar esta colaboração tínhamos fundamentalmente dois objectivos: fazer corresponder (com a máxima exactidão) a nossa base de dados à realidade e ter a possibilidade de traçar a evolução ocorrida entre 1980 e 1995. Dos 260 questionários enviados, obtivemos 115 respostas, o que equivale a receber 44% da informação desejada. As respostas recebidas só nos obrigaram a fazer três rectificações³⁶, o que parece consagrar a margem de erro como sendo pequena. O que se tornou praticamente impossível foi traçar a evolução ocorrida entre 1980 e 1995. O número de unidades de investigação existentes em 1995 não tem, por isso, termo de comparação com 1980. Como aproximação possível, quantificámos esse crescimento com base nas respostas recebidas.

4.1.2. Resultados: uma leitura global

As 257 unidades de investigação apuradas foram classificadas por área científica e pelo sector a que pertencem. Foi aproveitada a forma como as várias unidades se encontram descritas no Guia de I&D em Portugal (Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia). As unidades que não constam nessa obra foram por nós classificadas. De seguida, mostra-se a forma como as unidades se distribuem pelas diferentes áreas científicas:

³⁶ Apagámos dois registos por duas unidades terem dado entrada segundo dois nomes e apagámos um outro porque o centro a que correspondia não era afinal das áreas em estudo.

Tabela 7

Distribuição das Unidades de Investigação pelas Áreas Científicas

<i>Áreas Científicas</i>	<i>Unidades Investig.</i>
Antropologia	16
Arquitectura	7
C. aux. da Hist.	incluídas na Hist.
Ciênc. Jurídicas	12
Ciênc. Políticas	13
CSHDiversas	10
Demografia	0
Economia	28
Filosofia	3
Geografia	0
Gestão	4
História	38
Línguas e Liter.	28
Pedagogia	16
Psicologia	13
Sociologia	9
Unids. Pluridisc.	60
Total	257

Observações:

1. em "Ciências Sociais e Humanas Diversas" foram incluídos os centros que se dedicam ao estudo de outras áreas não especificadas na classificação da JNICT/SEFOR e
2. em "Unidades Pluridisciplinares" foram incluídas as unidades que se dedicam ao estudo de mais de uma área científica.

Dado que sob a designação de unidades pluridisciplinares se incluíram 60 unidades, mostramos de seguida as áreas científicas por elas cobertas (ressalvamos que não conseguimos especificação das áreas para todas as unidades e que é variável o número de áreas a que cada unidade se dedica).

Tabela 8

Desagregação das Unidades Pluridisciplinares por Áreas Científicas

<i>Áreas científicas</i>	<i>Grupos Investigação</i>
Antropologia	5
Ciênc. Jurídicas	1
Ciênc. Políticas	8
Economia	24
Geografia	7
Gestão	10
História	7
Línguas e Liter.	2
Pedagogia	6
Psicologia	4
Sociologia	15

Na tabela 7, as Ciências que se mostram mais investigadas, isto é, que têm maior probabilidade de serem aprofundadas segundo diferentes orientações e projectos, são a História (38), a Economia (28), as Línguas e Literaturas (28), a Antropologia (16) e a Psicologia (16). A tabela 8, por sua vez, vem reforçar particularmente a Economia e, em menor escala, a Sociologia e a Gestão. Da comparação destes números com os dados relativos ao ensino há a destacar o caso da Gestão. Esta área, embora tenha atingido os valores mais altos no que diz respeito a cursos e a vagas, é uma área que ao nível da investigação científica pouco se manifesta.

Levantamos aqui a questão de saber como é que esta multiplicidade de esforços de investigação se reflete ao nível dos doutoramentos, mestrados e publicações, os próximos indicadores a serem analisados.

Quanto à repartição das unidades de investigação por sectores, resulta seguinte distribuição:

Tabela 9

Distribuição das Unidades de Investigação por Sector e Tipo de Ensino

<i>Sectores</i>	<i>Ens. Universitário</i>	<i>Ens. Politécnico</i>	<i>Total</i>
Ens. Sup. Privado	(2)18	7	35
Ens. Sup. Público	(25) 207	4	211
Estado			12
Total	225	11	248³⁷

³⁷ Não nos foi possível classificar 9 centros.

No ensino superior público universitário concentram-se cerca de 80% das unidades de investigação (207). Se somarmos a estas as 18 incluídas no ensino superior privado universitário, o peso da investigação nas universidades alcança quase os 90% (87,54%).

É um dado por todos aceite que a investigação científica em Portugal se faz predominantemente nas universidades. A nível nacional e para todas as Ciências, de 1978 para 1990, o sector ensino superior apresentou "*taxas de crescimento elevadas, tendo-se tornado em anos recentes o maior sector de execução do SCT.*" (Caraça, 1993).

Os números apresentados entre parêntesis na tabela 9 referem-se às unidades de investigação que se dedicam essencialmente à investigação aplicada. Mas, é de sublinhar que, só o *Guia de I&D em Portugal* distinguiu as unidades de investigação pelo tipo de investigação realizada. Assim, as 27 unidades assinaladas têm de ser confrontadas com o número 147 (as unidades que retirámos dessa fonte) e não com o número total de unidades de investigação. De qualquer forma, são poucas. E é de salientar o grande peso da Economia neste subgrupo: 20 destes centros pertencem a esta área científica, 12 dedicando-se a ela exclusivamente.

De seguida apresentamos o número de estabelecimentos de ensino superior com unidades de investigação.

Tabela 10

Distribuição das Unidades de Investigação por Estabelecimentos de Ensino Superior

<i>Ensino Superior</i>	<i>Univ. c/ unid. I&D</i>	<i>Politéc. c/ unid. I&D</i>	<i>Total</i>
Privado	4	3	7
Público	14	3	17
Total	18	6	24

Assim, no universo das instituições que ministram o ensino superior em 1995 (tabela 5), é possível isolar aquelas que também se dedicam à investigação científica: em 91 instituições, só 24.

No sector privado, só detectámos unidades de investigação (e em número muito reduzido quando comparamos com o sector público) em 4 das 8 universidades, sendo

enorme a falha ao nível do politécnico (3 unidades de investigação em 49 estabelecimentos de ensino). No total, só 12,35% dos estabelecimentos de ensino deste sector se dedicam à investigação científica.

No sector público, todas as universidades se dedicam à investigação, sendo a ausência marcada ao nível do ensino politécnico (3 em 20). Dos 211 centros de investigação incluídos no ensino superior público, 165 (portanto, mais de 3/4) pertencem a 5 universidades: Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade Técnica de Lisboa. Esta concentração mostra a antiguidade duma instituição como factor importante, mas não determinante, para a dimensão da actividade de investigação; a robustez da investigação, essa, mede-se através dos indicadores da produção científica. No total, 50% dos estabelecimentos de ensino deste sector dedicam-se à investigação científica (relativamente às 34 instituições referidas na tabela 5).

Por fim, esta nossa análise vai coincidir com o que José Mariano Gago assinala na sua síntese do estudo intitulado *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal* (Gago, 1994), como passamos a citar:

"... a tendência dominante nos últimos anos³⁸ foi a generalização do novo estágio do modelo de "universidade de investigação" nas universidades públicas. ... a dimensão investigação é extremamente reduzida nas universidades particulares e nos institutos politécnicos, embora neste caso tenha havido ligeiro acréscimo. Existe, pois, uma dicotomia entre as universidades públicas e as universidades privadas em que é generalizado o modelo de "universidade de ensino". Há, também, dicotomia em relação ao ensino politécnico."

Considerando simultaneamente os dois sectores, só 8,7% dos estabelecimentos de ensino não universitário se dedicam à investigação científica contra um valor de 82% no ensino universitário. Ao nível dos politécnicos, a pouca apetência para a investigação pode parecer natural se tivermos em mente a característica profissional dos seus cursos. Mas, como se afirma no *Memorando sobre o Ensino Superior na Comunidade Europeia* (Direcção-Geral do Ensino Superior, 1993), *"... este objectivo dominante do ensino politécnico não o dispensa de outros que a lei igualmente lhe*

³⁸ Destaque do autor.

comete de forma expressa", passando então a citar a Lei de Bases do Sistema Educativo. Dos objectivos referidos, realçamos os seguintes deveres:



1. desenvolver o espírito científico e o pensamento reflexivo,
2. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica,
3. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, e
4. comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outra forma de comunicação.

Assim, e na perspectiva do nosso estudo, o ensino politécnico não é parente pobre do ensino universitário, tendo tanta razão para estar presente nos indicadores da investigação e da produção científica como está nos indicadores do ensino.

4.1.3. Resultados: análise das candidaturas aos "Financiamentos Plurianuais" da JNICT

Das 257 unidades de informação recolhidas, 81 irão agora ser consideradas em particular. O critério escolhido para isolar estas últimas foi a sua candidatura ao "Financiamento plurianual das actividades de I&D" da JNICT (relativo a 1994 e a 1995). O facto de concorrerem àquele programa é sinal de que têm pelo menos uma equipe de investigação com um projecto a realizar, sendo por nós consideradas como unidades de investigação no activo. A sua distribuição pelas diferentes áreas científicas é a seguinte:

Tabela 11

Unidades de Investigação que se candidataram ao *Financiamento Plurianual das actividades de I&D* da JNICT (1994/95)

<i>Áreas Científicas</i>	<i>Unidades de Inv.</i>
Antropologia	4
Arquitectura	2
C. aux. da Hist.	incluidas na Hist.
Ciênc. Jurídicas	1
Ciênc. Políticas	0
CSHDiversas	3
Demografia	0
Economia	6
Filosofia	2
Geografia	0
Gestão	0
História	12
Línguas e Liter.	14
Pedagogia	9
Psicologia	7
Sociologia	3
Unids. Pluridisc.	18
Total	81

Tal como anteriormente aconteceu, em unidades pluridisciplinares concentra-se o maior número de unidades. Por isso, mostramos de seguida as áreas científicas cobertas por estes centros (não reunimos a informação necessária para nos podermos referir a todos).

Tabela 12

Desagregação das Unidades Pluridisciplinares por Áreas Científicas

<i>Áreas Científicas</i>	<i>Grupos de Inv.</i>
Antropologia	3
Ciênc. Políticas	3
Economia	6
Geografia	4
Gestão	2
História	2
Línguas e Liter.	1
Pedagogia	4
Psicologia	2
Sociologia	5

Comparando a tabela 11 com a tabela 7, constatamos que a História e as Ciências Linguísticas e Literárias se mantêm nos primeiros lugares (embora em posições invertidas). A Economia desce de segundo para quinto lugar. Observando estas três

áreas, notamos que a Economia se salienta por recorrer em menor percentagem aos financiamentos disponibilizados pela JNICT. Isto poderá ser indício de uma maior diversificação desta área relativamente às fontes de financiamento a que recorre. Este fenómeno poderá encontrar alguma justificação no tipo de investigação que se realiza em Economia. Como anteriormente focámos, esta área tem um peso considerável de investigação aplicada, interessando-se pelos seus resultados diferentes entidades que encomendam estudos e pagam por eles. Esta área terá portanto mais facilidades em obter receitas próprias.

As outras duas Ciências, cuja investigação tem um carácter muito mais fundamental, dependem mais deste ou de outros financiamentos do Estado, decerto sem mais alternativas.

4.1.4. Resultados: as respostas ao questionário

Com base nas respostas ao questionário enviado às unidades de investigação, pretendíamos observar como estas tinham evoluído de 1980 para 1995. Com as 111 respostas recebidas, não nos é possível traçar essa evolução como ela na realidade se deu. De qualquer forma, apresentamos os resultados que alcançámos.

Tabela 13

Evolução das Unidades de Investigação de 1980 para 1995

<i>Áreas Científicas</i>	<i>1980</i>	<i>1995</i>
Antropologia	3	9
Arquitectura	1	1
Ciênc. Jurídicas	1	1
Ciênc. Políticas	1	2
CSHDiversas	4	9
Demografia		0
Economia	4	6
Filosofia	1	3
Geografia	3	5
Gestão		2
História	7	17
Línguas e Liter.	16	19
Pedagogia		6
Psicologia	1	3
Sociologia	1	9
Pluridisciplinar	8	18
Artes	1	1
Total	52	111

Só neste grupo, o número de unidades de investigação duplicou. No próximo capítulo, analisaremos os efeitos destes desenvolvimentos ao nível da produção científica.

4.2. Mestrados e doutoramentos

Decidimos incluir estas duas séries de dados no capítulo dedicado à investigação científica pois tanto os mestrados como os doutoramentos exigem sempre um trabalho de investigação, donde resulta uma dissertação, um produto científico.

4.2.1. Mestrados

Actualmente, são múltiplos e diversificados os mestrados existentes nas CSH. Conforme os números apresentados no estudo intitulado *Problemática da formação contínua de diplomados* (Ambrósio, 1994), 54,5% dos cursos de mestrado existentes nas universidades públicas portuguesas pertencem às CSH³⁹. Nas universidades privadas, e segundo a mesma fonte (donde retirámos todos os dados relativos a mestrados), só se encontram mesmo cursos de mestrado nestas áreas. A próxima tabela quantifica os cursos de mestrado existentes nas universidades públicas e privadas, distribuídos por domínios científicos.

³⁹ Sobre a totalidade dos cursos leccionados nos estabelecimentos de Ensino Superior públicos (bacharelatos e licenciaturas), atribuem-se às Ciências Sociais e Humanas cerca de 51%. Quanto às vagas criadas, aos cursos atribuídos às Ciências Sociais e Humanas corresponde cerca de 44%.

Tabela 14

Distribuição dos Mestrados por Área Científica

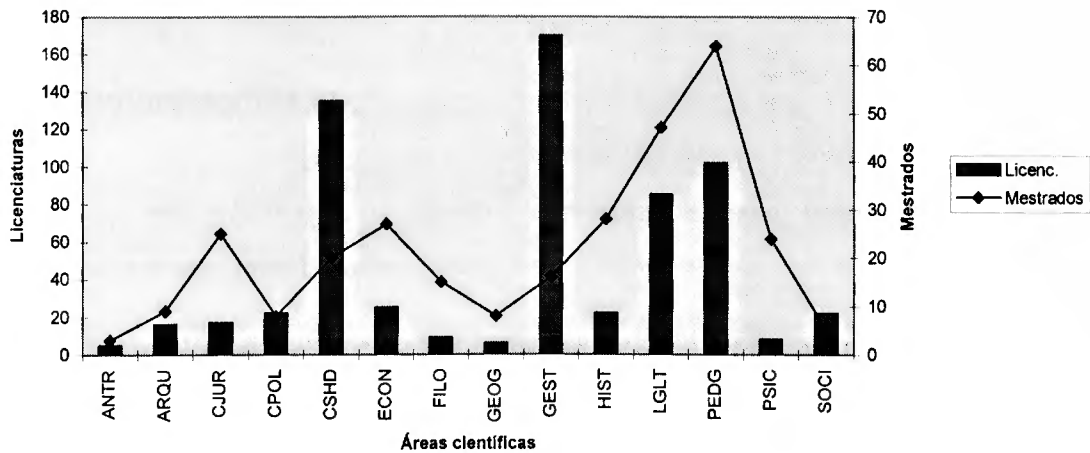
<i>Mestrados</i>	<i>Univ. Privadas</i>	<i>Univ. Públicas</i>
Antropologia	0	3
Arquitectura	0	9
Ciênc. Jurídicas	8	17
Ciênc. Políticas	2	6
Demografia	0	1
Economia	0	27
Geografia	0	7
Gestão	8	8
Línguas e Liter.	0	47
Psicologia	3	21
Sociologia	0	5
Pedagogia	2	62
Filosofia	0	15
História	1	27
CSHD	1	11
Total	25	274

Em relação ao sector público, a Pedagogia e Ciências da Educação destacam-se consideravelmente das restantes, com cerca de 23 % dos cursos em observação. As Ciências Linguísticas e Literárias aparecem em segundo lugar. Comparando com o conjunto de cursos superiores existentes no ano lectivo de 1995/96 (tabela 3), as áreas fortes do sector público continuam as mesmas. No sector privado, evidenciam-se a Gestão e as Ciências Jurídicas.

A Gestão ressalta pela grande desproporção que há entre o número de cursos superiores e cursos de mestrado, como se torna patente graficamente.

Gráfico 9

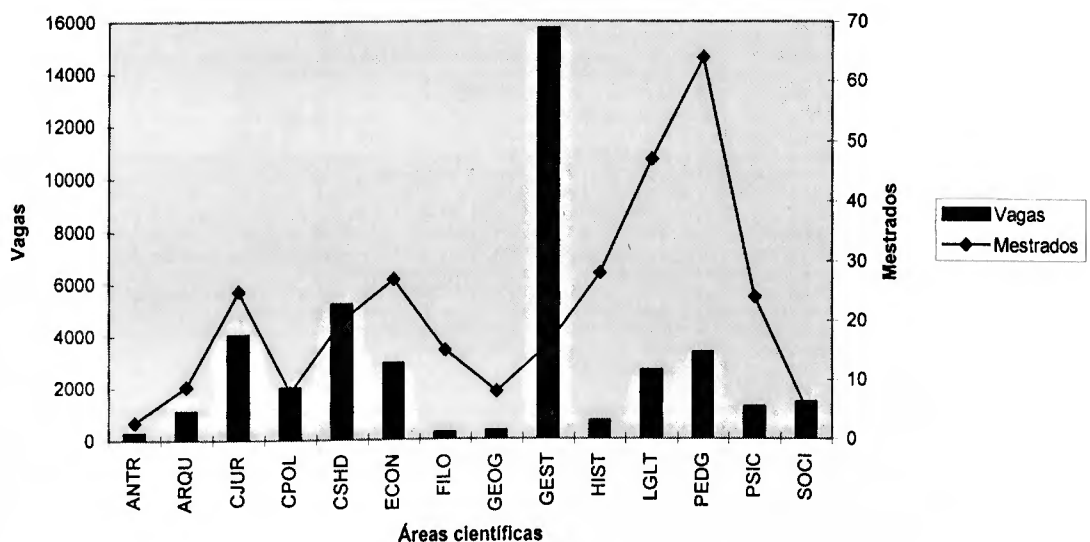
Comparação entre o número de licenciaturas e bacharelatos com o número de mestrados



A comparação entre o número de vagas criadas para ingresso nos cursos superiores e o número de mestrados mantém a discrepância no caso da Gestão e torna mais proporcional a relação estabelecida para as Ciências Jurídicas e para as Ciências Sociais e Humanas Diversas.

Gráfico 10

Comparação entre o número de vagas criadas para ingresso nos cursos superiores e o número de mestrados



Em relação à oferta de cursos de pós-graduação não queremos deixar de referir uma das conclusões (relativa a todas as áreas científicas) alcançadas pelo estudo já citado (Ambrósio, 1994):

“a formação pós-graduada oferecida pelos estabelecimentos de Ensino Universitário tem um carácter eminentemente académico continuando por realizar o estreitamento das relações entre Universidades e Empresas.”

4.2.2. Doutoramentos

Começamos por referir que os números apresentados dizem respeito somente aos doutoramentos nacionais (Duarte, 1994).

Através dos doutoramentos apercebemo-nos da antiguidade de cada uma das CSH em Portugal. O primeiro doutoramento por Ciência é indicador de que, essa mesma Ciência começa no nosso país a tomar foros de cidadania. Começa a melhorar a qualidade dos recursos humanos tanto para a investigação como para o ensino. A tabela que se segue mostra, para as várias Ciências em estudo, o ano ou a década em que começaram os doutoramentos, assim como o volume de doutoramentos realizados até 1979.

Tabela 15

Doutoramentos Nacionais: 1910/1979

	Início	1910-19	1920-29	1930-39	1940-49	1950-59	1960-69	1970-79	Total
Antropologia	Déc. 60	0	0	0	0	0	2	0	2
Arquitectura	1989	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciênc. Jurídic.	Déc. 10	2	2	6	11	12	10	13	56
Ciênc. Polític.	Déc. 30	0	0	1	0	0	0	0	1
Demografia		0	0	0	0	0	0	0	0
Economia	Déc. 30	0	0	6	5	6	9	2	28
Geografia	Déc. 30	0	0	3	3	2	2	8	18
Gestão	1983	0	0	0	0	0	0	0	0
Línguas e Lit.	Déc. 20	0	3	5	8	6	9	27	58
Psicologia	1978	0	0	0	0	0	0	1	1
Sociologia	Déc. 60	0	0	0	0	0	1	0	1
Pedagogia	1979	0	0	0	0	0	0	1	1
Filosofia	Déc. 40	0	0	0	5	4	8	13	30
História	Déc. 30	0	0	3	4	4	8	15	34
CSHD	Déc. 50	0	0	0	0	1	3	0	4
Total		2	5	24	36	35	52	80	234

Podemos dividir estas Ciências em dois grandes grupos. Num dos grupos incluímos as Ciências Jurídicas, as Ciências Políticas, a Economia, a Geografia, as Ciências Linguísticas e Literárias, a Filosofia e a História. Estas Ciências têm em comum o

facto de até à década de 50 (exclusivé) terem já doutorados. Delas, destacam-se as Ciências Políticas por só assinalarem um doutoramento até 1979. Até essa data, todas as outras têm entre 18 doutoramentos (a Geografia) e 58 doutoramentos (as Ciências Linguísticas e Literárias). Num segundo grupo incluímos a Psicologia, a Pedagogia, a Antropologia, a Gestão, a Sociologia e a Arquitectura, todas elas Ciências que chegaram a 1979 ou sem doutorados ou com muito poucos (máximo 2).

Esta informação presta-se a estabelecer uma ponte com a primeira parte do nosso trabalho (ver capítulo 2). É possível assinalar as Ciências que, pela sua falta de neutralidade (tanto política como social) e pela sua fraca possibilidade de manipulação, não conseguiram ganhar raízes antes de 1974. Referimo-nos àquelas que foram incluídas no segundo grupo.

Contudo, o volume de doutoramentos realizados por área científica entre 1980 e 1992 mostra-se independente da “antiguidade” dos primeiros doutoramentos realizados.

Tabela 16
Doutoramentos Nacionais: 1980/92

<i>Áreas Cient.</i>	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	Total
Antropologia	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	2	2	10
Arquitectura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	2	2	12
Ciênc. Jurídic.	0	0	0	2	3	3	0	1	1	3	7	6	5	31
Ciênc. Polític.	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Demografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Economia	1	2	3	2	3	2	4	6	5	14	6	11	5	64
Geografia	2	1	0	1	0	1	2	1	5	4	1	2	0	20
Gestão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Línguas e Lit.	5	5	6	5	7	5	5	22	17	25	19	12	12	145
Psicologia	1	3	0	0	2	3	2	4	3	4	5	8	8	43
Sociologia	0	0	0	1	2	2	1	3	1	5	3	1	3	22
Pedagogia	0	1	0	0	1	1	2	0	2	1	3	8	6	25
Filosofia	1	1	3	2	3	3	0	2	4	4	8	7	9	47
História	2	2	5	1	5	6	6	7	11	11	12	8	9	85
CSIID	0	0	1	2	1	5	6	10	5	4	7	7	12	60
Total	13	15	18	17	29	31	28	57	55	79	79	75	73	569

Tendo nós calculado a média de doutoramentos por ano, observamos que nem sempre a um maior número de anos corresponde um maior número de doutoramentos. Por ordem decrescente, indicamos as quatro áreas com melhores médias:

- Ciências Linguísticas e Literárias --- $145/13=11,15$;
- História --- $85/13=6,53$;

- Economia --- $64/13=4,92$ e
- Filosofia --- $47/13=3,61$.

Mas, nesta perspectiva, as Ciências Jurídicas (2,38) são ultrapassadas pela Psicologia (3,30) e as Ciências Políticas encontram-se em último lugar (0,12).

Mais uma vez, as Ciências Linguísticas e Literárias se destacam das outras Ciências. Desde 1970 que praticamente todos os anos se realizam doutoramentos e a partir de 1987, com grande intensidade. Todas as séries de dados relativas a estas Ciências e até aqui apresentadas, apontam para que estas Ciências tenham fortes tradições em Portugal e já há bastantes anos.

De seguida surge a História, embora com pouco mais de metade. Continuamos em conformidade com o que os indicadores do ensino e os outros da investigação já tinham apontado.

A Economia, apesar de aparentar dedicar-se de uma forma mais notória à investigação aplicada, não deixa de ter uma boa imagem no que diz respeito aos doutoramentos, encontrando-se em terceiro lugar.

As Ciências Jurídicas são a única área científica que viu diminuir o número de doutoramentos realizados entre os dois períodos demarcados (são dois períodos com um número muito diferente de anos, mas o segundo período- embora muito mais curto - tem nas outras áreas científicas uma actividade científica muito mais intensa): de 1910 a 1979, 56 doutoramentos; de 1980 a 1992, 31 doutoramentos. Esta evolução aponta para uma comunidade científica fechada, principalmente porque é uma das que mais pessoas forma ao nível das licenciaturas.

A Gestão mostra-se como sendo a área mais problemática. É fácil aceitar que uma determinada percentagem média de licenciados (podendo variar de área para área) alcance o doutoramento, tendo ou não passado pela fase intermédia do mestrado. Só que, no caso da Gestão, o desequilíbrio é enorme. Este fenómeno pode decerto explicar-se pela falta de gestores no mercado de trabalho: estes têm sido facilmente integrados, não sendo a carreira de investigação tão aliciante como as outras alternativas.

Outro caso a destacar é a Filosofia. Até aqui todos os indicadores se têm mantido a um nível baixo mas, o seu número de doutoramentos é elevado. Esta área terá, decerto, uma das maiores percentagens de licenciados que alcançam o doutoramento.

Resta-nos avaliar como todos estes indicadores apresentados vão ou não acompanhar os indicadores da produção científica.

4.3. Publicações de instituições portuguesas

O nosso objectivo a partir deste subcapítulo (e até acabar o capítulo 4) é contribuir para o conhecimento dos hábitos de publicação dos investigadores portugueses das CSH, nos últimos 15 anos. Esta tarefa impele-nos a procurar informação o mais variada possível de forma a que, conjugando-a, nos seja possível caracterizar de uma forma concreta e válida algo que à partida se nos apresenta vago e disperso. O confronto com a questão da pertinência de uma abordagem bibliométrica da produção científica destas áreas, será uma constante.

De facto, em Portugal, não foram criados os mecanismos adequados para se inventariarem os trabalhos científicos realizados no âmbito de instituições portuguesas, a partir dos sectores produtores de todo esse material. Sendo esta a realidade, optámos por tomar como ponto de partida deste nosso estudo os dados compilados pelo Grupo de Bibliometria⁴⁰, relativos às publicações dessa índole pertencentes às várias áreas das CSH.

4.3.1. Social Science Citation Index e Arts & Humanities Citation Index

Como fonte, o Grupo de Bibliometria elegeu as bases de dados produzidas pelo Institute for Scientific Information (ISI): o Science Citation Index (SCI), o Social Science Citation Index (SSCI) e o Arts & Humanities Citation Index (A&HCI).

Cada uma destas bases de dados tem um carácter pluridisciplinar. Consultando-as, o Grupo de Bibliometria obteve conhecimento dos trabalhos realizados em instituições portuguesas das várias áreas científicas (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996).

⁴⁰ Criado em 1993 junto da Presidência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.



Dado o nosso objectivo, interessam-nos apenas as referências bibliográficas relativas às CSH, ou seja, as oriundas do SSCI e do A&HCI.

O SSCI é feito a partir de 1500 periódicos de áreas incluídas nas CSH⁴¹ assim como da recolha de trabalhos de destacável carácter social nos periódicos das Ciências Naturais, Físicas e Biomédicas. Os trabalhos apurados podem ser artigos, cartas, resumos de comunicações, resenhas, editoriais,

O A&HCI faz a cobertura completa de 1300 periódicos das Artes e Humanidades assim como faz o levantamento de material relevante de mais 5000 periódicos relativos às Ciências Sociais e Naturais⁴². Daí retira citações a artigos, cartas, editoriais, notas, resumos de comunicações, discussões, erratas, poemas, histórias curtas, peças teatrais, partituras musicais, excertos de livros, cronologias, bibliografias e filmografias, assim como citações a revisões de livros, filmes, música, e desempenhos teatrais.

Pela introdução e tratamento sistemáticos das citações que constam em cada artigo, o ISI elabora ainda o Social Science Citation Index / Journal Citation Reports e o Arts & Humanities Citation Index / Journal Citation Reports⁴³, onde faz anualmente a análise bibliométrica dos periódicos que inclui nas suas bases. A partir desta informação, consoante o factor de impacto⁴⁴ atribuído a cada periódico, é ajustado todos os anos o conjunto de publicações cobertas. Através destes métodos, o ISI afirma cobrir 80% da literatura científica mundial mais significativa⁴⁵. Estas características, em particular, fazem com que estes produtos do ISI sejam considerados como instrumentos privilegiados para a realização de estudos bibliométricos.

O ISI, ao transcrever na íntegra as afiliações dos autores que constam em cada artigo, viabiliza ainda o levantamento das instituições onde se realiza a investigação e das

⁴¹ O SSCI abrange as seguintes áreas: Antropologia, Arqueologia, Negócios e Finanças, Comunicação, Saúde pública, Criminologia, Demografia, Economia, Educação, Estudos de Grupos Étnicos, Geografia, História, Ciências da Informação / Bibliotecas, Relações Internacionais, Direito, Linguística, Gestão, Marketing, Filosofia, Ciência Política, Psicologia, Sociologia, Estatística, Planeamento e Desenvolvimento Urbano.

⁴² O A&HCI abrange as seguintes áreas: Arqueologia, Arquitectura, Artes, Clássicos, Dança, Filme, História, Humanidades, Línguas e Linguística, Literatura, Música, Estudos Orientais, Filosofia, Poesia, Rádio, Religião, Televisão, Teatro.

⁴³ Para além do Science Citation Index / Journal Citation Reports.

⁴⁴ Calculado com base no número de vezes que os artigos de cada publicação periódica são citados.

⁴⁵ Não tenho referência bibliográfica.

relações de cooperação que entre elas se estabelecem (tanto a nível nacional como internacional).

Dado que estas bases de dados têm um âmbito internacional, os trabalhos portugueses que aí se encontram são a parcela da produção científica nacional que já entrou na corrente científica internacional. Ou seja: através delas, temos conhecimento (embora aproximado⁴⁶) do grau de internacionalização dos nossos desenvolvimentos científicos.

As características do SSCI e do A&HCI por nós realçadas vão, necessariamente, impor limitações ao núcleo de trabalhos que extraímos dos dados compilados pelo Grupo de Bibliometria.

Assim, neste nosso conjunto da produção científica nacional relativa às CSH, só estão incluídos artigos ou outros itens de publicações periódicas e seriados. Tudo o mais nunca é incluído (como fonte, podendo ser incluído como citação), e é de conhecimento geral a importância atribuída, por exemplo, ao livro nas CSH.

Outra limitação advém do critério de escolha das publicações a cobrir pelo ISI, o qual acaba por privilegiar as publicações em línguas anglo-americanas. De facto e para o período estudado, só se encontraram duas revistas portuguesas: no A&HCI, *Colóquio-Artes* (41 ocorrências) e *Colóquio-Letras* (41 ocorrências).

Por último, há que ter sempre presente que através destas duas bases só temos acesso a uma parte da produção científica nacional, mas esse subgrupo é o que é visível fora do país através deste prestigiado canal de informação internacional.

Feitas as advertências que achámos necessárias, apresentamos agora os dados por nós reunidos, agrupando por anos os documentos das várias disciplinas científicas.

⁴⁶ É um conhecimento aproximado porque há mais formas através das quais a ciência se pode internacionalizar. O estudo realizado no âmbito do ISCTE (Jesuino, 1994) contém uma sistematização que passamos a apresentar.

Em primeiro lugar, é possível distinguir três níveis de internacionalização: o da prática científica (I), o da comunidade científica (II) e o da ciência portuguesa (III). Como indicadores, são apresentados os seguintes:

- publicar em revistas estrangeiras especializadas e livros, fora do país (relativo ao ponto III);
- procura de formação pós-graduada no estrangeiro (relativo ao ponto II);
- participar em congressos e seminários no estrangeiro (relativo ao ponto II);
- participar em pesquisas no estrangeiro (relativo ao ponto I);
- visitas a laboratórios ou centros de investigação no estrangeiro, ou participação em reuniões no estrangeiro.

Tabela 17

Publicações de Instituições Portuguesas no SSCI e no A&HCI

Ár C	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	Total
Antr	0	0	1	5	5	1	0	2	4	1	2	2	1	5	4	33
Arqu	16	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0	2	0	11	34
Caux	0	2	2	4	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	2	13
Cjur	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Cpol	0	1	1	1	0	0	1	1	1	2	3	4	1	3	4	23
Econ	0	5	3	6	2	0	6	7	7	12	9	5	19	16	15	112
Filo	0	0	0	0	1	0	0	2	0	3	1	1	0	3	0	11
Geog	0	0	0	3	1	1	2	1	1	1	0	0	2	1	1	14
Gest	0	1	2	0	4	4	5	4	11	6	8	6	2	8	9	70
Hist	0	1	0	2	1	1	2	1	1	0	1	3	1	4	3	21
Lgt	7	8	6	15	12	14	7	9	5	3	1	8	10	9	15	129
Pedg	0	1	2	2	1	0	1	2	2	5	2	3	3	3	4	31
Psic	1	7	7	3	5	5	11	19	12	13	8	16	24	26	26	183
Soci	1	1	2	1	5	3	9	5	4	2	3	1	1	0	2	40
Cshd	0	1	1	11	13	6	9	3	7	8	14	13	13	9	13	121
Tota	25	28	27	54	50	37	55	57	57	57	52	62	80	87	109	837

Em 1980 foram incluídos, no SSCI e no A&HCI, 25 trabalhos relativos a 15 áreas das CSH; em 1995, foram incluídos 109. Para um período de quinze anos e tendo em conta o aumento de doutorados, de 13 para 569, foi um reduzido crescimento.

Um panorama não muito positivo da internacionalização destas Ciências em Portugal, ainda que seja só ao nível das publicações, gera muitas apreensões⁴⁷. Esta falta de comunicação com o exterior empobrece os cientistas portugueses, porque impede que os seus desenvolvimentos sejam questionados por outros cientistas e comparados com outros resultados e com outros contextos. Empobrece também as próprias Ciências (no sentido geral, "universal") porque se veem privadas dos progressos que podem ser alcançados no nosso país. Ainda que não seja esta a única forma de internacionalizar a prática científica, consideramo-la um meio muito importante: destina-se a um universo muito alargado, quase infinito, e permanece disponível por muito tempo.

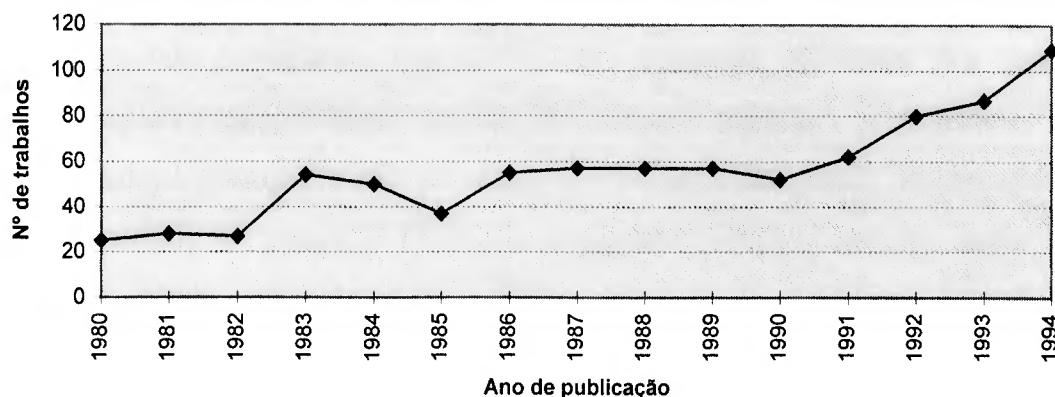
⁴⁷ Só para se ter um termo de comparação, damos como exemplo o número de trabalhos publicados pelos investigadores da área "Engineering Technology": 891 publicações encontradas no Science Citation Index, para os anos que decorrem entre 1980 e 1993, ambos inclusivé. Ainda por cima, os 814 trabalhos das CSH repartem-se por 15 anos e por 18 áreas científicas, para além dos itens pluridisciplinares. (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996)

João Ferreira de Almeida (Almeida, 1992a) afirma que esta falha na internacionalização, sendo particularmente explícita em Portugal, não se limita ao nosso país. Actualmente, e quanto às Ciências Sociais, ele aponta uma necessidade urgente de crescimento nesse sentido.

Devido à falta de significado estatístico patente nos números apresentados, torna-se impraticável um estudo sobre a evolução ocorrida entre 1980 e 1994, tal como foi feito nos outros capítulos para as outras séries de dados⁴⁸. Contudo, não queremos deixar de apresentar gráficamente a evolução ocorrida porque, apesar daquilo que dissemos, constata-se uma tendência de crescimento.

Gráfico 11

SSCI / A&HCI - publicações portuguesas



Para caracterizarmos um passado mais recente, os números dos últimos anos ainda se mantêm pequenos e sem significado estatístico. Para viabilizar uma análise dos dados recolhidos, optámos por considerar unicamente as quatro maiores áreas: a elas será dedicado o próximo capítulo. Antes disso ainda nos parece útil averiguar como os documentos portugueses que constam no SSCI se distribuem por tipos de documentos. O nosso fito é comparar a estrutura daí resultante com a estrutura que caracteriza as publicações de todos os países contidas no SSCI⁴⁹.

⁴⁸ A tentativa de estudarmos o crescimento das várias áreas, agrupando até o ano de 1981 com o de 1982 e o de 1993 com o de 1994 (com a finalidade de engrossar os números), deu como resultado crescimentos da ordem dos 800% (para intervalos de uma publicação para nove publicações), de crescimentos da ordem dos 50% (de quatro para duas publicações) e áreas até que nenhuma publicação tinham nesses quatro anos.

⁴⁹ Por só termos acesso aos dados do SSCI é que excluímos os trabalhos portugueses incluídos no A&HCI.

Tabela 18

Tipologia das publicações incluídas no SSCI

<i>SSCI - Tipologia das Publicações</i>	<i>Todos países</i>	<i>Portugal</i>
Articles	51%	71%
Book Reviews	30%	6%
Discussions	0%	1%
Editorials	5%	2%
Letters	5%	2%
Meeting Abstracts	4%	13%
Notes	4%	4%
Reviews	1%	1%

A diferença mais acentuada encontra-se na categoria dos “Book Review”: relativamente às publicações de todos os países⁵⁰, ela ocupa o segundo lugar, por ordem decrescente mas ainda com uma razoável dimensão; no outro caso, a sua importância é diminuta.⁵¹ Deste facto, podemos levantar duas hipóteses: ou os cientistas sociais portugueses têm hábitos de publicação diferentes dos outros cientistas sociais (negligenciando este tipo de produção científica) ou as revisões de livros de autoria portuguesa não se encontram incluídos no SSCI, distorcendo-se assim a imagem da produção científica portuguesa acessível por este meio de informação. Ainda que o SSCI faça apenas cobertura de periódicos, o peso da categoria “Book Reviews” é indicador da importância do livro nas CSH.

Uma segunda diferença a assinalar refere-se ao item “Meetings Abstracts”: o peso das publicações portuguesas aí incluídas é significativamente superior. Este fenómeno leva-nos a pensar que os congressos internacionais são um meio favorável à divulgação internacional dos desenvolvimentos científicos realizados em Portugal.

4.3.2. Características dos trabalhos incluídos no SSCI e no A&HCI: as quatro áreas portuguesas mais representadas

A comunicação científica mostra-se como uma boa forma de conhecer alguns hábitos de trabalho dos investigadores. Esta afirmação recai sobretudo na comunicação formal

⁵⁰ As percentagens apresentadas foram calculadas tomando por base o somatório dos valores dos vários itens da tipologia, relativos aos anos de 1980, 1985, 1990 e 1994.

⁵¹ Por isso é mais que natural que seja também através desta categoria que o SSCI mais se diferencie do SCI, como veremos mais adiante.

dado que a outra, sendo de difícil acesso a terceiros (qualquer que seja o canal de transmissão escolhido), não possibilita que a analisemos. A comunicação formal - nomeadamente a escrita e desde que possua os elementos de identificação necessários - revela-nos vários aspectos sobre a forma como foi realizado um trabalho científico. Pelo número e afiliações dos autores, ficamos a saber se foi uma investigação em equipe, se houve colaboração entre instituições, se trabalharam em conjunto diferentes países ou diferentes áreas científicas, Podemos ainda ter ideia da profundidade ou da novidade de uma publicação científica pelo tipo de documento em que se concretiza: aproveitando a tipologia usada pelo ISI, um artigo - decerto salvo raras excepções - terá uma importância maior do que um editorial ou uma carta. Pelo conteúdo do texto científico apercebemo-nos, por exemplo, se foi uma investigação teórica e / ou prática que lhe deu origem, e formulamos um juízo sobre o carácter de maior ou menor novidade científica (se fôr uma revisão ou um artigo que descreva um "The state of the art" não se esperam grandes novidades científicas⁵²). As referências bibliográficas incluídas em cada publicação informam-nos sobre as fontes utilizadas.

Através da análise das publicações portuguesas das quatro áreas melhor representadas no SSCI e no A&HCI, temos por objectivo extrair indícios dos hábitos de publicação dessas diferentes disciplinas.

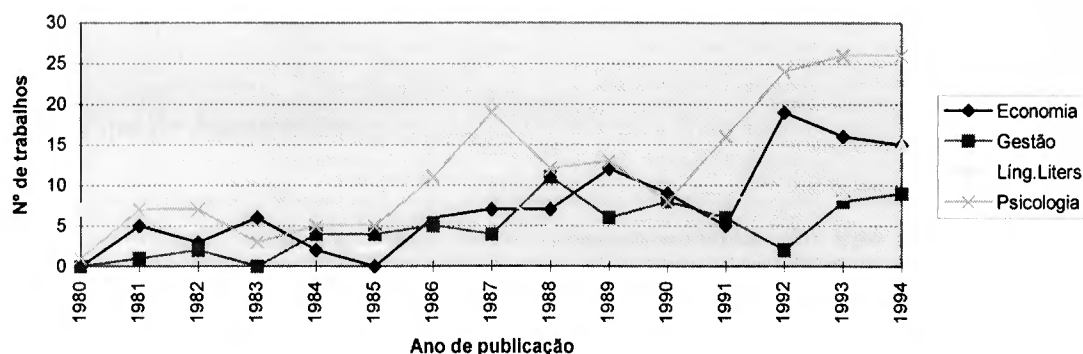
A Psicologia, as Ciências Linguísticas e Literárias, a Economia e a Gestão são as quatro áreas em que a produção científica nacional está aí melhor representada. Iremos agora analisar esses trabalhos, área por área, pelos aspectos que a estrutura dessas bases de dados nos torna acessível. Tornamos a salientar que tudo o que aqui iremos afirmar se refere exclusivamente à produção científica nacional que é visível através destas bases. Dado que este subconjunto é uma pequena parcela não representativa da produção nacional, nenhuma ilação se pode tirar sobre a produção nacional no seu todo.

⁵² Esta afirmação não pretende subtrair qualidade e valor aos trabalhos de síntese.

4.3.2.1. A distribuição dos trabalhos por anos

Gráfico 12

SSCI / A&HCI - quatro áreas melhor representadas



Através do gráfico apresentado não se consegue constatar nenhuma tendência constante de crescimento na evolução do número de trabalhos por área. Em cada área, os crescimentos são alternados com quebras, embora se note nos últimos anos valores mais elevados. Tal situação induz-nos a pensar que não tem sido objectivo primordial o publicar em revistas de impacto internacional. Parece estar ausente uma estratégia de internacionalização por esta via.

A Psicologia, em nosso entender, requiere uma leitura isolada. Sendo a área científica que maior número de publicações reúne (22%, seguida das Ciências Linguísticas e Literárias apenas com 15%), a ela não corresponde igualmente um número significativo de doutorados, nem de cursos do ensino superior, nem de vagas de acesso aos mesmos, nem de unidades de investigação e nem de mestrados. Observando as publicações em causa pelo prisma da área específica da revista (segundo classificação do ISI), constatamos que sob a designação de Psicologia não se agregaram exclusivamente trabalhos oriundos de revistas dessa área. A 115 trabalhos provenientes de revistas de Psicologia (62,8%), acrescentaram-se outros pertencentes sobretudo a revistas de diferentes áreas da Medicina (32,2%). Assim não é surpreendente que nas afiliações registadas nos 183 trabalhos de Psicologia (o número de afiliações por trabalho é variável) 100 se refiram a hospitais portugueses, sem

contar com os estrangeiros. Sob a categoria Psicologia poderão estar, de facto, pesquisas científicas de carácter interdisciplinar. Mas, também é de pôr a hipótese de os critérios de recolha poderem “pecar” por excesso.

Se na Introdução (capítulo 1) focámos a complexidade da fase de recolha de dados para constituição de indicadores bibliométricos, o caso da Psicologia alerta para a necessidade de criar e utilizar mecanismos de validação da classificação temática dos trabalhos recolhidos (por exemplo, listagens de autores por áreas científicas).

4.3.2.2. Tipo de documentos

Embora se possam enumerar vários itens⁵³ para caracterizar por tipo as publicações científicas, os trabalhos por nós reunidos incluem-se praticamente todos (cerca de 91,07%) em três categorias: artigos, resenhas e resumos de comunicações.

Tabela 19
Tipologia das publicações pertencentes às quatro áreas melhor representadas

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Líng. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>
Article	95	55	59	108
Book rev	6	7	56	-
Meet-abs	2	1	-	60
Outros	8	7	14	15
Total	111	70	129	183

Na Economia e na Gestão a maior parte dos trabalhos são artigos: respectivamente, 86% e 79%. Nas Ciências Linguísticas e Literárias assim como na Psicologia, os artigos continuam ainda a ser as publicações mais frequentes (respectivamente, 46% e 59%); contudo, perdem peso. No primeiro caso, a favor das resenhas (com 43%) e no segundo caso a favor dos resumos de comunicações (com 32,8%).

As diferenças que acabámos de focar são prova da necessidade de prudência nas comparações entre números de publicações, qualquer que seja o âmbito da abordagem bibliométrica a realizar (a nível nacional, ou de unidades de investigação, ou de universidades, ...). Diferenciar as publicações por tipo, em vez de comparar números globais, mostrou ser uma forma de introduzir um carácter qualitativo a um método de

⁵³ Já referidos na apresentação do SSCI e do A&HCI.

avaliação que aparenta ser de cariz essencialmente quantitativo (os indicadores bibliométricos, por possibilitarem hierarquias, suscitam juízos de valor) .

4.3.2.3. Distribuição pelas publicações periódicas

No ponto 4.3.1., explicámos que o critério usado pelo ISI para determinar o conjunto de publicações periódicas a serem cobertas pelas suas bases de dados dependia do impacto que cada uma dessas publicações obtinha na comunidade científica (impacto mensurado através das citações). Queremos analisar de seguida a forma como, nas áreas em observação, os trabalhos se distribuem pelas revistas.

Tabela 20

Número de ocorrências nas três principais revistas de cada área

Área Cient.	Nº docs por área	Três revistas com mais ocorrências de cada área	Nº ocor rev.
Economia	111	Lect. Notes in Economics and Mathematical Syst.	9
		Economics Letters	9
		Industrial & Labor Relations Review	5
Gestão	70	European Journal of Operational Research	51
		Journal of the Operational Research Society	5
		Management Science	3
Líng. e Lit.	129	Colóquio-Letras	41
		World Literature Today	32
		Paideuma	4
Psicologia	183	J. of Clinical and Experimental Neuropsychology	31
		International Journal of Psychology	20
		Revue Française de Psychanalyse	8

A frequência de trabalhos por revista mostra-se diferente de área para área.

A Gestão concentra 84,3% dos seus trabalhos nas 3 revistas que reúnem mais ocorrências, e na revista com mais incidências agrupa 72,8 % do total dos seus trabalhos. Esta revista, no SSCI / Journal Citation Reports⁵⁴ (SSCI / JCR) de 1989 ocupa o 27º lugar no conjunto das revistas (ao todo, 36) classificadas sob o item “Management”; em 1994, nesse mesmo contexto, ocupa o 29º lugar. Os trabalhos da área de Gestão, devido à pouca dispersão, constituem um corpo tematicamente bastante homogéneo. Há uma subárea que se mostra líder: estamos-nos a referir à Investigação Operacional, onde recaem 56 trabalhos (80%).

⁵⁴ No Journal Citation Reports, as revistas são listadas por ordem decrescente do factor de impacto que lhes é atribuído.

Por ordem decrescente, quanto ao grau de concentração dos trabalhos por revista, surgem de seguida as Ciências Linguísticas e Literárias: nas três revistas com mais ocorrências, concentram-se 59,7% dos seus trabalhos. Neste caso, porém, o número de ocorrências da segunda revista (24,8 %) está mais próximo do da primeira (31,8 %). Há a salientar o facto de a revista mais concorrida ser de edição portuguesa. Pelas fontes de informação acessíveis (no caso da A&HCI, poucas), a “Colóquio-Letras” encontra-se incluída no A&HCI / JCR de 1991 mas não no de 1990.

A Psicologia e a Economia concentram nas três revistas onde os seus trabalhos se encontram com mais frequência, respectivamente 32,2% e 20,7%.

Quanto à Psicologia, a sua revista melhor posicionada (com 17%) encontra-se no 6º lugar das revistas incluídas no item “Psychology, Clinical” (ao todo, 41) no SSCI / JCR de 1989; no de 1994, encontra-se também sob o mesmo item e em 6º lugar entre 47.

A Economia não tem a revista “Lect. Notes in Economics and Mathematical Syst.” incluída nem no SSCI / JCR de 1989 nem no SSCI / JCR de 1994. Quanto à “Economics Letters”, no SSCI / JCR de 1989 surge em 89º lugar sob o item “Economics” (num total de 129); no SSCI / JCR de 1994, encontramos-a em 97º lugar entre as 139 revistas agrupadas sob essa mesma classificação.

Constatamos que as revistas com mais trabalhos portugueses nas áreas de Gestão e Economia encontram-se sempre na 2ª metade das sequências de títulos de periódicos onde foram colocadas. No caso das Ciências Linguísticas e Literárias, embora não sabendo exactamente o lugar da “Colóquio-Letras” na respectiva sequência, podemos inferir que se encontra (quando se encontra) num dos últimos lugares pois em 1990 não foi coberta. A Psicologia foi a única área em que a revista com mais trabalhos portugueses se encontra num dos primeiros lugares da respectiva sequência.

4.3.2.4. Características das autorias

Os 493 trabalhos reunidos foram, na sua maioria (51,7%), elaborados em grupo. Convém, no entanto, observar área a área.

Tabela 21

Hábitos de trabalho em equipe nas quatro áreas melhor representadas

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Ling. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>
individual	44,1%	42,9%	97,0%	27,9%
2 elementos	40,6%	40,0%	1,5%	26,8%
+ de 2 elems	15,3%	17,1%	1,5%	45,3%

As Ciências Linguísticas e Literárias destacam-se pela quase totalidade de trabalhos individuais. A Psicologia destaca-se por ser a que tem maior número de trabalhos em equipe (72,1%). É ainda de salientar que, excluindo o caso das Ciências Linguísticas e Literárias, o número de trabalhos individuais se encontra muito próximo do número de trabalhos realizados por duas pessoas.

Para além destas constatações, podemos extrair mais alguma informação debruçando-nos sobre o número de autores envolvidos nestes trabalhos.

Tabela 22

Distribuição das publicações por autores nas quatro áreas melhor representadas

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Ling. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>
nº trabalhos	111	70	129	183
nº autores	135	90	98	354
concentração⁵⁵	27,0%	35,7%	19,4%	21,3%
dispersão⁵⁶	81,5%	81,1%	83,7%	79,0%

Para um período de 15 anos e para cada área, constatamos um grande número de autores só com um trabalho incluído numa destas bases de dados e três nomes que estão presentes em pelo menos 20% (os valores oscilam entre 19,4% e 35,7%) dos trabalhos. Podemos concluir que, apesar de uma grande dispersão, há sempre pelo menos três autores que lideram⁵⁷.

Há, no entanto, que ressaltar que nem todos os autores são portugueses. Sobre estes, nada podemos afirmar quanto ao número de vezes que estão incluídos nestas bases de dados porque só recolhemos os trabalhos em que foram co-autores, quando em colaboração com alguma instituição portuguesa. O que nos é possível averiguar é o

⁵⁵ Percentagem de trabalhos que são da autoria dos três nomes com mais ocorrências.

⁵⁶ Percentagem de autores com apenas um trabalho.

⁵⁷ Conformidade com a lei de Lotka: "Hay, pues, pocos científicos muy productivos, pero a ellos se debe una gran proporción del progreso de la Ciencia" (Moravesik, 1990).

número de trabalhos que em cada área foram feitos em colaboração com estrangeiros⁵⁸.

Tabela 23

Colaboração com instituições estrangeiras nas quatro áreas melhor representadas

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Líng. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>
Tot trabalhos	111	70	129	183
Trab individ	49	30	125	51
Trab colectiv	62	40	4	132
T col ab estr	52	19	3	47

Se 24,5% dos trabalhos das 4 áreas são feitos em colaboração com instituições estrangeiras⁵⁹, parte dos 677 autores diferentes que recolhemos não esteve a trabalhar em Portugal. No entanto, dada a grande diversidade de autores, não deixará de ser possível afirmar que poucos investigadores nacionais têm tido como objectivo a inclusão sistemática dos seus trabalhos neste circuito internacional.

O que é visível neste circuito específico da produção nacional:

- nas Ciências Linguísticas e Literárias investiga-se a um nível muito individual: as raras excepções foram, quase na sua totalidade, colaborações com o estrangeiro (3 em 4);
- no caso da Economia, quase que se pode dizer que ou se trabalha individualmente ou se trabalha em colaboração com outros países; pelo meio ficam unicamente 10 trabalhos, em que a colaboração se restringe a Portugal;
- na Gestão, onde os trabalhos individuais correspondem a 42,9%, os trabalhos em colaboração com o exterior (19) são praticamente tantos como os colectivos de âmbito nacional (20);
- a Psicologia, que se mostra como a área com mais hábitos de trabalho em equipa, manifesta-se também como sendo a área em que a colaboração com o exterior está

⁵⁸ Consideramos como trabalho realizado em colaboração com o estrangeiro, os trabalhos com mais de um autor e com pelo menos uma instituição estrangeira. Os trabalhos individuais que, para além da instituição portuguesa do autor, tivessem associada alguma afiliação estrangeira não foram por nós como trabalhos de colaboração com outros países. No SSCI e no A&HCI, por autor não há uma e só uma afiliação. Assim, por exemplo, podem-nos aparecer trabalhos de dois autores com cinco afiliações e trabalhos de três autores com uma só afiliação. Daí a impossibilidade de distinguirmos os autores a trabalharem em instituições portuguesas daqueles que, até mesmo sendo portugueses, possam estar (ou ter estado) a trabalhar em instituições estrangeiras.

⁵⁹ Esta é também uma forma de internacionalização da actividade científica.

mais distante da colaboração a nível nacional (há muitos mais trabalhos deste último tipo).

4.3.2.5. Colaboração com o estrangeiro

Com base na informação contida nas afiliações, foi possível discriminar as relações de cooperação que se estabeleceram nestes trabalhos.

Tabela 24
Países co-autores juntamente com Portugal

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Líng. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>	<i>Total</i>
EUA	56	10		14	80
R. Unido	11	4		20	35
França		3	2	14	19
Bélgica	2		2	14	18
Alemanha	9			5	14
Holanda				5	5
Espanha				4	4
Itália	1	1		1	3
Outros	4	5	1	21	31
Total	83	23	5	98	209

Em "Outros" estão incluídos mais 20 países. Para cada um deles, a soma das suas ocorrências foi igual ou inferior a dois.

À Psicologia atribue-se o maior número de contactos com o exterior, embora tenha menos trabalhos de colaboração internacional (47) do que a Economia (52). Enquanto esta última se caracteriza por um nível acentuado de concentração num só país (os EUA, com 67,5% dos contactos), a Psicologia dispersa de tal maneira os seus contactos que estabelece relações uma única vez com 13 países.

A maior parte (79,4%) destes contactos incidem nos cinco primeiros países da tabela. Os EUA assumem um lugar de destaque, particularmente na Economia como já foi referido. A Gestão também lhes atribue o primeiro lugar. No caso da Psicologia, a preferência vai para o Reino Unido.

4.3.2.6. Colaboração nacional

Tabela 25

Instituições portuguesas

	<i>Economia</i>	<i>Gestão</i>	<i>Líng. Lit.</i>	<i>Psicologia</i>	<i>Total</i>
U Açores			8		8
U Algarve				1	1
U Aveiro	1		20	1	22
UBI	1				1
U Coimb	3	22	30	8	63
U Évora	1	1	2		4
U Lisboa	11	9	31	79	130
U Minho	4	1		7	12
UNL	35	9	10	1	55
U Porto	22	9	14	42	87
UTL	19	20		4	43
UCP	11	6	2	1	20
Outros	24	16	10	18	68
TOTAL	132	93	127	162	514

Quanto às instituições portuguesas envolvidas nestas publicações constatamos que, quase na sua totalidade (86,8%), os trabalhos são realizados no âmbito das universidades. Destas, destacam-se a Universidade de Lisboa, a Universidade do Porto, a Universidade de Coimbra, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa. Indicámo-las por ordem decrescente de participação nos trabalhos e salientamos que 73,5% das ocorrências lhes dizem respeito. É de salientar ainda que a Universidade Católica Portuguesa se isola das restantes universidades privadas, só ela figurando neste quadro. Quanto aos politécnicos, só 4 participaram pelo menos uma vez nalgum destes trabalhos. Este resultado vai ao encontro do que se averiguou no capítulo relativo às unidades de investigação, como é muito natural⁶⁰.

Por vezes, nas afiliações destes trabalhos, aparecem Departamentos de Matemática, Faculdades de Ciências, Faculdades de Engenharia, Faculdades de Medicina,... Por um lado, fenómenos como estes encontram explicação na interdisciplinaridade que acaba por penetrar em qualquer área científica⁶¹. Por outro lado, pode-se encontrar explicação no facto de no SSCI se encontrarem também artigos recuperados de periódicos das Ciências Naturais, Físicas e Biomédicas, devido a neles existirem abordagens sociais relevantes (hipótese levantada para o caso da Psicologia). A

⁶⁰ Onde mais se investiga, mais se publica e mais se publicará em publicações de maior impacto internacional.

⁶¹ No caso da Gestão, por exemplo, a investigação operacional.

colaboração com empresas é muito pequena e acontece quase exclusivamente no âmbito da Economia.

A análise mais detalhada das publicações destas quatro áreas serve para termos um conhecimento mínimo (um autoconhecimento) de como e quem publica em revistas reconhecidas internacionalmente. Também permite fazer o esboço do retrato que têm as CSH em Portugal na mente de quem lhes tenha acesso por este meio, em particular do estrangeiro.

4.3.3. Dados provenientes de outras fontes

No decurso de uma abordagem bibliométrica das CSH em Portugal, chegados a este ponto poderíamos porventura considerar-nos na posse da informação necessária. Os produtos do ISI adquiriram tal importância que, por vezes, são utilizados como fonte exclusiva para servir de base a estudos desse tipo.

“Não admira, portanto, que as entidades encarregadas de analisar, elaborar ou promover medidas de política científica, utilizem para as suas decisões as análises efectuadas sobre aqueles produtos. É o caso da OCDE em Paris, da Comissão Europeia em Bruxelas, da NSF nos Estados Unidos, etc, e de inúmeros países onde tem sido adoptado como referência (Reino Unido, França, Holanda, Finlândia, etc)”. (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996).

No entanto, há quem chame a atenção para a importância daquilo que não é coberto pelos produtos do ISI.

“The ISI claims to cover the most important scientific and scholarly journals in all disciplines. However, it is well known that the ISI databases are characterized by a heavy Anglosaxon bias in coverage.” (Nederhof et al., 1989)

“Il (SCI) laisse de côté une partie de la recherche, vitale au niveau local, et pas forcément appliquée, en s’en remettant à la seule motivation des chercheurs de participer à l’édification d’une science mondiale.” (Courtial, 1990)

Num estudo efectuado no Reino Unido sobre a actividade de investigação das Ciências Sociais, chegou-se à conclusão que:

“Only 42% of serial titles, 46% of serial articles and 67% of articles in ‘scholarly journals’ were indexed by ISI: these findings should serve as caution for conclusions from studies based solely on ISI as a data source.” (Burnhill et al., 1994)

Posteriormente, especifica-se para as Ciências Sociais:

“Only a quarter of published work from social science and two-thirds of the ‘scholarly’ articles from research projects funded by ESRC grants were indexed by ISI: this places severe limitations on the use of ISI for bibliometric counts.” (Burnhill et al., 1994)

No nosso caso, queremos traçar a evolução da produção científica restringindo-nos ao que é publicado. Para enriquecer a informação oriunda do SSCI e do A&HCI, recorreremos a outra base de dados de âmbito internacional e pluridisciplinar (FRANCIS) e a duas bases de âmbito sectorial (ABI/INFORM e ECONLIT). A comparação dos valores alcançados nesta segunda fase com os iniciais, vai-nos possibilitar questionar a pertinência dos indicadores bibliométricos elaborados a partir exclusivamente do SSCI e do A&HCI.

4.3.3.1. FRANCIS

A FRANCIS é uma base de dados francesa produzida pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), que dá cobertura a literatura científica de todo o mundo e de diversos domínios das CSH.

Da consulta efectuada à FRANCIS, retirámos os seguintes números de trabalhos portugueses, postos em comparação com os do SSCI e do A&HCI.

Tabela 26
Publicações de Instituições Portuguesas na FRANCIS, no SSCI e no A&HCI

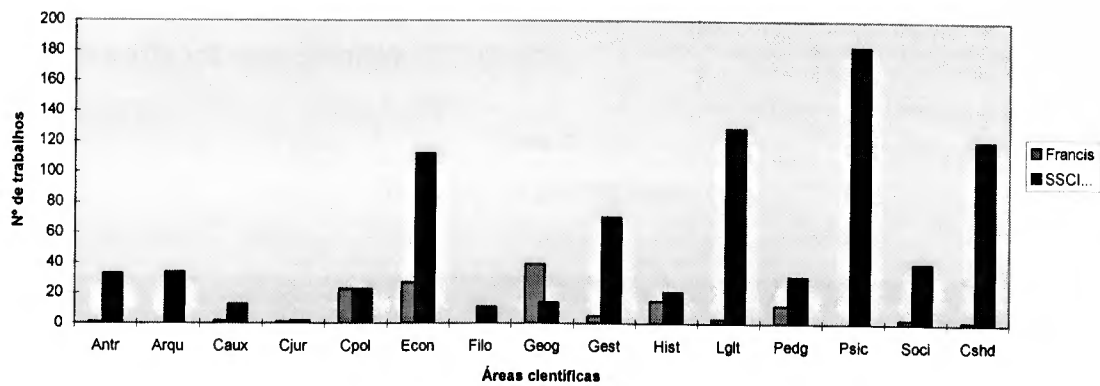
	Antr	Arqu	Caux	Cjur	Cpol	Econ	Filo	Geog	Gest	Hlst	Lglt	Pedg	Psic	Soci	Cshd
Francis	1	0	2	1	23	27	0	39	5	15	3	12	0	3	2
SS/A&H	33	34	13	2	23	112	11	14	70	21	129	31	183	40	121

O volume de trabalhos portugueses incluído na FRANCIS (publicados entre 1980 e 1994) ainda se mostra muito menos representativo que o volume extraído das outras

bases de dados. As duas áreas que se mostram mais beneficiadas são as Ciências Políticas e a Geografia, como é visível no gráfico que se segue:

Gráfico 13

FRANCIS versus SSCI / A&HCI



Não há trabalhos comuns entre estes dois grupos. Quanto ao tipo de documentos, a FRANCIS cobre uma maior variedade:

Tabela 27

Tipologia das Publicações incluídas na FRANCIS

Livros	Periódicos	Mapas	Congressos	Relatórios	Legislação	Teses
20	39	11	38	24	1	1

Pela observação das referências bibliográficas, é possível fazer nos itens “Livros”, “Congressos” e “Relatórios” as seguintes distinções:

Tabela 28

Distinções possíveis na tipologia apresentada

Livros	Cap. de Livros	Actas de Cong.	Comun. a Cong.	Relatórios	Partes de relat.
13	7	10	28	20	4

Embora a FRANCIS não inclua um número significativo de trabalhos portugueses, mostra ter uma estrutura melhor adaptada às CSH, se tivermos em conta as conclusões obtidas no estudo já citado:

“Publications in the social sciences come in different shapes and sizes. A significant proportion of social science publications from the projects funded as ESRC Research

Grants in 1984/85 were of book length (15%), and, although most were of article length, only a minority appeared in scholarly journals (35%) - the others appeared in other periodicals (12%), in conference proceedings (7%), as chapters in books (17%) and in the grey literature of the occasional paper series (15%)." (Burnhill et al., 1994)

A FRANCIS ainda diverge do SSCI e do A&HCI pelo modo como os trabalhos portugueses nela incluídos se distribuem pelos diferentes tipos de instituições (tendo em conta a afiliação dos autores):

Tabela 29

Instituições portuguesas

<i>Organ. ligados à Adm. Pública</i>	<i>Univ. Públ./Univ. Priv/C. Invest.</i>	<i>Outros (empresas, assoc. prof., ...)</i>
53	51	30

Esta distribuição leva-nos a pensar que a maior parte destes trabalhos (62%) é resultado duma actividade profissional que não a investigação científica. O peso da Administração Pública (nomeadamente Ministérios) é de realçar. Este facto coloca-nos a questão de como seleccionar os trabalhos a incluir no conjunto da produção científica nacional. O rastreio feito aos trabalhos portugueses incluídos na FRANCIS foi por nós realizado: seleccionámos as referências bibliográficas que continham a palavra Portugal no seu registo; destes, escolhemos os que tinham Portugal na afiliação; nestes últimos, pela análise do título, escolhemos aqueles que pareciam ter um carácter científico.

Este será sempre um problema para quem se proponha fazer um levantamento estatístico da produção científica sem se socorrer exclusivamente dos produtos do ISI, nomeadamente quando está em causa avaliar a actividade científica.

"Evaluation of research performance requires an assessment of the quality, quantity and timeliness of research publication. Easy though it may seem to produce statistics on the quantity of research publications, the issue about what constitutes quality research and noteworthy publication is not resolved so readily, nor, therefore, the related issue of how to produce statistics on quality." (Burnhill et al., 1994)

Com o recurso a outra base de dados pluridisciplinar, de âmbito internacional e, agora, de origem francesa, o panorama da internacionalização dos trabalhos científicos

portugueses não melhorou. Vamos de seguida observar qual o proveito que se pode ou não retirar da consulta de outras bases de dados internacionais, agora especializadas num determinado domínio científico.

4.3.3.2. Bases de dados sectoriais: o caso particular da Economia

Tomando a Economia como exemplo, vamos de seguida acrescentar aos números provenientes do SSCI dados de outras fontes. A nossa intenção é, em primeiro lugar, observar como é que o volume de trabalhos se altera.

Tabela 30

Publicações de Instituições Portuguesas no SSCI, na ABI/INFORM, na ECONLIT e ainda em duas revistas portuguesas

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	Total
A	0	5	3	6	2	0	6	7	7	12	9	5	19	16	15	112
B	0	9	10	13	9	11	28	32	29	41	57	44	61	38	19	401
C	4	4	3	3	4	5	4	5	4	7	7	11	7	6	6	80
D	12	47	50	57	53	45	51	43	39	39	35	34	24	26	4	559
B + C + D	16	60	63	73	66	61	83	80	72	87	99	89	92	70	29	1040

A --- Social Science Citation Index

B --- Social Science Citation Index + ABI/INFORM + ECONLIT

C --- Boletim de Ciências Económicas (Universidade de Coimbra)

D --- Estudos de Economia (ISEG)

Com os trabalhos de Economia provenientes da ABI/INFORM⁶² e da ECONLIT⁶³, o SSCI representa apenas 27,9% do total. Se aos dados provenientes destas três fontes juntarmos os artigos de duas revistas portuguesas especializadas em Economia⁶⁴

⁶² ABI/INFORM - Base de dados produzida pela University Microfilms International (UMI), nos Estados Unidos da América. Nela são indexados e resumidos os artigos mais significantes de 800 periódicos das áreas de Negócios e Gestão, sendo 25% destes periódicos publicados fora dos EUA.

⁶³ ECONLIT - Base de dados produzida pelo American Economic Association. Faz a cobertura de 200 dos principais periódicos da área de Economia, a nível mundial.

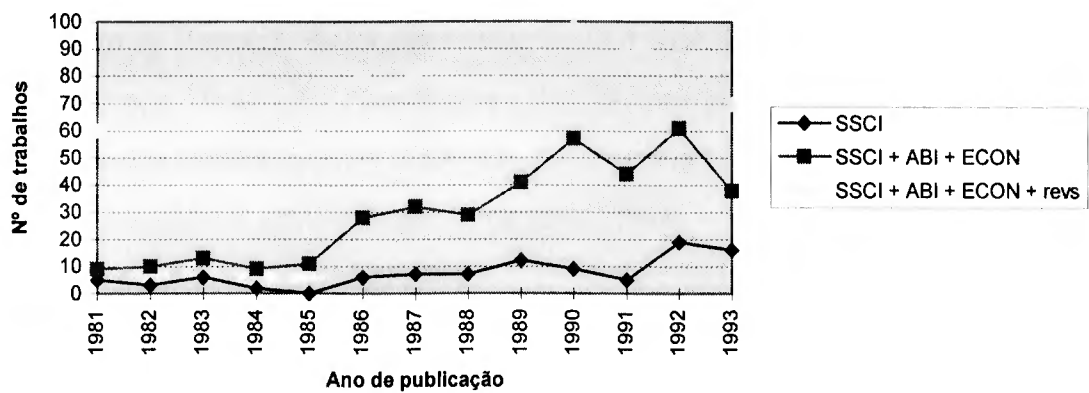
⁶⁴ Estas duas publicações periódicas são o *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito de Economia (artigos e notas de actualidade) e os *Estudos de Economia* do Instituto Superior de Economia e Gestão (artigos e comunicações/notas de actualidade).

(para o mesmo período de tempo), o SSCI passa a representar só 10,8% dessa produção⁶⁵.

Com estes novos dados, o total das publicações encontradas no âmbito da Economia passa a 1040 o que é um salto muito considerável. Quanto à evolução por ano, ainda não se constata uma tendência uniforme de crescimento, mas nunca se publica menos de 60 artigos por ano.

Gráfico 14

Economia: publicações conhecidas através de diferentes fontes



Este exemplo é-nos muito útil para mostrar que o SSCI cobre muito pouco do que é publicado em Economia e, decerto, que acontecerá o mesmo nas outras CSH.

Retomando agora o âmbito das CSH em geral, e partindo do princípio que a produção científica é reflexo não só da natureza de cada Ciência mas também da comunidade científica que lhe está subjacente, iremos reter a nossa atenção sobre os hábitos de publicação dos investigadores portugueses destas áreas. Com isso queremos responder às seguintes questões:

- em Portugal, o que é que se publica nestas Ciências para além dos artigos de periódicos?
- quais os produtos mais valorizados pelos investigadores dessas áreas?
- porque há um nível tão baixo de internacionalização das publicações destas áreas?

⁶⁵ Se excluirmos o ano de 1994 (onde os valores não estarão de todo actualizados) essas percentagens passam a ser respectivamente 25,4% e 9,6%.

4.3.4. Portugal: os hábitos de publicação dos cientistas sociais

A fonte disponível para nos dar conhecimento das preferências dos cientistas sociais na sua prática científica foi o estudo coordenado por Jorge Correia Jesuíno, intitulado *A Comunidade científica portuguesa nos finais do século XX - comportamentos, atitudes e expectativas (relatório)*, já por diversas vezes aqui referido. Passamos a citar esse trabalho, de forma a relatar com a máxima exactidão as condições da sua realização.

"O estudo adoptou como metodologia básica a administração dum inquérito a uma amostra representativa de cientistas portugueses trabalhando no sector público. ...

Para efeitos de definição da amostra recorreu-se à base de dados da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), constituída a partir dos inquéritos periodicamente realizados para determinação do potencial científico e tecnológico. A amostra é aleatória e estratificada ... " (Jesuíno, 1994)

No que se refere às áreas científicas, utilizou-se a classificação adoptada pela JNICT. (JNICT, 1991)

Pela nossa parte, sistematizámos as informações relativas às preferências e comportamentos verbalizados pelos investigadores ligados às CSH, no que diz respeito à sua forma de comunicar.

A primeira ideia que toma corpo (segundo os nossos interesses) é que os cientistas sociais passam em média mais tempo que os outros em leituras⁶⁶, reflexão e na redacção e escrita⁶⁷ (sublinhado nosso). Isto parece um paradoxo já que, pelo menos através dos produtos do ISI, os investigadores das outras áreas mostram publicar muito mais.

Como resultado da actividade de escrever (que, por sua vez, resulta da investigação) são enumerados e ponderados pelos autores vários produtos:

⁶⁶ Seria de esperar que, consequentemente, tivessem por hábito citar.

⁶⁷ As outras actividades em que se desagrega a investigação são dadas como sendo a elaboração e coordenação de projectos assim como a realização de investigação (esta tida como experiências, recolha e análise de dados e elaboração teórica).

- publicação de um artigo numa revista especializada nacional ou um capítulo num livro nacional (1 unidade);
- publicação de um artigo numa revista especializada estrangeira ou uma patente registada no estrangeiro (2 unidades)⁶⁸;
- um livro científico ou técnico (2,5 unidades);
- relatórios não publicados (0,5 unidades) e
- comunicações em reuniões científicas, capítulos em livros estrangeiros e patentes no país (1 unidade).⁶⁹

Analisando os inquéritos, os autores constataram que as CSH evidenciam baixas médias em revistas estrangeiras da especialidade e em comunicações em encontros científicos. Em contrapartida, esta área tem a mais elevada média de publicações em livros e em capítulos de livros nacionais. Esta área caracteriza-se mesmo por ser a área com menor projecção internacional: 49,5% dos seus cientistas inquiridos assumiu nunca ter publicado em revistas estrangeiras⁷⁰.

Para reforçar este último parágrafo, podemos acrescentar o que é dito no estudo em que nos estamos a basear sobre os aspectos do currículo que mais contribuem para o reconhecimento da autoridade científica. Dos que são enumerados, os cientistas sociais identificam-se mais com os que se prendem com a notoriedade interna à comunidade, desvalorizando itens como o número global de publicações e o prestígio das revistas / editoras onde se publica.

Esta descrição está conforme o quadro por nós apresentado. Para as Ciências Sociais, os trabalhos publicados no exterior não são, de facto, uma prioridade e daí que eles sejam mesmo uma percentagem muito pequena da sua produção global. Pelo contrário, o interesse por publicar em revistas de âmbito nacional (aliado ao aumento de recursos humanos) reflete-se nas várias iniciativas editoriais. Tal fica patente no

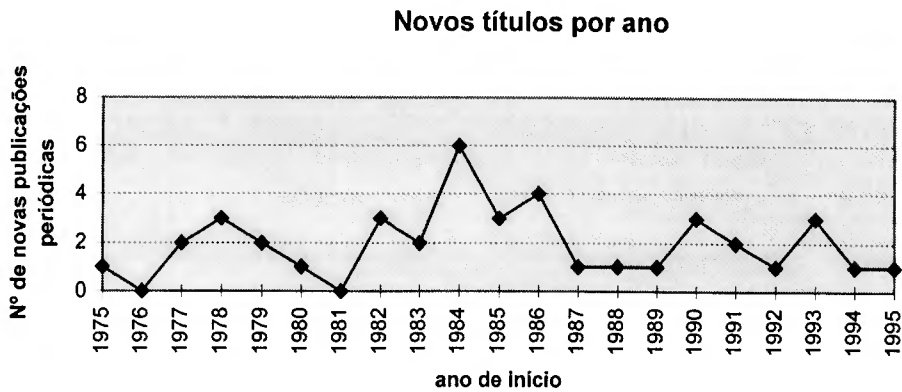
⁶⁸ Esta enumeração e ponderação é feita pelos autores, sendo visível a maior importância dada ao que é publicado no estrangeiro.

⁶⁹ É de salientar o maior peso atribuído a um artigo publicado numa revista estrangeira relativamente ao publicado numa revista nacional

⁷⁰ No estudo a que estamos a recorrer para retratar os cientistas sociais, em determinada altura adverte-se que "*a importância da divulgação de resultados através da publicação no estrangeiro não é um sintoma de menor interesse na publicação em Portugal, é antes uma consequência de não possuímos revistas com projecção internacional.*"

gráfico que de seguida se apresenta, o qual mostra como têm aparecido novas revistas nacionais desde o ano de 1975.⁷¹

Gráfico 15



Como consequência deste isolamento face ao exterior, os cientistas sociais portugueses são pouco citados nas publicações cobertas pelo SSCI e pelo A&HCI⁷², como se pode ver pela tabela 31 (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996).

⁷¹ Informação retirada exclusivamente do Guia de I&D em Portugal podendo, por isso, ser deficitária.

⁷² Média de citações (ocorridas entre 1981 e princípios de 1993) por trabalho (publicados entre 1978 e princípios de 1993) para as diferentes áreas:

- Life Sciences: 4,71;
- Clinical Medicine: 2,47;
- Physical, Chemical & Earth Sciences: 4,01;
- Engineering, Technology & Applied Sciences: 1,79;
- Agriculture, Biology & Environmental Science: 3,07;
- Social & Behavioral Sciences: 1,25 e
- Art & Humanities: 0,11. (Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996)

Tabela 31

Citações às Publicações de Instituições Portuguesas Incluídas no SSCI e no A&HCI

	Nº Publ	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93s	TOT
SSCI															
Ec & Business	53							1	2	3	3	10	33	24	76
Education	26						1	1		5	1	3	8	1	20
Geog, P&D	16						1	5	3	1		5	3	4	22
Law	5	1	2	2	1	2	3	2	4	8	5	5	4	5	44
Lib & Information	15			1								1	2	3	7
Management	72			1	3		6	7	11	12	12	18	29	16	115
Pol it ic. Sc &	10								1		1		1		3
Psychiatry	10											2			2
Psychology	81		1			1	1	11	8	6	6	19	15	11	79
Public H&S	7												2	5	7
Rehabilit & S Educat	2														
Soc / Anthr / Ling	56					2	2	2	8		6	6	4	1	31
A&HCI															
Soc Issues & Phil	7						1								1
Art & Architect	9										1	1			2
Art & Human (Gen)	52														
History	18			1	3	1		2	3	2	2	1	1	1	17
Lang & Linguistic	10												1		1
Literature	83													1	1
Perfoming Arts	10											1			1
Philosophy	10														
Religion & Theology	2														
Total SSCI	353	1	3	4	4	5	14	29	37	35	34	69	101	70	406
Total A&HCI	201			1	3	1	1	2	3	2	3	3	2	2	23
TOTAL	554	1	3	5	7	6	15	31	40	37	37	72	103	72	429

1. O número de publicações corresponde aos trabalhos publicados entre 1978 e 1993, não estando a pesquisa para o ano de 1993 completa e
2. os anos especificados correspondem aos anos em que as citações foram feitas.

De facto, o número total de citações (feitas em quase 13 anos) é inferior ao número total de publicações (relativas a cerca de 16 anos). É de salientar que os trabalhos contidos no A&HCI são menos citados do que os incluídos no SSCI. Isto vem confirmar que para diferentes áreas, diferentes propensões para a citação.

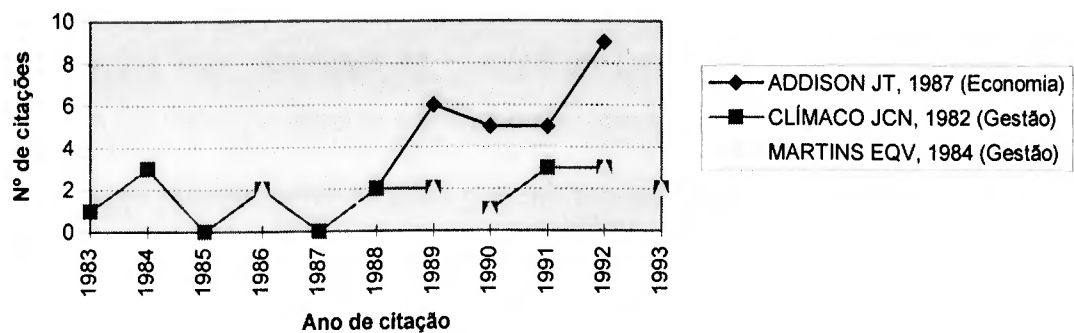
Mais uma vez, estes números vão ao encontro das conclusões a que o estudo do ISCTE chegou: quanto ao número de vezes que cada cientista foi citado (citações identificadas pelos próprios), as Ciências Sociais apresentam a percentagem mais elevada (41%) de inquiridos que responderam nunca terem sido citados. Isto é: mesmo independentemente dos critérios de selecção utilizados pelo ISI (exigentes), e podendo tomar como origem qualquer documento científico, há uma grande percentagem de

cientistas sociais portugueses que reconhece nunca ter sido citado. Tal como nas outras áreas, existe uma minoria com elevado número de citações, só que nas Ciências Sociais se encontra a percentagem mais pequena do item (incluído no questionário que serviu como base ao estudo aqui referido) "mais de 100 citações" (4%). Mais uma vez sublinhamos que este número não se pode comparar com o número de citações identificadas pelo ISI, encontradas em trabalhos criteriosamente seleccionados. Na tabela 31, só uma área (portanto, estão em causa vários autores) reúne mais de 100 citações: Gestão. Concluindo: os cientistas sociais portugueses são pouco citados, por mais lato que seja o âmbito de pesquisa de citações.

Se observarmos a tabela 17, damos conta que só 53,4% dos trabalhos aí incluídos foram publicados nos últimos 6 anos. Ora, é natural que o número de citações seja pequeno, esteja em crescimento (como se pode observar pela tabela 31) e que futuramente seja maior (dado que existe um intervalo de tempo entre a publicação de um artigo e as suas citações⁷³). Observando os três trabalhos mais citados das quatro áreas melhor representadas no SSCI e no A&HCI, constatamos que as citações a um determinado trabalho podem-se distribuir por vários anos.

Gráfico 16

Ciências Ling. e Lit., Economia, Gestão e Psicologia: citações dos três artigos mais citados



Nenhuma das curvas de citações representada mostrou ser um V invertido como acontece com a generalidade das curvas deste tipo, apesar das diferenças por áreas

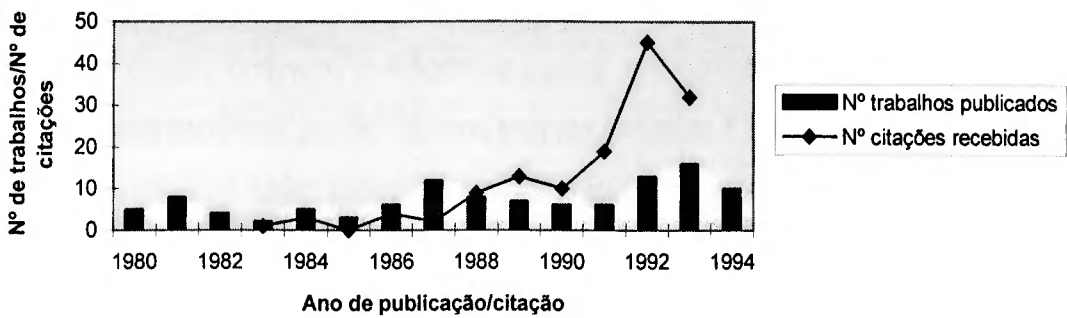
⁷³ Este espaço de tempo pode variar de área para área científica.

científicas⁷⁴ e por tipo de artigos⁷⁵. Isto deve-se, decerto, ao facto de os artigos serem tão pouco citados que o número de citações não é significativo para testar a sua conformidade ou não conformidade à regra.

Se, quem mais publica é quem tem mais probabilidades de ser citado, detivemo-nos a estudar a forma como os trabalhos dos três autores que lideram em número de publicações as áreas de Economia, Gestão, Linguística e Psicologia foram citados. No próximo gráfico mostra-se a distribuição destes trabalhos por anos e a distribuição das respectivas citações.

Gráfico 17

Trabalhos dos autores líderes das quatro áreas melhor representadas no SSCI e no A&HCI e citações recebidas por eles



Nota-se que para a série dos trabalhos publicados não há uma continuidade na evolução enquanto que a série das citações, que só se referem a trabalhos de três áreas (os trabalhos das Ciências Linguísticas e Literárias nunca foram citados), mostram uma tendência mais acentuada de crescimento (para as citações, os dados dizem respeito só até 1993 não estando o levantamento deste ano completo).

A informação reunida neste capítulo possibilitou-nos integrar os dados recolhidos e trabalhados pelo Grupo de Bibliometria⁷⁶ num contexto mais alargado.

⁷⁴ “... la courbe des citations d'un article déterminé a, en général, la forme d'un V renversé dont le pic survient environ deux à trois ans après sa publication, cette durée étant variable selon les secteurs de recherche...” (Courtial, 1990)

⁷⁵ Os artigos originais tenderão a incluir menos citações do que os artigos de síntese, naturalmente.

⁷⁶ O número de trabalhos portugueses e o número de citações a trabalhos portugueses incluídos no SSCI e no A&HCI.

Por um lado, ficámos conscientes de que o volume de trabalhos das CSH⁷⁷ não se alterou significativamente por se ter acrescentado aos números provenientes do SSCI e do A&HCI os dados provenientes da FRANCIS. Manteve-se, portanto, a pouca internacionalização dos trabalhos portugueses e perdeu força o argumento de que é por se privilegiar os trabalhos de língua inglesa que os portugueses são preteridos (isto porque a FRANCIS é de origem francesa).

Por outro lado, a um nível mais sectorial (tomámos como exemplo o caso da Economia), dados provenientes de outras fontes⁷⁸ alteram agora de forma significativa o volume de trabalhos afectos à Economia. Embora a maior parte deste acréscimo tenha a sua origem em revistas portuguesas (onde se registaram 639 itens⁷⁹), a internacionalização está melhor representada a nível sectorial (com 289 novos itens) do que nacional.

Com base nos números obtidos para a Economia e generalizando para o grupo das Ciências em estudo, podemos concluir que a parte da produção científica nacional que transparece nos produtos do ISI⁸⁰ é uma parcela reduzida e redutora da totalidade de trabalhos publicados (não conseguimos quantificar este total com os dados que possuímos). Tendo em conta esta situação e no que diz respeito à avaliação das CSH, somos levados a questionarmo-nos sobre a validade de se constituírem indicadores bibliométricos a partir de dados oriundos exclusivamente do SSCI e/ou do A&HCI. Podemos mesmo alargar esta dúvida, e interrogarmo-nos sobre a pertinência do uso de indicadores bibliométricos para avaliação destas Ciências. Tudo se joga na importância que é atribuída à comunicação e às formas como esta se concretiza nas CSH.

⁷⁷ Onde pelo menos uma instituição portuguesa colaborou.

⁷⁸ Que não o SSCI ou o A&HCI.

⁷⁹ Tabela 30.

⁸⁰ Para o caso das ciências em estudo pois para as Ciências Exactas e Naturais, sabemos que os dados relativos aos trabalhos realizados no âmbito de instituições portuguesas que constam no Science Citation Index, podem ser considerados como "uma amostragem da produção científica nacional", dado o seu "melhor significado estatístico". (Silva, 1994)

4.3.5. Comunicar em Ciências Sociais e Humanas

Conhecedores dos hábitos de publicação dos cientistas sociais portugueses, queremos agora confrontá-los com o modo peculiar de comunicar nas CSH em geral.

A tendência ao isolamento a que se remetem os cientistas sociais portugueses (em relação ao exterior) é, afinal, um traço comum dos cientistas sociais:

“Dans une certaine mesure, chaque pays, chaque grand groupe linguistique poursuit indépendamment son propre chemin.” (Britain, 1986)

Este fenómeno encontra explicação no facto de muitos dos estudos a que estes investigadores se dedicam serem de âmbito local.

“A number of disciplines or subfields within disciplines do not address an international audience, ... Regional studies, local history and teacher training have a limited range as far as output and impact are concerned, but it would be ridiculous to rate such subjects lower than the sciences.” (Finkenstaedt, 1990)

Assim, à partida julga-se que os problemas estudados (sociais, económicos, políticos, psicológicos, ...) só suscitarão interesse a um nível muito restrito: tanto geograficamente como em relação ao público a quem se dirigem. Esse público, porém, não se restringe aos cientistas mas tem um âmbito mais alargado: a sociedade em geral. Em particular, deveriam suscitar o interesse de quem tem responsabilidades sobre a sua organização e funcionamento ou seja, os decisores públicos.

“Researches in the humanities, but also social scientists, stress the importance of enlightening the non-scientific public, such as policymakers, as well as the general public.” (Nederhof et al., 1989)

Para melhor se adaptar à divulgação, o discurso das Ciências Sociais - já por si menos hermético que o das outras Ciências - será ainda mais acessível e decerto escrito nas línguas maternas. O meio privilegiado para tal efeito será o livro.

“While the written output of researchers in the natural and life sciences consists mainly of articles in journals, scholars in the social sciences and humanities are believed to communicate to a large extent by means of books.” (Nederhof et al., 1989)

Se observarmos a forma como os trabalhos incluídos no SCI - Ciências Exactas e Naturais (valor cumulativo dos anos de 1980, 1985, 1990 e 1994) se distribuem pela tipologia de documentos e a compararmos com os valores correspondentes no SSCI, concluiremos que a importância do livro se destaca nas CSH (visível pelo item Book Reviews).

Tabela 32
Tipologia das publicações incluídas no SSCI e no SCI

Tipologia das Publicações	SSCI	SCI
Articles	51%	67%
Book Reviews	30%	0%
Corrections	0%	1%
Discussions	0%	0%
Editorials	5%	3%
Letters	5%	5%
Meeting Abstracts	4%	14%
Notes	4%	7%
Reviews	1%	2%

Estas ideias são comumente aceites, sendo os autores citados tomados apenas como exemplo. Ao nível da comunicação, estes serão decerto os aspectos em que as CSH mais se afastarão das outras. Assim podemos concluir que os hábitos de publicação dos cientistas sociais portugueses têm a sua raiz na própria natureza destas Ciências, onde o problema da comunicação

“ ... revêt deux aspects: l'un est linguistique, l'autre, plus profond, se rattache aux modèles de pensée, différents d'une culture à l'autre, et peut être désigné par le terme «perspective culturelle». ” (Lisle, 1985)

Mas, podemos considerar esta forma de comunicar como indissociável das CSH ou há razões para perspectivar uma mudança (começando por criar essa necessidade)? Que vantagens podemos retirar se quebrarmos, por exemplo, o isolamento nacional a que se remetem as comunidades científicas de cada país? De seguida focaremos duas, relacionadas entre si.

Romper com este isolamento significa, entre outros aspectos, facilitar a cooperação internacional, nomeadamente a europeia. Michel André afirma que já se constatou várias vezes que

“dans le domaine des sciences sociales, la coopération européenne est encore peu développée. Le contraste est frappant avec ce que l'on peut observer dans le domaine des sciences exactes et de la technologie. ... Rien de comparable dans le champ des sciences sociales (et humaines). La coopération européenne n'y représente qu'une part très réduite du total des activités. Elle ne bénéficie de plus que d'une visibilité assez modeste” (André, 1993)

O autor continua referindo que já várias instituições mostraram ser sensíveis a esta questão. É o caso, por exemplo, da UNESCO, da Comunidade Europeia, da Fondation Européenne de la Science (FES) e ainda do Economic and Social Research Council (ESRC) do Reino Unido.

Mas, a insuficiência actual desta cooperação faz com que

“L'horizon majeur des chercheurs européens en sciences sociales, aujourd'hui, c'est l'horizon national.” (André, 1993)

Nestas condições - por exemplo - será difícil fazer face aos novos desafios, às novas realidades e aos novos problemas suscitados pela constituição e alargamento da Comunidade Europeia. O artigo *L'Europe: un défi pour les sciences sociales* (Hamm, 1992) coloca e desenvolve com grande profundidade esta questão.

Michel André aponta ainda outra vantagem desta cooperação europeia que não queremos deixar de assinalar, pelas suas implicações mesmo epistemológicas:

“De telles coopérations, ne l'oublions pas, permettraient à la recherche européenne en sciences sociales d'échapper à ce qui constitue une de ses faiblesses notoires: le niveau souvent sous-critique de ses activités.” (André, 1993)

A cooperação internacional, ao facilitar as comparações internacionais, permite que hipóteses explicativas sejam confrontadas com outros contextos e fiquem mais expostas à refutação.

Consequentemente, romper o isolamento significa melhorar a possibilidade de fazer comparações internacionais tão necessárias ao desenvolvimento das Ciências Sociais. Não sendo possível a experimentação nestes domínios científicos, vários autores são partidários das comparações internacionais como método de validação dos conhecimentos nestas Ciências. Como explica E A Lisle:

“... chaque pays se caractérise par un mode de pensée dominant; tant que l’homme de science reste à l’intérieur de ses frontières, il a tendance à l’oublier et ne peut donc pas en tenir compte. L’étude d’un pays étranger, où d’autres valeurs sont privilégiées, lui permet de prendre conscience de la composante idéologique et culturelle de son pays, et, partant, de la neutraliser.” (Lisle, 1985)

Para o mesmo autor,

“Les études comparées transculturelles ont donc pour avantage essentiel d’aider à bien cerner l’environnement culturel d’un phénomène et d’en faire la part. Les comparaisons de cette nature sont l’équivalent de l’expérimentation contrôlée des autres sciences.” (Lisle, 1985)

As ideias apresentadas convergem para um ponto: a necessidade de internacionalizar as CSH nomeadamente pela via das publicações. Este aspecto, nestas áreas científicas, não se resume apenas à questão de avaliar ou não a actividade científica através das técnicas bibliométricas. Está em jogo uma importante questão metodológica da investigação científica nas CSH: a validação dos conhecimentos.

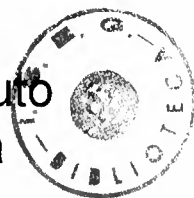
A tendência, a partir de agora, deverá ser dar importância ao impacto internacional dos vários desenvolvimentos que se vão dando nestas Ciências. E para essa finalidade, os indicadores bibliométricos são excelentes. No estudo realizado nas universidades holandesas já citado, chegou-se à conclusão (confirmada por especialistas entrevistados) que para todas as disciplinas das Ciências Sociais e Humanas

“bibliometric indicators are potentially useful for monitoring international impact” (Nederhof, 1989)

A questão que se põe para se realizarem os estudos bibliométricos, é saber se podemos estar dependentes exclusivamente dos produtos do ISI. Relembremos que, para um estudo deste tipo ser fiável, tem que cobrir grande parte da produção científica da comunidade em estudo (há quem indique mesmo que se deva cobrir 99% dessa produção). E a acessibilidade de outras fontes, segundo Courtial (Courtial, 1990), mais não é que sinal de progresso na Bibliometria.

Como observação final deste capítulo, assinalamos a necessidade de uma renovação da mentalidade e do comportamento dos cientistas sociais.

5. As Ciências Sociais e Humanas: o seu contributo para o desenvolvimento da sociedade portuguesa



Entendemos que à introdução e à integração de uma determinada Ciência num país corresponde um processo no qual podemos destacar, pelo menos, três fases: a institucionalização do ensino, a institucionalização da investigação e a demarcação e o reconhecimento das profissões que assentam nos conhecimentos acumulados nessa mesma área científica. Trata-se de um processo onde, exprimindo-nos de uma forma muito linear (todas as questões sobre as origens são complexas), a um esforço obstinado por desenvolver o ensino se segue um esforço semelhante na investigação e, a este, o esforço na promoção das profissões. Se a estas três fases podemos associar “momentos altos” desfasados, elas no entanto coexistem. Há uma noção de «ciclo de vida» inerente à prática científica.

Se nos capítulos 3 e 4 abordámos respectivamente o ensino e a investigação, é nosso objectivo neste capítulo debruçarmo-nos sobre a profissionalização das CSH. Mas, temos presente que reflectir sobre este tema é uma das formas possíveis de abordar outro mais geral: o desenvolvimento possibilitado pelas CSH. Como introdução a este capítulo, optámos por tomar este último como ponto de partida.

5.1. Sociedade, investigação e desenvolvimento

Se analisarmos a história das CSH em geral, damo-nos conta que os períodos de grande avanço nestas áreas científicas tiveram subjacentes fortes tensões externas (situações de mudança, de carências económicas, de falta de justiça, de inexistência de liberdade, ..., em suma: o leque variado de problemas e questões sociais).

A nova mentalidade originada pela Revolução Francesa (1789/99), por exemplo, desencadeou - a longo prazo (o possível na altura⁸¹) - todo um processo de mutações.

“As pressões no sentido da efectivação de transformações político-sociais haviam assumido uma premência e uma legitimidade que dificilmente podiam continuar a ser

⁸¹ Não nos podemos esquecer que, independentemente da eficácia dos meios de comunicação, qualquer renovação de mentalidades leva muito tempo.

contidas através da mera proclamação de teorias respeitantes a uma ordem supostamente natural da vida social. Em vez disso, muitos foram os que defenderam que a solução estaria antes em organizar e racionalizar a mudança social que surgia agora como inevitável num mundo em que a soberania do «povo» passava cada vez mais a constituir a norma, sem dúvida na tentativa de limitar, por essa via, a extensão do fenómeno. Mas se o que havia a fazer era organizar e racionalizar a mudança social, a verdade é que primeiramente se impunha estudá-la e entender as regras que lhe subjaziam. Verificava-se, assim, não apenas existir um espaço para aquilo a que viríamos a chamar Ciências sociais, mas também uma profunda necessidade social no sentido do seu surgimento.” (Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais, 1996)

Como consequência desta circunstância, e tal como consta no relatório que acabámos de citar,

“Entre 1850 e 1945 houve, então, uma série de disciplinas que passaram a ser definidas como fazendo parte de uma área do conhecimento a que foi dado o nome de «ciências sociais».

Deste período, a Comissão referida salienta: a institucionalização da formação e da investigação, realçando a importância da universidade; o surgimento das revistas científicas e ainda o movimento associativo entre os investigadores.

A similitude entre o processo original de desenvolvimento destas Ciências e a forma como estas se desenvolveram no nosso país é patente. Com base nesta semelhança, podemos supor um padrão normal de desenvolvimento da Ciência, (o que consolida a aplicação da noção de “*ciclo de vida*” à Ciência já referida neste capítulo).

O ano de 1945 (como segundo exemplo) marca o começo de uma época áurea na existência destas Ciências. A grande necessidade de reconstrução e de recuperação característica do fim da 2ª Guerra Mundial (1945) foi motivo para toda a expansão económica e social a que posteriormente se assistiu. Poder-se-ia pensar que as CSH se desenvolveram por arrastamento. Mesmo que em parte tenha sido assim, gostávamos de salientar outros dois aspectos. Por um lado, a derrota de uma ideologia tão aversa a estas Ciências: a ideologia fascista (personificada em Hitler, Mussolini, ...), com a sua falta de liberdade e o seu poder de manipulação. Por outro lado, novamente o papel

extremamente importante das pressões externas: os destroços de guerra (todos, materiais e não materiais) terão funcionado como um forte apelo à reflexão destas Ciências sobre os problemas económicos, sobre o Estado, sobre as relações entre Estados, sobre os problemas sociais, etc, etc.

Pelo que foi exposto no capítulo 2, ficámos cientes que este movimento internacional em prol das CSH teve uma curta existência em Portugal: foi interrompido em 1930 e retomado somente após a revolução de 1974. Assim sendo, em Portugal só tardiamente - por comparação com os outros países - foi possível desenvolver as CSH.

Porém, noutros países alheios a bloqueios políticos, a lógica que orientou o desenvolvimento nacional, não foi a mesma a que assistimos no nosso país. Como resposta a um novo período de industrialização - com a consequente mutação das actividades económicas, da organização do trabalho, ... - deu-se também cobertura às mutações sociais e, por isso, criou-se espaço para o avanço e difusão das Ciências sociais (mais uma vez, como consequência de pressões externas). No Canadá - a título de exemplo e como relatam Erika V.C. Bruce e Alan F. Fox (Bruce, 1987) - se até aos anos 60 os ensinamentos universitários das Ciências Sociais eram ainda pouco desenvolvidos comparativamente a outras áreas científicas, os anos 60 foram caracterizados por uma forte vaga de interesse pelas Ciências Sociais. Segundo os mesmos autores, este avanço pode ser explicado por dois tipos de factores. Em primeiro lugar, os motivos que contribuíram para a expansão de todo o ensino superior: o crescimento económico, o “*baby boom*” do após-guerra e a necessidade acrescida da sociedade industrializada em pessoal qualificado. Em segundo lugar, as circunstâncias que deram azo à expansão particular das Ciências Sociais: o aperfeiçoamento dos métodos; a maior importância atribuída ao serviço social; o crescimento do sector público; a necessidade de dispor de instrumentos apropriados para fazer face às complexidades e às transformações rápidas da sociedade moderna; o estímulo originado pelas “*commissions royales*”⁸² que tiveram um papel catalisador, favorecendo o desenvolvimento das Ciências Sociais e a promoção da sua imagem no público; e, ainda, o afluxo sem precedentes de fundos de ajuda às Ciências Sociais..

⁸² Desta forma foram realizados estudos sobre as perspectivas económicas do Canadá, sobre o bilinguismo e o biculturalismo, sobre a situação da mulher, ...

Podemos ainda referir o exemplo da Suíça. É interessante verificar, através da leitura da obra “Détection avancée en politique de la recherche” (Broccard *et al.*, 1986) que a política científica suíça (onde estão incluídas Ciências Naturais, Exactas, Sociais, Humanas, Engenharias, ...) é elaborada através de duas vias: uma, a prospecção avançada em política da investigação segundo as disciplinas científicas⁸³; outra, uma abordagem partindo dos problemas existentes na sociedade.

Este último parágrafo, se nos reafirma que os avanços ocorridos nas CSH são impulsionados por razões que lhes são externas (apelos ao desenvolvimento), alerta-nos para a existência paralela de necessidades e objectivos intrínsecos a cada Ciência.

Concluindo: a actividade científica, também a das CSH, norteia-se por uma dupla dinâmica. À luz do modelo de inovação de Kline e Rosemberg⁸⁴ (Godinho, 1993), quando para os problemas sociais não se encontra resposta nos conhecimentos já existentes e acumulados em cada Ciência (adquiridos também independentemente de pressões externas, ou seja, por curiosidade científica), novas investigações são realizadas. Deste modo, novos serviços (ou novas formas de servir) são prestados à Sociedade.

Se à investigação científica propriamente dita já dedicámos todo o capítulo 4, a partir de agora vamos deter-nos no tema da profissionalização das Ciências em estudo, cientes de que a respectiva actividade científica não se esgota em si mesma. O seu objectivo último encontra-se fora de si: contribuir para o desenvolvimento global da própria Humanidade, desenvolvimento este que se quer pautado pela Justiça e pela Solidariedade. Para isso devem contribuir todas as CSH, cada uma segundo a sua especificidade própria.

⁸³ "detection avancée en politique de la recherche selon les disciplines scientifiques"

⁸⁴ Vocacionado para explicar como as Ciências que podem ter uma aplicação tecnológica interagem com o Mercado.

5.2. Associações profissionais afectas às Ciências Sociais e Humanas

Consideramos que a criação de uma determinada associação profissional - nas profissões que fazem apelo às CSH - é um marco importante na história destas Ciências.

Daqueles que adquirem uma formação científica superior em qualquer um dos ramos existentes nestas áreas, uma pequena parcela seguirá pela via da investigação. Os outros dedicar-se-ão ao exercício de uma (outra) profissão, sempre que possível conforme à licenciatura que obtiveram.

Quando diversas pessoas se agrupam tendo em comum um determinado perfil profissional isso é sinal de que se formou uma identidade colectiva, interessada em promover e defender tanto os seus direitos como os seus deveres. A associação profissional resultante dedicar-se-á, entre outras tarefas, à regulamentação do exercício da profissão, à constituição de um corpo deontológico próprio e à certificação da qualidade da formação profissional. Com o objectivo de detectar no nosso país vários desses momentos-chave para cada profissão e área científica correspondente, enviámos um pequeno questionário para diversas associações profissionais (onde, entre outras informações, solicitávamos a data de criação). Das 35 associações profissionais de alguma forma afectas às CSH que conseguimos reconhecer, obtivemos resposta de 18 (isto é, 51%).

Das associações que nos responderam, a Ordem dos Advogados é a mais antiga tendo sido criada em 1926: não é de estranhar. Se o início de doutoramentos nacionais numa determinada área científica é sinal de um certo enraizamento dessa Ciência na nossa sociedade (pelo que implica já de institucionalização e de formação de recursos humanos), as Ciências Jurídicas são as que têm doutoramentos mais antigos, remontando os dois primeiros à década 10 (conforme tabela 15). Convém, no entanto, cruzar este dado com o número cumulativo de doutoramentos até 1992 (tabelas 15 e 16), de forma a pôr de parte esforços científicos não continuados de uma forma sistemática (como é o caso das Ciências Políticas). Quanto ao número de doutoramentos efectuados até 1992, as Ciências Jurídicas encontram-se em 4º lugar

(com 87). Tal ocorrência mostra-se conforme à falta de abertura da comunidade científica correspondente, já por nós referida, e que não põe em causa a antiguidade desta Ciência. Esta associação dedica-se exclusivamente à Advocacia, reunindo 14760 advogados.

Mais nenhuma associação profissional afecta às Ciências Jurídicas nos respondeu.

Em segundo lugar, quanto à antiguidade, surge a Academia Portuguesa de História criada em 1936. Os doutoramentos nesta área remontam à década 30, tendo sido alcançado em 1992 o segundo lugar na ordem decrescente de número acumulado de doutoramentos (com 119).

Mais duas das associações que responderam ao nosso inquérito se podem anexar à História: a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (dado que, segundo a classificação por nós utilizada, a Arqueologia é uma Ciência auxiliar da História) e a Associação de Professores de História. A primeira das associações mencionadas foi criada em 1980 e tem a particularidade de acolher profissionais (professores, investigadores e outros) de várias CSH. A segunda foi criada em 1981.

Em terceiro lugar, sempre no que se refere ao ano em que foram criadas as associações, surge a Sociedade de Língua Portuguesa criada em 1949. Mais uma vez constatamos também a antiguidade dos primeiros doutoramentos em Ciências Linguísticas e Literárias (que se iniciaram na década 20) e o considerável volume de doutoramentos realizados até 1992: estas Ciências são as que mais doutoramentos realizaram (203).

A estas Ciências podemos anexar mais duas associações: a Associação Portuguesa dos Professores de Francês (criada em 1987) e a Associação Portuguesa de Tradutores (criada em 1988). Esta última, com uma forte maioria de sócios com formação superior (93%)⁸⁵, reúne tradutores oriundos de várias áreas científicas e não só pertencentes às CSH.

Em 1964 é criada a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos. Relativamente ao número de licenciaturas, já em 1980 a Gestão detinha o segundo lugar tanto ao nível de cursos como de vagas (tabela 1). Em 1995, detinha o

⁸⁵ Nem sempre nos é possível especificar a percentagem de sócios com curso superior.

primeiro lugar em ambos os níveis (gráficos 3 e 5). A existência de uma associação de Gestores desde 1964, mostra a antiguidade desta profissão na sociedade portuguesa (decerto que, nessa altura, poucos seriam os gestores com formação superior). A sua criação parece ter sido um bom auspício sobre a necessidade que no futuro haveria destes profissionais, e do reconhecimento que lhes seria atribuído.

Em 1977, mais duas associações se criariam pertencentes a esta área: a Associação Portuguesa de Management e a Associação Portuguesa de Técnicos de Contas.

Criada em 1972, temos a única associação⁸⁶ ligada às Ciências Musicais (neste trabalho sempre incluídas no item “CSH”): a Associação Portuguesa de Educação Musical.

Na área da Pedagogia, em 1981 foi criada a Associação dos Profissionais de Educação de Infância. Já no capítulo 3 tínhamos constatado que o fim da década de setenta / começo da década de oitenta tinha sido importante para esta área: das maiores exigências de formação terá resultado um novo perfil profissional e novas aspirações de classe.

Das informações que recolhemos, falta-nos referir:

- a criação da Associação Sócio Profissional da Polícia, em 1990 (decerto que dos seus 12000 associados, só uma pequena parcela terá formação superior);
- a criação da Associação Portuguesa de Geógrafos e a Associação de Professores de Geografia, ambas criadas em 1987 e exclusivamente para licenciados em Geografia;
- a Associação dos Profissionais de Serviço Social criada em 1978, actualmente com 1490 sócios, todos licenciados em Serviço Social;
- e, para terminar, a Associação Portuguesa para o Serviço Social Internacional, onde o serviço social é abordado de uma forma pluridisciplinar (esta associação reúne licenciados de várias áreas: Sociologia, Direito, Teologia, Psicologia, ...) e num âmbito internacional.

⁸⁶ Referimo-nos sempre às associações que responderam ao nosso questionário.

Do conjunto de associações profissionais que nos responderam, e sublinhamos o âmbito restrito deste nosso universo, observamos diferenças de ritmo na dinâmica do movimento associativista. Podemos conceber dois períodos: de 1926 até 1977 (8 associações profissionais para cerca de 50 anos) e de 1978 a 1990 (10 associações para 12 anos somente).

Esta nossa leitura das respostas ao questionário sobre as associações profissionais é um exemplo de como se pode averiguar a penetração dos conhecimentos originados em cada área científica, na sociedade.

5.3. A profissionalização nas Ciências Sociais e Humanas: o caso da Sociologia

Na segunda parte deste capítulo, estabelecemos a cronologia de algumas associações profissionais de forma a assinalarmos datas relevantes na profissionalização das CSH. Na impossibilidade de nos determos em todas estas Ciências a observar o modo como as várias profissões têm sido reconhecidas, optámos por o fazer exclusivamente para a Sociologia.

Antes de mais, um breve retrato da história e da situação actual desta Ciência no nosso país.

“Trata-se de uma área científica relativamente recente. Como é sabido, no contexto político anterior a 1974, a Sociologia era considerada como subversiva, frequentemente confundida com o Socialismo. Apenas em meados dos anos 70 se procede a institucionalização do ensino e da investigação (Almeida, 1990).

A falta de, ou o relativamente reduzido, apoio financeiro em Portugal à investigação sociológica deve-se sobretudo ao facto de atribuir-se a essa área científica um valor académico. Está subjacente uma perspectiva formalista-jurídica e mecanicista dos sistemas sociais que ignora o papel das ciências sociais na fundamentação científica das decisões e a sua atitude prática na resolução dos problemas (Lima-Rodrigues, 1985). Esta situação favoreceu e continua a favorecer o teorecismo, a abordagem «só ciência».



Actualmente, os sociólogos são, porém, cada vez mais, chamados para resolver problemas na esfera do trabalho e das organizações, abrindo caminho para novas práticas de investigação (investigação-acção e/ou acção-investigação). Assim, nesta nova fase, além dos universitários ou «científicos», aparecem outras figuras «profissionais» como os consultores de gabinetes de estudo e projectos e técnicos integrados em empresas e/ou organismos estatais. Dados referentes aos membros da Associação Portuguesa de Sociologia ... indicam que as figuras profissionais não-universitárias têm um peso relevante: ...”. (Kovacs, 1993)

Da bibliografia consultada, retirámos opiniões sobre o que tem sido dado como importante na profissionalização da Sociologia.

Resumindo várias ideias de João Ferreira de Almeida (Almeida, 1992a e Almeida, 1992b), podemos salientar os factores necessários e propícios à profissionalização da Sociologia:

- a visibilidade e o prestígio da Sociologia, e consequente relevância que lhe seja reconhecida;
- a formação de uma sensibilidade na opinião pública⁸⁷;
- a mutação acelerada do mundo do trabalho onde a evolução de solicitações é rápida, assim como é mutável o perfil de novos lugares;
- uma eficiente abordagem das solicitações encontradas, para a qual concorre uma atitude de abertura às várias correntes teóricas dentro da Sociologia, assim como um espírito de colaboração com outras disciplinas científicas;
- a multiplicação de locais de trabalho (em autarquias, nas empresas, em instituições centrais do Estado, ...) e também de profissões liberais;

⁸⁷ João Ferreira de Almeida relata as conclusões de um inquérito, realizado em 1989, sobre os valores e as representações das classes médias e urbanas em Portugal. Daí resultou uma hierarquia sobre a importância dos objectivos e das pesquisas associadas a diferentes tipos de investigação científica. As Ciências Sociais - enquanto conhecimento fundamentado do modo como a sociedade funciona e também como instrumento para melhorar as relações entre as pessoas e a organização da vida social - ficaram em terceiro lugar, o que manifesta já uma forte sensibilidade da opinião pública portuguesa. Mais peso teve ainda a pesquisa em matéria da saúde e a pesquisa na qualidade do ambiente.

- a superação de falsas alternativas como generalismo / especialização, Sociologia dita académica / Sociologia prática ou preparação teórica / preparação prática, de forma a não limitar a qualidade e a competência de cada profissional;
- o desenvolvimento duma cultura profissional específica, para o qual assumem grande importância as associações profissionais assim como os próprios congressos que se têm mostrado uma boa oportunidade para os sociólogos (universitários ou não) reflectirem conjuntamente sobre o exercício profissional e sobre os problemas deontológicos.

A par de todo este processo, o autor salienta que a inserção no ensino e na investigação continua a crescer, no âmbito universitário.

António Firmino da Costa na comunicação apresentada no Primeiro Congresso de Sociologia⁸⁸ foca (Costa, 1990):

“quatro elementos que pontuam as diversas etapas do processo de profissionalização da sociologia: o exercício da profissão a tempo inteiro, a fixação estatal das condições legais de acesso à profissão, a formação universitária e a associação profissional.”

Falando sobre Portugal e sobre a situação favorável ao emprego de sociólogos (estávamos em 1988, altura em que se realizou o 1º Congresso de Sociologia), enumerou as razões do *“actual maior potencial de expansão de empregos”*:

- o *“tardio processo de profissionalização”*;
- *“a explosão de solicitações - induzidas externamente por organismos internacionais e pelo decalque de procedimentos correntes a esse nível - para a inclusão de sociólogos em equipas, serviços, organizações e departamentos,”*
- *“a incorporação da análise sociológica em estudos, relatórios, diagnósticos, sondagens, avaliações, planos e projectos de todo o tipo”*;
- *“a emergência endógena e a difusão, também entre nós, do reconhecimento de que grande número de questões e actividades não podem prescindir do contributo de*

⁸⁸ O que confirma a importância atribuída aos congressos acima referida.

competências específicas - analíticas e operatórias - sobre as relações e os processos sociais.”

Caracterizou ainda esta fase da profissionalização da Sociologia pela co-existência de dois modelos de cultura profissional:

- a «cultura da dissociação entre ciência e profissão» e
- a «cultura da associação entre ciência e profissão».

Mas, entre os dois, detectou que:

“a cultura da dissociação é um modelo cultural em perda de velocidade no nosso país. E a cultura da associação é um modelo cultural emergente, com tendência a expandir-se.”

Esta última citação vai ao encontro das ideias de João Ferreira de Almeida, por nós já focadas sobre a necessidade de superar a dicotomia entre Ciência e profissão.

António Pedro Dores não partilha de todo este optimismo. No mesmo Congresso, dá conhecimento de duas situações problemáticas (Dores, 1990). Por um lado, o facto de aos licenciados em Sociologia estar bloqueado o acesso à carreira de professor do Ensino Secundário das disciplinas de Sociologia ou Ciências Sociais. Por outro lado, dado que existem várias associações de sociólogos, aponta o perigo de o debate deontológico se fazer “*na perspectiva estreita de interesses e entendimentos particulares da Sociologia*”. Esta leitura da realidade vem confirmar a necessidade de o Estado legislar a favor dos licenciados em Sociologia (focada por António Firmino da Costa) de forma a que não aconteça que, para ensinar Sociologia no ensino secundário, sejam preferidos outros licenciados com desvantagem para os licenciados em Sociologia. Reforça ainda a necessidade da criação de uma deontologia própria assim como sublinha a necessidade do movimento associativo.

O que podemos constatar é que, mais ou menos optimistas, os vários autores vão convergindo quanto aos ingredientes necessários à profissionalização da Sociologia.

A terminar esta recolha, a qual poderia ser interminável e sempre enriquecedora, apresentamos ainda a visão de Luís Manata, enquanto presidente da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses. Por um inquérito realizado em 1987, sabia-se que o desemprego dos sociólogos não atingia números alarmantes, mas que os

sociólogos não estavam a potencializar a sua formação académica. Chamava a atenção para o “*«controle» que deve ser feito sobre a produção intitulada de sociológica e dos seus autores.*” (Manata, 1990).

Se o panorama esboçado sobre o mercado de trabalho dos sociólogos se refere quase a 10 anos atrás, os factores que reunimos como indispensáveis para a profissionalização da Sociologia parecem manter-se válidos e pertinentes, decerto não só para a Sociologia como para outras áreas científicas. Sobre os dias de hoje, sabemos que se mantem a inadequação da legislação do ensino da Sociologia no secundário e, por vezes, o não aproveitamento da formação específica dos sociólogos empregados.

Por último, a nossa adesão à perspectiva de que

“a profissionalização é o único caminho para o próprio desenvolvimento da Ciência e seu maior reconhecimento na sociedade portuguesa.” (Manata, 1990).

6. Conclusões

Terminado este estudo, fazemos o balanço dos vários pontos tratados.

Para analisar a evolução das CSH em Portugal, distinguimos dois períodos: de 1930 a 1974, e de 1974 aos nossos dias. Da passagem do 1º para o 2º período, há a reter o desaparecimento dos bloqueios de ordem ideológica e o crescente apoio a estas Ciências, embora este progresso não tenha sido ao ritmo desejado pelos investigadores a elas ligados. Ao longo de todo este percurso, a Universidade mostrou ser a condição necessária ao desenvolvimento das CSH. No período do Estado Novo, a Universidade foi um dos meios escolhidos para condicionar e controlar o desenvolvimento destas Ciências (pela inexistência de determinados tipos de formação académica ou pelo seu desajuste às necessidades reais do País). Depois do 25 de Abril de 1974, o desbloqueio destas áreas começa por se manifestar na Universidade (desbloqueio este que começou a ser preparado, conforme as fontes consultadas, já desde a década de 60). A tendência mais marcante dos últimos 20 anos nas CSH é identificada como sendo a expansão e a diversificação (ensino politécnico, ensino particular e cooperativo, criação dos mestrados, ...) do ensino superior. Este desenvolvimento exerceu uma forte influência sobre a investigação científica, em estreita relação com a Universidade.

No que diz respeito ao ensino superior das CSH ficou patente que o crescimento ocorrido entre 1980 e 1995 se deu em várias frentes: no número de cursos, na variedade dos cursos, no aparecimento de novas áreas, no surgimento de novas instituições, no número de licenciados, mestres e doutorados.

No entanto, se em 1995 o sector público continuou a ser responsável por mais cursos que o privado (respectivamente, 359 e 285), este último encontra-se actualmente a formar praticamente o dobro das pessoas (27000, e o sector público 14180). O aumento da procura de cursos superiores, a falta de resposta do sector público e uma legislação favorável ao sector privado podem apontar-se como as principais causas desta evolução.

Relativamente aos cursos ministrados, é possível atribuir a cada um destes sectores um domínio preponderante sobre determinadas áreas de ensino.

Há ainda a registar o considerável crescimento do ensino politécnico. No sector público, os cursos universitários são quase tantos como os politécnicos. O sector privado, por leccionar maioritariamente cursos superiores não universitários, evidencia-se como sendo essencialmente vocacionado para dar resposta a objectivos sócio-económicos concretos.

Aquilo que se revelou como mais problemático na evolução do ensino superior destas Ciências, é a permanência de uma grande concentração de cursos em poucas áreas. A consequência desta situação é a saturação do mercado de trabalho, que já existe (caso da História, por exemplo) ou poderá vir a existir, nos segmentos profissionais ligados a essas Ciências. Se em 1980 três áreas - Línguas e Literaturas, Gestão e História - reuniam 48% dos cursos, em 1995 três áreas já reúnem 56% dos cursos (Gestão, Pedagogia e Línguas e Literaturas).

Queremos ainda referir que a área científica que mais se destaca no sector privado é a Gestão, enquanto que no sector público se destacam a Pedagogia e as Línguas e Literaturas. A preponderância do sector público nestas duas áreas confirma-se pelos números relativos aos mestrados, aos doutoramentos, às unidades de investigação e às publicações científicas.

No que diz respeito à investigação científica podemos concluir que não são as Ciências mais ensinadas que são mais investigadas⁸⁹. Este facto surpreendeu-nos por nos parecer razoável que às áreas científicas onde se “produzem” mais licenciados por ano deveria corresponder um maior número de mestres, doutorados, publicações científicas, ..., ou seja, uma actividade científica mais intensa. Isto porque, segundo José Mariano Gago⁹⁰, 10% dos licenciados deveriam passar pela investigação, por um período mais ou menos longo. O caso que se nos revelou mais paradoxal foi a Gestão. Sendo esta a área que reúne o maior número de cursos superiores (27%), no entanto só lhe foi possível anexar 1,6% das unidades de investigação inventariadas, 5,4% dos mestrados e - no período de 1980 a 1992 - 0,5% dos doutoramentos.

⁸⁹ História: 38 unidades de investigação (ui), 3% dos cursos superiores de 1994/95 (cs); Economia: 28 ui, 4% cs; Línguas e Literaturas: 28 ui, 13% cs; Antropologia: 16 ui, 1% cs; Psicologia, 16 iu, 1% cs; ...

⁹⁰ Público, 13 de Novembro de 1995.

Incluimos 82% das unidades de investigação nas universidades, públicas e privadas. O sector público mostrou-se o maior sector de execução de I&D: em todas as suas universidades encontrámos unidades de investigação, aí se encontrando também todos os doutoramentos e a maior parte dos mestrados. Concretizando: ensino superior público, 34 instituições de ensino em 1995 / 211 unidades de investigação; ensino superior privado, 57 instituições de ensino / 35 unidades de investigação. Fazendo a correspondência de cada unidade de investigação à instituição de ensino em que está incluída, em 91 instituições de ensino só 24 se dedicam à investigação científica.

É pequeno o contributo do ensino politécnico para a investigação científica: só 8,7% dos estabelecimentos do ensino não universitário a ela se dedicam.

Quanto aos mestrados, mais uma vez ressalta a Gestão pela grande desproporção que há entre o seu elevado peso de cursos de licenciatura (27%) e o seu pequeno peso de cursos de mestrados (5%).

Através do número de doutoramentos realizados até 1979, identificam-se as Ciências que, pela sua falta de neutralidade política e social e pela dificuldade de manipulação não se conseguiram institucionalizar em Portugal até 1974. Contudo, o volume de doutoramentos realizados entre 1980 e 1992, mostrou-se independente dessa anterior situação. As Ciências Linguísticas e Literárias destacam-se das outras Ciências, revelando os indicadores que esta área tem fortes tradições em Portugal. Pelo contrário, a Gestão evidencia ser uma área onde a carreira de investigação é pouco aliciante.

Dedicámos uma parte considerável deste nosso estudo aos hábitos de publicação dos investigadores ligados às CSH. Tomámos como ponto de partida as publicações científicas incluídas nas bases de dados SSCI e A&HCI (de origem americana) onde pelo menos um dos autores apresenta uma instituição portuguesa como afiliação. O período de tempo escolhido para fazer este levantamento foi, novamente, de 1980 a 1995. A primeira constatação é que o crescimento ocorrido não acompanhou o ritmo de crescimento observado no ensino e nos outros aspectos da actividade de I&D já focados. Em 1980 foram incluídos, no SSCI e no A&HCI, 25 artigos relativos a 15 áreas das CSH; em 1995, foram incluídos 109 trabalhos. Para um período de quinze

anos e tendo em conta o aumento dos doutorados, de 13 para 569, foi um crescimento muito reduzido.

Por isso, analisámos em particular as quatro áreas melhor representadas no SSCI e no A&HCI: Psicologia, Ciências Linguísticas e Literárias, Economia e Gestão (agora já nos primeiros lugares tal como no que diz respeito às citações, o que nos aponta para uma comunidade científica que, sendo pequena, é produtiva).

Não observámos nenhuma tendência constante de crescimento na evolução do número de trabalhos por área. Tal situação induziu-nos a pensar que não tem sido objectivo primordial o publicar em revistas de impacto internacional (segundo os critérios do ISI). Parece, por isso, estar ausente uma estratégia de internacionalização por esta via.

A diferenciação dos vários trabalhos por tipo de documentos foi uma forma de introduzir um carácter qualitativo a um método de avaliação (uma abordagem bibliométrica pode ser assim identificada) que aparenta ser de cariz essencialmente quantitativo.

A frequência de trabalhos por revista mostra-se diferente de área para área. Localizámos a principal revista de cada área no SSCI / JCR de 1989 e de 1994. Verificámos que, exceptuando a de Psicologia, as outras se encontravam sempre na segunda metade da sequência temática por ordem decrescente do factor de impacto, onde estavam incluídas.

Quanto aos hábitos de trabalhar em equipa, constatámos que 51,7% dos trabalhos tinham sido realizados por mais de um autor. Encontrámos uma grande diversidade de autores: em cada área três autores constam em cerca de 20% dos trabalhos, sendo grande o número de autores que só aparece uma vez. Uma conclusão possível é a seguinte: poucos investigadores nacionais têm tido como objectivo a inclusão sistemática dos seus trabalhos neste circuito internacional.

Optámos por nos socorrer de outras fontes, nomeadamente a base de dados FRANCIS (de âmbito pluridisciplinar como as duas anteriormente assinaladas mas de origem francesa) e as bases de dados sectoriais ABI/INFORM e ECONLIT, para melhor ilustrar o caso da Economia. Também inventariámos trabalhos publicados em duas revistas nacionais desta área, bem conceituadas.

Com base nos números obtidos para a Economia e generalizando para o grupo das Ciências em estudo, podemos concluir que a parte da produção científica nacional que transparece nos produtos do ISI é uma parcela reduzida e redutora da totalidade de trabalhos publicados. Tendo em conta esta situação e no que diz respeito à avaliação das CSH, somos levados a questionarmo-nos sobre a validade de se constituírem indicadores bibliométricos a partir de dados oriundos exclusivamente do SSCI e do A&HCI. Podemos mesmo alargar esta dúvida, e interrogarmo-nos sobre a pertinência do uso de indicadores bibliométricos para avaliação destas Ciências. Tudo se joga na importância que é atribuída à comunicação e às formas como esta se concretiza nas CSH.

Porém, toda a informação disponibilizada confirmou o baixo nível de internacionalização dos trabalhos científicos portugueses. Esta característica mostra-se conforme aos hábitos de publicação dos cientistas sociais portugueses, os quais reconhecem não dar prioridade a este tipo de comunicação internacional. Aprofundando esta questão, chegámos à conclusão que esse é um traço comum aos cientistas sociais em geral. Por mais argumentos que se possam reunir para justificar este comportamento, uma nova corrente de pensamento se lhe opõe: dada a impossibilidade de nas CSH se validarem os conhecimentos através da experimentação, as comparações internacionais revelam-se como método de validação. E para que seja possível fazer comparações internacionais, há que comunicar internacionalmente os resultados científicos que se vão alcançando. Logo, as abordagens bibliométricas da actividade científica (utilizando como indicadores bibliométricos o número trabalhos científicos incluídos em publicações reconhecidas internacionalmente e o número de citações) surgem-nos como um meio adequado de avaliação da actividade científica. O que é necessário é criar novos hábitos de comunicação nas CSH.

Se uma abordagem bibliométrica mostra ser uma forma de avaliação da actividade científica, constitui um elemento válido para a gestão das CSH. E, pela implicação destas no desenvolvimento das sociedades, gerir estas Ciências é contribuir para uma melhor gestão do desenvolvimento global de Portugal.

7. Bibliografia

Almeida, Élia Pereira de (1981), Formação de Professores, in: Manuela Silva e M. Isabel Tamen (coords.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de (1969), Situação e Problemas do Ensino das Ciências Sociais em Portugal, in: Nunes, A. Sedas, (org.), *A Universidade na Vida Portuguesa*, Lisboa: Gabinete de Estudos Sociais.

Almeida, João Ferreira de (1991), Ciências Sociais, in: José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa: Comissariado para a Europália91.

Almeida, João Ferreira de (1992a), *Sociologia*, in: José Mariano Gago (coord.), *O estado das ciências em Portugal*, Lisboa: D. Quixote.

Almeida, João Ferreira de (1992b), Trabalhar em Sociologia, Ensinar Sociologia, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12, pp. 187-199.

Ambrósio, Teresa (1994), Problemática da Formação Contínua de Diplomados, in: José Mariano Gago (coord.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa: Instituto de Prospectiva.

André, Michel (1993), La Coopération Européenne en Sciences Sociales: Etat des Lieux et Perspectives, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 135, pp. 137-146.

Bilhim, João Abreu de Faria, (1993), *Factores Organizacionais do Sistema Português de I&D*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Braga, C. Lloyd e Grilo, E. Marçal (1981), Ensino Superior, in: Manuela Silva e M. Isabel Tamen (cords.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian.

Brittain, J.Michael (1986), Les Services d'Information et la Création des Connaissances dans les Sciences Sociales, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 38, pp. 677-688.

Broccard, N. e Weber, R. (1986), Détection Avancée en Politique de la Recherche: Résumé des Expertises, Berne: Conseil Suisse de la Science.

Bruce, Erika V.C. et Fox, Alan F., (1987) Les Sciences Sociales au Canada, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 39, pp.139-145.

Burnhill, Peter M., Tubby-Hille, Margarete E. (1994), On Measuring the Relation between Social Science Research Activity and Research Publication, *Research Evaluation*, 4, pp. 130-152.

Caraça, João (1993), *Do Saber ao Fazer: Porquê Organizar a Ciência*, Lisboa: Gradiva.

Carneiro, Roberto (1988), *Educação e Emprego em Portugal: uma Leitura de Modernização*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Mem Martins: Europa-América.

Costa, António Firmino da (1990), *Cultura Profissional dos Sociólogos*, in: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Courtial, Jean-Pierre (1990), *Introduction à la Scientométrie: de la Bibliométrie à la Veille Technologique*, Paris: Economica.

Direcção-Geral do Ensino Superior (1993), *Memorando sobre o Ensino Superior na Comunidade Europeia: Contribuição Portuguesa para o Debate*, Lisboa: Direcção-Geral do Ensino Superior.

Dores, António Pedro (1990), *Uma Ideia Para Ser Sociólogo*, in: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Duarte, Teresa, (1994), *Doutorados em Portugal*, in: José Mariano Gago (coord.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa: Instituto de Prospectiva.

Finkenstaedt, T. (1990), *Measuring Research Performance in the Humanities*, *Scientometrics*, 19 pp. 409-417.

Gago, José Mariano, (1994), *A Investigação Científica*, in: António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Godinho, Manuel Mira (1993), *Interação Ciência-Tecnologia em Portugal (ou Algumas Razões para se Contrariar Convicções Estabelecidas)*, in: Maria Eduarda Gonçalves (coord.), *Comunidade Científica e Poder*, Lisboa: Edições 70.

Grilo, E. Marçal, (1994), *O Sistema Educativo*, in: António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Hamm, Bernd (1992), *L'Europe: un Défi pour les Sciences Sociales*, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 131, pp. 3-24.

Harré, Rom (1984), *As Filosofias da Ciência*, Lisboa: Edições 70.

Jesuino, Jorge Correia, coord., (1994), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas. Relatório*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, CIES.

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, SEFOR (1991), *Conceitos, Domínios Científicos e Objectivos Sócio-Económicos de Actividades Científicas e Tecnológicas*, Lisboa: JNICT, SEFOR.

Kovacs, Ilona (1993), *Cientistas Sociais nos Processos de Mudança do Trabalho e das Organizações*, in: Maria Eduarda Gonçalves (coord.), *Comunidade Científica e Poder*, Lisboa: Edições 70.

Lisle, E.A. (1985), *Les Comparaisons Internationales comme Méthode de Validation en Sciences Sociales*, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 103, pp. 21-32.

Manata, Luís (1990), *Sociologia: Caminhos para a sua Expansão*, in: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Mattoso, José (1992), *A Situação Actual da Investigação Histórica em Portugal*, in: José Mariano Gago (coord.), *O Estado das Ciências em Portugal*, Lisboa: D. Quixote.

Ministério da Ciência e Tecnologia, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, coord. (1996), *Indicadores Bibliométricos de Produção Científica Portuguesa*, Lisboa: JNICT.

Ministério da Educação e Ciência (1980), Portaria nº 578/80 de 6 de Setembro. *Diário da República*, I Série, nº206.

Ministério da Educação, Departamento do Ensino Superior (1995), *Provas Específicas - 1995 - 1996 - 1997: Ensino Particular e Cooperativo*, Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação, Departamento do Ensino Superior (1995), *Provas Específicas - 1995 - 1996 - 1997: Ensino Público*, Lisboa: Ministério da Educação.

Moed, H. F., Burger, W. J. M., Frankfort, J. G. e Van Raan, A. F. J. (1985 a), The Application of Bibliometric Indicators: Important Field - and Time - Dependent Factors to be Considered, *Scientometrics*, 8, pp. 177-203.

Moed, H. F., Burger, W. J. M., Frankfort, J. G., e Van Raan, A. F. J. (1985 b), The Use of Bibliometric Data for the Measurement of University Research Performance, *Research Policy*, 14, pp. 131-149.

Moravesik, Michael J., (1990), Como Evaluar la Ciencia y a los Científicos?, *Revista Española de Documentación Científica*, 12 (3), pp. 313-325.

Nederhof, A.J., Zwaan, R.A., De Bruin, R.E., Dekker, P.J. (1989), Assessing the Usefulness of Bibliometric Indicators for the Humanities and the Social and Behavioural Sciences: a Comparative Study, *Scientometrics*, 15, pp. 423-435.

Nunes, A. Sedas, (1988), Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal, *Análise Social*, 100, pp. 11-55.

Oliveira, José Manuel Paquete de, (1993), ISCTE: Vinte Anos a Fazer Universidade Fora da Academia, *Sociologia - Problemas e Prática*, 13, pp. 177-194.

Pereira, Maria Halpern, (1987), Breve Balanço da Historiografia Portuguesa Contemporânea, in: *Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica: Comunicações*, Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Ruivo, Beatriz (1994), Evolução Institucional e Organizativa do Ensino Superior em Portugal, in: José Mariano Gago (coord.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa: Instituto de Prospectiva.

Salema, Carlos (1991), Do programa Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ao Programa CIÊNCIA, in: *Política Científica e Tecnológica para os Anos 90*, Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, coord. (1995), *Guia de I&D em Portugal*, Lisboa: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

Silva, Cândido Marciano da (1994), Mudanças Institucionais na Produção Científica Portuguesa, in: José Mariano Gago (coord.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa: Instituto de Prospectiva.

Stoleroff, Alan e Patrício, Teresa (1994), A Prática Científica, in: Jorge Correia Jesuíno (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas. Relatório*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, CIES.

Struik, Dirk J. (1989), *História Concisa das Matemáticas*, Lisboa: Gradiva.

Taveira, Maria do Céu , Conceição Nogueira e Artur Mesquita (1995), *Orientar para o Ensino Superior: 1995*, Lisboa: Fundação da Juventude.



